

Ana Maria Ferreira Martins

AS SEM ABRIGO DE LISBOA

**Estudo realizado na AMI em Lisboa
(centros sociais de Olaias e Chelas)**

**Dissertação para a obtenção de grau de
Mestre em Estudos Sobre as Mulheres**

Orientadora: Professora Doutora Teresa Joaquim

Departamento de Ciências Sociais e Políticas (DCSP)
Universidade Aberta (UA)

Lisboa, Fevereiro de 2007

SUMÁRIO

Ser sem abrigo, significa estar privado(a) de alguns dos direitos que a democracia participativa prevê estar ao alcance de todo(a)s o(a)s cidadãos e cidadãs remetendo-os assim para uma situação de pobreza e exclusão difícil de inverter no sentido da inclusão social. Em toda a Europa este fenómeno é reconhecido como um grave problema social. Algumas das causas de ser sem abrigo são conhecidas e comuns a ambos os sexos. Nas gerações mais jovens de sem abrigo verifica-se que de ano para ano o número de mulheres aumenta. As causas e efeitos deste fenómeno não têm sido suficientemente estudados em Portugal. É assim necessário entender melhor causas que conduzem as mulheres à situação de ser e estar sem abrigo em dado momento das suas vidas.

Na quarta revisão de políticas dirigidas para o problema do(a)s sem abrigo na Europa realizado pelo Observatório on Homelessness e editado pela FEANTSA (Federação Europeia das Associações Nacionais que Trabalham com Sem-Abrigo) em 2006 fala-se no fenómeno social do(a)s sem abrigo como sendo pluridimensional e que requer uma abordagem complexa. Para que esta seja adequada temos que recorrer a diferentes medidas de variados domínios políticos, habitação, saúde (particularmente saúde mental), emprego, formação, justiça e protecção social, de modo integrado e inter-relacionado. O leque de medidas a serem integradas é muito vasto, passando pelos serviços ou mecanismos de emergência (acomodação temporária, equipas móveis de rua) a um trabalho em rede entre os cuidados de saúde, psiquiatria e instituições de formação, autoridades públicas, assim como as ONG (Organizações Não Governamentais) e outras que contribuem para a integração social.

Esta dissertação alarga o conhecimento sobre a problemática das mulheres sem abrigo em Lisboa, relaciona as questões de género nos sem abrigo com as causas e efeitos sociais que conduzem à situação de sem abrigo. Compreende uma abordagem biopsicosocial das variáveis implicadas no fenómeno e o seu relacionamento com factores geradores de inclusão e de

exclusão social. A entrevista semi-estruturada e a análise de conteúdo das mesmas, acompanhada de um vasto tratamento e análise estatística sobre o fenómeno, constituem o corpo dominante da investigação.

Palavras chave: mulheres, sem abrigo, género, pobreza.

ABSTRACT

To be homeless, (absence of personal shelter, permanent and appropriate), leads to an inevitable situation of exclusion difficult to reverse to social inclusion. In Europe this is understood as a serious social problem. Some of the causes of being homeless are known and usual to men and women. In the homeless younger generations the number of women grows every year. Causes and effects of this phenomenon are not very well studied in Portugal yet. Then, it is necessary a better understanding of factors that lead women to be homeless.

In the fourth revision of policies that address homelessness in Europe, carried on by the Homelessness Observatory and published by FEANTSA in 2006, the phenomenon is recognized as being pluridimensional and requiring a complex treatment. For this to be suitable, we have to resort, in a comprehensive way, to different measures of several domains; political, housing, healthcare (namely mental health), employment, training, justice and social protection. The panoply of measures to be integrated is extensive, going from emergency services to a network among healthcare, psychiatry, training, public authorities, NGO's and others that contribute to social integration.

This thesis extends the knowledge about the problem of homeless women in Lisbon. Researches gender in homeless people and, in particular, social issues that lead women to that situation. It includes a biopsychosocial approach of variables implicated in the phenomenon and their relationship with factors that generate social inclusion or exclusion. Semi-structured interviews, its content analysis and a statistical overview of the phenomenon are the dominant body of this research.

Key words: women, homeless, gender, poverty.

INDÍCE

Introdução Geral	1
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	
1 – As Mulheres Como Categoria de Investigação	7
2 – Exclusão Social e Pobreza	14
2.1. – Pobreza em Portugal	20
2.1.1. – Pobreza de Longa e de Curta Duração	22
2.1.2. – Planos Nacionais de Acção para a Inclusão (PNAI)	23
2.1.3. – Método Aberto de Coordenação	24
2.1.4. – Rendimento Social de Inserção (RSI)	25
2.2. – Mulheres Pobres	26
3 – Sem Abrigo – Caracterização do Fenómeno	33
3.1. – Universo Conceptual	33
3.1.1. – Resiliência nas Pessoas Sem Abrigo	37
3.1.2. – Nudez Social	39
3.2. – Dimensão Europeia	41
3.3. – A Realidade Portuguesa	47
3.3.1. – População Sem Abrigo – AMI – 2004-2006	51
3.4. – Sem Abrigo em Lisboa – 2003	55
Parte II – CAUSAS E EFEITOS SOCIAIS QUE CONDUZEM À SITUAÇÃO DE MULHER SEM ABRIGO	
1 - Família Patriarcal	60
2 – Acesso à Habitação	62
3 – Acesso ao Mercado de Trabalho	64
4 – Dinâmicas Familiares e Afectivas	65
4.1. – Maternidade Precoce	65
4.2. – Violência Doméstica	66

Parte III – As Sem Abrigo de Lisboa

1 - Metodologia do Trabalho de Campo 69

1.1. – Metodologia de Recolha de Dados 70

2 – Apresentação dos Resultados 74

Parte IV – Conclusões

95

Propostas de Investigação Futura

102

BIBLIOGRAFIA (Referências)

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1- Guião de Entrevista Exploratória

Anexo 2 – Quadros Estatísticos 2003-2006

Anexo 3 – Entrevistas

Anexo 4 – Tipologia Europeia de Exclusão Relacionada Com a Habitação
(ETHOS 2006)

ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

Índice de quadros

Quadro 1 : Taxa de pobreza, infantil, idosos e desigualdade entre pobres e ricos

Quadro 2 : Idades por faixas etárias segundo o sexo

Quadro 3 : Escolaridade segundo o sexo

Quadro 4 : Estado civil segundo o sexo

Quadro 5 : Local de pernoita segundo o sexo

Quadro 6 : Tempo que está sem abrigo segundo o sexo

Quadro 7 : Com quem vive segundo o sexo

Quadro 8 : Com quem se relacionam segundo o sexo

Quadro 9 : Relação das variáveis filhos e suas idades segundo o sexo do(a) entrevistado(a)s

Quadro 10 : Familiares vivos segundo o sexo

Quadro 11 : Tipo de actividade actual segundo o sexo

Quadro 12 : Regularidade da actividade profissional anterior á situação de sem abrigo segundo o sexo

Quadro 13 : Sector de actividade profissional segundo o sexo

Quadro 14 : Tempo de trabalho anterior à situação de sem abrigo segundo o sexo

Quadro 15 : Formação profissional Segundo o sexo

Quadro 16 : Recursos financeiros segundo o sexo

Quadro 17 : Rendimento Social de Inserção (RSI) segundo sexo

Quadro 18 : Descontos para segurança social segundo o sexo

Quadro 19 : Tipo de institucionalização segundo o sexo

Quadro 20 : Médico de família segundo o sexo

Quadro 21 : HIV segundo o sexo

Quadro 22 : Consumo de substâncias aditivas segundo o sexo

Quadro 23 : Motivos de procura de apoio segundo o sexo

Quadro 24 : Necessidades de inserção/reinserção Segundo o sexo

Quadro 25 : Necessidades de inserção/reinserção segundo o sexo

INDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 : Relação entre a variável, "novos casos" e "casos acompanhados"

Gráfico 2 : Sem abrigo segundo local origem

Gráfico 3 : Escolaridade segundo o sexo

Gráfico 4 : Local de dormida segundo o sexo

Gráfico 5 : Recursos económicos segundo o sexo

Gráfico 6 : Relação entre a variável "tempo" e "número de sem abrigo"
segundo o sexo

Gráfico 7 : Evolução mulheres sem abrigo de 2000-2006

Gráfico 8 : Evolução novos casos segundo o sexo 2000-2006 (anuais)

Gráfico 9 : Idades por faixas etárias segundo o sexo

Gráfico 10 : Escolaridade segundo sexo

Gráfico.11 : Estado civil segundo o sexo

Gráfico 12 : Local de pernoita segundo o sexo

Gráfico 13 : Tempo que está sem abrigo segundo o sexo

Gráfico 14 : Com quem vive segundo o sexo

Gráfico 15 : Com quem se relacionam segundo o sexo

Gráfico 16 : Relação das variáveis filhos e suas idades segundo o sexo do(a)
entrevistado(a)s

Gráfico 17 : Familiares vivos segundo o sexo

Gráfico.18 : Tipo de actividade actual segundo o sexo

Gráfico 19 : Regularidade da actividade profissional anterior á situação de
sem abrigo segundo o sexo

Gráfico 20 : Tempo de trabalho anterior à situação de sem abrigo segundo o
sexo

Gráfico 21 : Formação profissional segundo o sexo

Gráfico 22 : Recursos financeiros segundo o sexo

Gráfico 23 : Rendimento Social de Inserção (RSI) segundo sexo

Gráfico 24 : Descontos para segurança social segundo o sexo

Gráfico 25 : Tipo de institucionalização segundo o sexo

Gráfico 26 : Médico de família segundo o sexo

Gráfico 27 : HIV segundo o sexo

Gráfico 28 : Consumo de substâncias aditivas segundo o sexo

Gráfico 29 : Motivos de procura de apoio segundo o sexo

Gráfico 30 : Necessidades de inserção/reinserção Segundo o sexo

Lista de Abreviaturas

AMI - Assistência Médica Internacional

CAN – Centro Acolhimento Nocturno dos Anjos

FEANTSA - (Federação Europeia das Associações Nacionais que

Trabalham com Sem-Abrigo) European Federation of National

Organizations Working With Homeless

ONG- Organização Não Governamental

MAC – Método Aberto

PNAI – Plano Nacional de Acção para a Inclusão

REAPN – Rede Europeia Anti-pobreza

RSI – Rendimento Social Inserção

RECONHECIMENTOS

Gostaria de começar por exprimir os meus agradecimentos à Professora Doutora Teresa Joaquim orientadora desta dissertação. O seu apoio, disponibilidade e paciência foram muito importantes para o desenvolvimento e concretização deste trabalho.

Gostaria de poder enumerar todos os nomes que espontaneamente me ocorrem e que contribuíram para o resultado final da dissertação. Optei por mencionar aqueles que tiveram um papel determinante no avançar da tese.

Agradeço a todo(a)s que ao longo destes doze anos de trabalho com o(a)s sem abrigo me ajudaram e deram alento para continuar, pelo seu exemplo e dedicação, lembro: Isabel Baptista, Leonel Thelen; e tanto(a)s outros(as) que embora não tão próximo(a)s do meu imaginário teórico-prático me têm acompanhado neste esforço para entender o fenómeno do(a)s sem abrigo.

O meu obrigado aos meus pais, ao meu filho Marvin ao meu marido João Paulo, à minha amiga e Vice-Presidente da AMI, Leonor Nobre pela presença e apoio incondicional que me deram durante a execução deste trabalho.

Agradeço o apoio de toda(o)s a(o)s colegas e amiga(o)s do Departamento de Acção Social da AMI.

Às mulheres que entrevistei e que aceitaram partilhar comigo um pouco das suas vidas.

A todo(a)s ele(a)s, obrigada.

INTRODUÇÃO GERAL

O trabalho de investigação *As sem abrigo de Lisboa*, realizado na AMI em Lisboa, é fruto de uma curiosidade e de uma necessidade de saber, diagnosticada por vários investigadores e técnicos da área social.

Este estudo vem na sequência da experiência profissional da autora que dirige o departamento Acção Social da Fundação Assistência Médica Internacional, desde o seu início, há cerca de 12 anos.

Quaisquer dos passos realizados foram observados e acompanhados não somente no tempo em que decorre o estudo empírico, como antes e depois do mesmo. Todos os momentos que suportam esta dissertação, foram acompanhados e coordenados directamente pela autora deste trabalho.

Trata-se de uma investigação em estudos sobre as mulheres. O lar, a casa, um tecto, são palavras que ecoam no universo sociocultural e psicológico da mulher. Tradicionalmente o espaço privado pertence às mulheres e o público aos homens, como bem ilustra o ditado popular: “O homem na praça, a mulher na casa”. As mulheres cuidam dos outros dentro de casa. Quando este espaço falta, por muito desadequado que ele seja, é determinante na vida de uma mulher. É destas mulheres que o estudo vai falar, das que perderam ou nunca tiveram um lar.

O problema das mulheres sem abrigo não tem sido suficientemente estudado em Portugal e necessita de maior visibilidade (Costa, 2000). Algumas das causas de ser sem abrigo são comuns a ambos os sexos, embora apareçam causas específicas relacionadas com o sexo feminino. (Baptista, *et al.*, 1999).

O objectivo teórico-conceitual desta dissertação consiste numa abordagem que relaciona o género nos sem abrigo com o objectivo geral e pretende compreender as causas e efeitos sociais que conduzem à

situação de mulher sem abrigo em Lisboa e, ao mesmo tempo, caracterizar o seu perfil.

Esta dissertação pretende alargar o conhecimento sobre a problemática das mulheres sem abrigo em Lisboa, e investigar as causas sociais que conduzem à situação de mulher sem abrigo.

Pereirinha (2005) faz referência ao facto de a presença das mulheres ter sido sistematicamente identificada como claramente mais reduzida entre a população sem abrigo.

Dentro dos grupos afectados pela exclusão social e pela pobreza, uma grande parte é precisamente, constituída pelas mulheres. Na nossa sociedade ocidental, a estes grupos afectados pela exclusão social e pela pobreza pertencem os desempregados de longa duração, os menos qualificados, as famílias monoparentais, os trabalhadores a tempo parcial em actividades de menor qualificação e os idosos (Subhan, 1994).

A pobreza afecta as mulheres em grande parte devido ao desemprego e precariedade do emprego, situações que conduzem à existência de baixos rendimentos. Consequentemente, este problema, associado ao crescimento das famílias monoparentais suportadas por mulheres, torna-as mais vulneráveis não só à pobreza como à exclusão social. Para tal, contribui a especificidade da sua participação na vida familiar, económica e social: auferem em média salários mais baixos, são mais afectadas pelo desemprego, têm menos protecção social devido ao tipo de participação na actividade económica; por outro lado, com maior esperança de vida comparativamente com os homens, as idosas encontram-se muitas vezes em situações precárias, quer do ponto de vista dos recursos económicos, quer pelo isolamento em que vivem (Elejabeitia, 1996).

Existe uma relação especial entre mulheres e pobreza, isto é, para além de mecanismos mais gerais que afectam igualmente os homens e as mulheres, há mecanismos mais específicos que levam as mulheres à

pobreza e que as tornam mais vulneráveis. Manifestações destes mecanismos específicos são observáveis nas áreas do emprego, da educação/formação profissional, da família, da saúde, tal como da habitação.

Na perspectiva de Heloísa Perista (1992), considera-se que existem dois aspectos relevantes na análise deste fenómeno, o crescimento da pobreza junto da população feminina e a vulnerabilidade das mulheres face à pobreza. Esta vulnerabilidade específica advém da interacção entre as diferentes variantes da pobreza que afectam igualmente as mulheres e homens e factores específicos que afectam as mulheres em particular.

O presente trabalho, realizado na região de Lisboa, tem como objectivo geral compreender as causas e efeitos sociais que conduzem à situação de mulher sem abrigo.

Para a concretização do referido objectivo iremos Identificar as características sócio-demográficas (variáveis como a idade, naturalidade, estado civil, habilitações literárias, formação profissional, actividade profissional, tipo de recursos económicos, local de pernoita, tempo em que se encontra em situação de sem abrigo, situação contributiva, laços familiares, motivações ou necessidades que as levaram a recorrer aos serviços) que caracterizem a população das mulheres sem abrigo.

Identificar se as características específicas da situação de sem abrigo (sexo, tempo de sem abrigo, modo de subsistência, local de pernoita) conduzem a situações distintas de *ser* ou *estar* sem abrigo.

A sequência do trabalho realizado como suporte desta dissertação, divide-se em quatro fases: estudo exploratório; realização de entrevistas; análise e tratamento estatístico e conclusões.

Na primeira fase foi efectuado um estudo exploratório que utilizou os métodos histórico e descritivo, observação participante. O estudo

exploratório tem como suporte a revisão bibliográfica, a experiência de pessoas-chave de instituições que trabalham directamente com a população-alvo, contactos com sem abrigo em geral, com mulheres sem abrigo em particular e a experiência pessoal da autora como responsável pela coordenação e direcção do departamento de acção social de uma grande ONG portuguesa, a AMI.

Assim, a recolha de informação, a partir da qual a dissertação foi realizada processou-se, fundamentalmente, em duas vertentes: Indirecta; ou seja, através da consulta e análise de fontes documentais de muita e variada natureza (livros, jornais, revistas, leis, sítios na Internet, relatórios, etc.). Directa: isto é, através da pesquisa de terreno delimitada no período de 1 de Janeiro de 2003 a 31 de Dezembro de 2006.

Os objectivos desta pesquisa são:

- Compreender, discutir e relacionar os conceitos utilizados (exclusão, inclusão, pobreza, sem abrigo);
- Compreender melhor o fenómeno dos sem abrigo e nestes, em particular a situação das mulheres;
- Adquirir conhecimento necessário às fases subsequentes.

Na segunda fase, com base no estudo exploratório anterior, é utilizada uma metodologia de carácter predominantemente qualitativo. A metodologia qualitativa – método biográfico, história de vida – é suportada em entrevistas com as sem abrigo, pondo a seguinte pergunta de partida:

- Quais as causas e efeitos sociais que conduzem à situação de mulher sem abrigo?

Este método permite uma melhor compreensão do percurso pessoal das/dos entrevistadas/os e a recolha de informação sobre a sua história de vida.

Na terceira fase, técnicas predominantemente quantitativas, assim como as qualitativas, levantam, analisam e tratam os dados recolhidos.

A quarta fase, com base no conhecimento obtido nas fases anteriores, tem como objectivo específico a verificação das hipóteses postuladas.

- A pobreza e a exclusão social estão associadas à situação de mulher sem abrigo?
- As mulheres sem abrigo têm menor visibilidade do que os homens?
- Será que existem diferenças relacionadas com o género no perfil ou estereótipo de sem abrigo?

Os recursos bibliográficos e instrumentos (bases de dados) que constituíram os materiais utilizados na revisão bibliográfica são informação geral disponível em organizações tanto do sector público como do sector privado, em artigos científicos, estudos e outros textos, tanto em suporte de papel como na internet, que se encontram referenciados no fim deste trabalho.

A base de dados da Assistência Médica Internacional (AMI) em geral e do Centro Social Porta Amiga das Olaias e de Chelas em particular, constituiu o instrumento utilizado na análise estatística da informação.

A estrutura da dissertação compreende cinco partes, incluindo introdução e anexos. Cada parte está organizada em pontos.

A primeira parte faz o enquadramento teórico abordando as questões chave de investigação que têm sido tratadas até à data. Enquadra e relaciona a mulher no contexto da investigação, foca em particular o conceito de exclusão e a natureza da sua relação com a pobreza. Faz um enquadramento geral do fenómeno dos sem abrigo em termos de conceito e de enquadramento europeu e português e, por último, apresenta uma visão transversal e generalista dos estudos realizados sobre o tema em Lisboa (2003-2006) por várias entidades.

A segunda parte aborda as causas e efeitos sociais que conduzem à situação de mulher sem abrigo. Refere o contexto da família patriarcal, fala nos aspectos relacionados com o acesso à habitação e ao mercado de trabalho, relaciona os aspectos anteriormente referidos com as dinâmicas familiares e afectivas.

Na terceira parte apresenta-se a investigação empírica. Está dividida em dois pontos: Metodologia do trabalho de campo e apresentação e caracterização da população sem abrigo da cidade de Lisboa entre os anos de 2003 e 2006.

A quarta parte apresenta as conclusões gerais sobre o trabalho efectuado. São descritas as contribuições mais importantes. São discutidos os limites do trabalho e indicadas extensões possíveis de futuras investigações.

Na quinta parte é apresentada a lista das referências bibliográficas por ordem alfabética dos autores.

Por último, em anexo, encontram-se os detalhes do trabalho (guião das entrevistas, transcrição das entrevistas e tipologia).

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Nesta primeira parte da dissertação são analisadas questões de investigação que têm sido tratadas, até à data, por diversos autores no que respeita aos fenómenos de exclusão, pobreza, sem abrigo e como as mulheres em particular interagem no contexto destas variáveis.

1 - As Mulheres Como Categoria de Investigação

“*As sem abrigo de Lisboa*” constituem o objecto deste estudo. A breve introdução que se segue torna-se necessária para o mais vasto entendimento do fenómeno social da pobreza quando se manifesta nas mulheres em geral e nas sem abrigo em particular.

Este trabalho insere-se no âmbito das ciências sociais e, em particular, na área dos estudos sobre mulheres. Para esclarecer o enquadramento da temática é importante relacionar a teoria das representações sociais e o género.

Representações sociais e identidades sociais devem ser equacionadas em conjunto para entender o processo de aquisição e manutenção da identidade de género (Amâncio, 1999). Estas representações e identidades não surgem num vácuo, antes são formadas a partir de um universo simbólico de valores (Guillaumin, 1992), que opõe natureza e cultura e separa os sexos, associando-os aos pólos desta dicotomia.

Os Estudos sobre as Mulheres inscrevem-se pois, num movimento mais amplo de desconstrução que é inerente ao próprio exercício do pensamento na sua tarefa de sempre, de crítica e criação de novos conceitos (Joaquim, 2004).

A investigação sobre mulheres é algo relativamente recente. O século XX traz visibilidade às questões de género e são as próprias mulheres,

sobretudo no mundo ocidental, que reconhecem a importância de participar na vida económica, política, social e cultural da sociedade onde se encontram inseridas.

Joaquim (2004), fala dos feminismos e dos estudos sobre as mulheres como “formas diversas de poder habitar a teoria e as práticas de outro modo. De reler as experiências múltiplas das mulheres, algumas na sua insignificância, dando-lhes sentido e daí possibilidades de vida, de serem passíveis de serem transmitidas como herança às gerações vindouras, herança feita da passagem do testemunho entre as feministas da geração do início do século passado e as mulheres que se afirmaram pós 25 de Abril de 1974, ou ainda ausência de transmissão entre as mulheres da oposição ao Estado Novo e as do pós 25 de Abril” (Joaquim, 2004, p.89).

A mesma autora acrescenta ainda que os estudos, sobre as mulheres são um “avanço histórico que deve ser integrado no contexto do desenvolvimento das Ciências Sociais e do feminismo em Portugal” (Joaquim, 2004, p.89).

O conceito de género não está necessariamente vinculado ao sexo. Género é construção social do sujeito masculino ou feminino. Nesse sentido, Joan Scott (1989, *cit. in fisher, et al.*, 2001), associa a categoria género aos limites das correntes teóricas do patriarcado, do marxismo e da psicanálise, tenta explicar a subordinação da mulher e a dominação dos homens. Aquela autora analisa o conceito de género como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos e como a primeira forma de manifestar poder a partir de quatro dimensões inter-relacionais: simbólica, organizacional, normativa e subjectiva.

A mesma autora fundamenta a sua abordagem em relação ao conceito de género da seguinte forma:

- As relações de género possuem uma dinâmica própria, mas também se articulam com outras formas de dominação e desigualdades sociais (raça, etnia, classe).

- A perspectiva de género permite entender as relações sociais entre homens e mulheres, o que pressupõe mudanças e permanências, desconstruções, reconstrução de elementos simbólicos, imagens, práticas, comportamentos, normas, valores e representações.
- A categoria género reforça o estudo da história social, ao mostrar que as relações afectivas, amorosas e sexuais não se constituem realidades naturais.
- A condição de género legitimada socialmente assenta em construções, imagens, referências de que as pessoas dispõem, de maneira particular, em suas relações concretas com o mundo. Homens e mulheres elaboram combinações e arranjos de acordo com as necessidades concretas de suas vidas.
- As relações de género, como relações de poder, são marcadas por hierarquias, obediências e desigualdades. Estão presentes os conflitos, tensões, negociações, alianças, seja através da manutenção dos poderes masculinos, seja na luta das mulheres pela ampliação e busca do poder.

Lorenzi-Cioldi (1988, *cit. in Costa et al., 1997*), refere que no domínio da sociologia, os estudos de Parsons e Bales (1955) contribuíram para sublinhar as ideias existentes entre, os papéis atribuídos a cada um dos sexos. Mostravam diferenças nas orientações de papéis com carácter instrumental (masculino) e papéis com carácter expressivo (feminino) no seio da família. Segundo estes autores, o homem é visto como possuindo com maior abundância características auto-directivas e orientadas para objectivos tais como independência, assertividade e poder de decisão, qualidades essas que lhe permitem desempenhar o seu papel, quer na família, quer nos contextos extra-familiares.

Ainda segundo os mesmos autores, as mulheres, por sua vez, são vistas como possuindo qualidades mais orientadas para as relações inter-pessoais tais como simpatia, sensibilidade para com os outros e necessidade de afiliação. Assim, a orientação instrumental remete para a adopção de papéis onde predominam a autonomia individual, a independência, o sentimento de dominar o ambiente, bem como a competição. Pelo contrário, a orientação expressiva reflecte a comunhão com o outro, o desejo de estabelecer laços e a consciência e expressão de sentimentos pessoais.

Segundo Moreno (2003), o conceito de identidade é fundamental no contexto das teorias mais recentes, pois ele medeia dois níveis, o das estruturas sociais e o das acções dos indivíduos. No conjunto das interacções desenvolvidas entre os actores sociais em contextos sociais, culturais e laborais específicos, ocorre um processo de construção da subjectividade (que inclui a sua personalidade, valores, atitudes e crenças). É através destas interacções que os indivíduos constroem a sua estrutura pessoal e social.

O discurso sobre os direitos das mulheres valoriza-se e difunde-se particularmente no séc. XIX, sobretudo no final e princípios do século, numa história que é conhecida de tod(a)os e que envolve as feministas e organizações de mulheres da I República, sendo as grandes linhas na defesa e reivindicação desses direitos políticos, particularmente o voto, o direito ao trabalho e à independência económica e, acima de tudo, o direito à educação (Silva, 1993).

Ao longo da história, houve duas grandes e determinantes distinções em termos de actividade humana. Por um lado, uma que se movimentava e agia, trabalhava sobretudo dentro de casa, no domínio privado e, portanto, invisível e pouco valorizado pela sociedade, acção essa que tinha como protagonistas pessoas do sexo feminino, e por outro lado, temos as actividades profissionais (trabalho), que se realizam fora de casa, num contexto público, visíveis e que valorizam quem os faz. Estas são predominantemente realizadas pelo homem.

Desta realidade resultou uma impossibilidade de a mulher participar na construção e na realização de formas de exercício de cidadania que foram sistematicamente realizadas por homens, num contexto de conformismo por parte de ambos os sexos em relação a esta divisão de domínios de intervenção.

Alguns autores dizem que esta situação foi determinante na subordinação da mulher ao homem, que se traduz nomeadamente na subalternização no trabalho, na família e noutros domínios sociais.

A evolução social das últimas décadas veio questionar esta situação: grandes alterações se registaram no comportamento e interacção entre homens e mulheres questionando os modelos dominantes e estereotipados. As elevadas taxas actividade feminina, fora de casa, de âmbito público e, portanto, mais visível, registaram um acréscimo significativo desde os anos 60.

Torres (2002), refere que diversos estudos revelaram, que a partir dos anos 60, por razões ideológicas e porque o modelo ideal era, até então, o da mulher dedicada à casa e aos filhos, a extensão e o volume da participação na actividade económica directa ou indirecta em que estavam envolvidas muitas mulheres tendiam a ser obscurecidos. No caso português, segundo a autora, foi nítida essa invisibilidade do trabalho exterior feminino no que dizia respeito à agricultura, aos serviços domésticos e mesmo ao trabalho fabril, que não tinham expressão, por vezes de forma nítida, nas estatísticas. Ainda segundo a mesma autora, sem dúvida que existia um grupo restrito de mulheres burguesas que punham em prática o “*modelo ideal*”, e também posteriormente, as classes médias que usufruíram até muito tarde, de mão-de-obra de serviço doméstico barata e abundante.

Actualmente, as mulheres portuguesas têm das mais elevadas taxas de actividade da Europa - este dado ganha mais importância pois sabemos tratar-se de trabalho a tempo inteiro: 60 em cada 100 mulheres, em média, trabalham fora de casa (há 3 décadas o mesmo indicador rondava os 19%).

Estas taxas crescem no que diz respeito às mulheres mais jovens (Almeida, 1998).

Os números nem sempre mostram a realidade que lhes está subjacente. Na verdade, e embora a participação da mulher no mundo do trabalho tenha aumentado nas últimas décadas, a qualidade do mesmo nem sempre legitima a igualdade de oportunidades que tanto se apregoa nas sociedades ocidentais.

Silva (1999), alertou para o facto de que se nos movermos do espaço público para o privado, designadamente o da vida familiar, a situação de desigualdade mantêm-se. É que, não obstante todo o empenho posto na afirmação pública do princípio da repartição equitativa das tarefas domésticas e da co-responsabilização paritária pela educação das crianças, continua a depender, de facto, sobre as mulheres o maior peso desses encargos. Silva acrescenta ainda o facto de ser particularmente notório que, em caso de conflito de interesses entre a vida pública e privada, é a mulher que quase sempre acaba por sacrificar o público ao privado, enquanto a posição do homem tendencialmente se inverte.

Assim, se no contexto familiar, é claramente a divisão desigual de tarefas e responsabilidades entre homens e mulheres que muitas vezes limita o maior investimento feminino na profissão, interferem também mecanismos externos à vida familiar, como os que se geram no contexto profissional, que reforçam essas mesmas limitações. Esta situação permite sublinhar a consistência teórica da proposta que considera que os efeitos de género atravessam os diferentes domínios da vida social, do privado ao público, da família ao trabalho, produzindo a discriminação feminina. Outra forma de dizer que existe uma divisão sexual e social do trabalho que condiciona os lugares ocupados por homens e por mulheres nos diferentes domínios da vida social. Dos anos 60 para cá assistimos, em Portugal como na maioria dos países ocidentais, simultaneamente a um certo desgaste do modelo ideal de domesticidade das mulheres e à generalização da actividade feminina no

mercado de trabalho em quase todas as áreas e sectores sociais. Mas este processo só foi mais explícito no nosso país a partir dos anos 70.

Segundo Torres (2005) o factor trabalho é determinante na integração e na igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, sendo importante fazer referência ao mesmo, de modo a melhor entendermos a realidade das mulheres no contexto sócio-económico, acrescenta ainda, que este factor, sempre se torna mais absoluto e irreversível à medida que vamos diminuindo no nível das variáveis da escolaridade, da estabilidade no trabalho, baixos salários, no acesso à saúde, à habitação e a outras dimensões de integração social.

As mulheres na situação de sem abrigo reúnem um conjunto amplo e heterogéneo de variáveis intimamente relacionadas com a pobreza. Quaisquer das dimensões de integração social acima referidas por Torres, fazem parte intrínseca da situação de mulher sem abrigo. Trata-se de um grupo de pessoas na situação de extrema pobreza e exclusão. Sendo particularmente atingido por uma grande desigualdade no acesso ao emprego, à saúde, à educação, habitação, cultura, desporto entre outros aspectos relacionados com dimensões de bem estar social.

2. - Exclusão Social e Pobreza

Neste ponto salienta-se a relevância de ser excluído e pobre como variáveis determinantes na situação sem abrigo. Faz-se o enquadramento de forma a contextualizar, enquadrar e explicar o fenómeno social dos sem abrigo.

O fenómeno da exclusão social não é um fenómeno recente. Contudo, o seu enquadramento tem vindo, ao longo dos tempos, a tomar contornos específicos e característicos de cada época e conjuntura político-social. Todos, num dado momento das nossas vidas, nos sentimos por um ou por outro motivo, vítimas de exclusão. Existem, no entanto, indivíduos que diariamente sentem as mais variadas formas de exclusão social.

Existem pessoas que experimentam a pobreza temporária, em determinadas etapas ou momentos do seu ciclo de vida. Outras, porém, vivem a pobreza como uma condição permanente: nasceram em famílias pobres e continuam sendo empobrecidas pela vida fora (Costa, 1998).

A quantificação e a caracterização da pobreza tem por detrás um determinado conceito de pobreza. Os estudos realizados sobre a pobreza na Europa e no mundo utilizam diversos conceitos, cada qual com seus defensores e críticos e, por vezes, preferidos mais por razões de natureza prática – existência de dados de base, a necessidade de comparações internacionais, etc. – do que por critérios científicos (Costa, 1999).

Vários autores estudam e reflectem sobre estas questões, uns, estabelecem uma relação directa entre capitalismo, exclusão e pobreza outros, como Castel (1997) falam em desafiliação, precarização, vulnerabilidade e marginalização, contudo, todos eles giram à volta da melhor e mais fiel definição do que se entende por pobreza e fragilidade social em que muito(a)s vivem nas sociedades actuais.

Os investigadores Castel (1997), Costa (1998), Silva (1999), Amaro (2001), e outros, partilham da ideia de que exclusão e pobreza nem sempre caminham lado a lado.

O conceito de exclusão social tem de abarcar mais do que a noção de pobreza, tem de incluir outras situações que, embora não sendo de pobreza, são caracterizadas por rupturas ao nível das relações sociais. Assim, a noção de “exclusão” suscita logo a pergunta de “excluído de quê?”, ou seja, implica a existência de um contexto de referência, do qual se é, ou se está excluído. A qualificação de “social” permite interpretá-la em relação à sociedade (Costa, 1999).

Por exclusão social pode entender-se um processo de sucessivas rupturas com os vários sistemas sociais básicos: o social, o económico, o institucional, o territorial e o das referências simbólicas (Bento, *et al.*, 2002).

Manuela Silva (1999) refere que o conceito de exclusão tem subjacente a ideia de que as sociedades, no seu processo de desenvolvimento, tal como o conhecemos, marginalizam e, no limite, excluem indivíduos ou grupos sociais da participação nos frutos do progresso económico-social, inviabilizando o seu acesso a direitos humanos constitucionalmente garantidos.

Como se pode constatar, exclusão e pobreza dizem respeito a realidades distintas, embora na generalidade dos casos se verifiquem conjuntamente, ou seja, a exclusão social radica fundamentalmente na pobreza embora não se resume a esta, pois há pobres que são excluídos socialmente dos seus contextos comunitários e há excluídos, principalmente nos países ricos, que são pobres do ponto de vista material.

Por consequência, a pobreza funciona, frequentemente, como “uma ponte para a exclusão, uma vez que esta detém características multidimensionais que articulam: baixo nível de rendimento com baixo grau de escolaridade, saúde precária, fraca integração no mercado de trabalho e no tecido social, tornando-se por isso um factor de potencial marginalização” (Silva, *et al.*, 1989).

Castel (1997) sugere que falemos em precarização, vulnerabilidade, marginalização e não em exclusão. No seu artigo “A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à desafiliação”, o autor adverte que essas situações marginais têm origem no processo de afastamento em relação ao trabalho e à inserção social. Nesse duplo processo de desligamento podemos distinguir três formas de degradação que agrupadas originam três zonas: zona de integração (trabalho estável e forte inserção relacional), zona de vulnerabilidade (trabalho precário e fragilidade dos apoios relacionais) e zona de desafiliação (ausência de trabalho e isolamento relacional). O sociólogo francês distingue ainda uma quarta: a zona de assistência, na qual se insere o tratamento dado aos indigentes inválidos. Assim, talvez seja coerente referir-nos a categorias da população que sofrem de um deficit de integração e, portanto, estão “ameaçadas de exclusão”.

A exclusão surge com a agudização das desigualdades, que é indissociável dos mecanismos de produção destes, resultando numa dialéctica de oposição entre aqueles que efectivamente mobilizam os seus recursos no sentido de uma participação social plena e aqueles que, por falta desses mesmos recursos, que ultrapassam a esfera económica (englobando ainda aqueles que derivam dos capitais cultural e social dos actores sociais), se encontram incapacitados para o fazer. A exclusão resulta, então, de uma desarticulação entre as diferentes partes da sociedade e os indivíduos gerando uma não participação num conjunto mínimo de benefícios que definem um membro de pleno direito dessa sociedade (Capucha, 1998).

Costa (1998) fala em “exclusões sociais”, no plural. Diz tratar-se de um fenómeno complexo e heterogéneo, podendo então falar-se de vários tipos de exclusão. Diferencia as causas imediatas das causas intermédias e, assim, identifica os seguintes tipos de exclusão social:

a) De tipo económico. Trata-se fundamentalmente de “pobreza” entendida, como se disse, como uma situação de privação múltipla, por falta de recursos. Esta forma de exclusão é normalmente caracterizada por más condições de

vida, baixos níveis de instrução e qualificação profissional, emprego precário (instável, sem contrato, mal remunerado e/ou em más condições de trabalho), actividade no domínio da economia informal, etc.

Quando se trate de pobreza de longa duração, reflectir-se-á em características psicológicas, culturais e comportamentais próprias. No extremo, esta forma de exclusão social pode conduzir à situação de “Sem abrigo” que é, sem dúvida, a forma mais grave e complexa de pobreza e exclusão.

b) De tipo social. Neste caso, a própria causa de exclusão situa-se no domínio dos laços sociais. É uma situação de privação de tipo relacional, caracterizada pelo isolamento, por vezes associada à falta de auto-suficiência e autonomia pessoal. Exemplos típicos são os dos idosos que vivem na solidão, dos deficientes que não têm quem os apoie, dos doentes crónicos ou acamados que precisam de cuidados que lhes são negados.

Este tipo de exclusão pode não ter qualquer relação com a falta de recursos e resultar do estilo de vida de familiares e amigos, da falta de serviços de bem-estar (welfare) ou de uma cultura individualista e pouco sensível à solidariedade. Todavia, este tipo de exclusão pode também dever-se à falta de recursos, caso em que teremos uma situação de exclusão de tipo social sobreposta à exclusão de tipo económico, ou mesmo decorrente desta.

c) De tipo cultural. A exclusão social pode também dever-se a factores de ordem cultural. Como se sabe, fenómenos como o racismo, a xenofobia ou certas formas de nacionalismo podem, só por si, dar origem à exclusão social de minorias étnico-culturais. Também podem ser de natureza cultural os motivos que levam a sociedade a dificultar a integração social de ex-reclusos, por exemplo.

d) De origem patológica. Um tipo de causas que pode estar subjacente a situações de exclusão social diz respeito a factores patológicos.

A exclusão social é um conceito mais abrangente que a noção de pobreza. A exclusão social significa desintegração nos níveis económico, social, cultural e

político da sociedade, reflectindo-se na fragilização dos laços familiares, sociais e na vida comunitária e implica a “desafiliação” em relação à sociedade, ou seja, o não reconhecimento do lugar na sociedade (Castel, *cit. In* Amaro, 2001). A desafiliação é o culminar de um processo dinâmico, na medida em que não se nasce excluído mas que se torna excluído. Isto implica a existência de todo um percurso e, nesse percurso, inevitavelmente se vão, ao longo tempo, agravando as situações que se relacionam com as mutações socio-económicas (a crise da sociedade salarial e o enfraquecimento das solidariedades familiares) (Castel, 1996).

Assim, a exclusão social traduz-se na ausência de vários tipos de poder, nomeadamente económico, de decisão, de influência e de participação na vida da comunidade em exercício pleno dos direitos e deveres do cidadão. Apresenta também um forte carácter relacional, dado que relações sociais são uma componente fundamental do bem-estar das populações, sendo a sua quebra uma forma de não participação na sociedade (Amaro, 2001).

O conceito de exclusão tem subjacente a ideia de que as sociedades, no seu processo de desenvolvimento, tal como o conhecemos, marginalizam e, no limite, excluem indivíduos ou grupos sociais, da participação nos frutos do progresso económico-social, inviabilizando o seu acesso a direitos humanos constitucionalmente garantidos (Silva, 1999).

Alguns autores, como Moura (1996), Husson (1999) e Santos (2005), estabelecem uma transversalidade entre capitalismo, pobreza e exclusão. “O capitalismo funciona como uma enorme máquina de exclusão, exercendo uma triagem sistemática entre as camadas sociais e as zonas geográficas para rejeitar tudo o que não pode integrar na sua lógica, designadamente o desemprego e as exclusões nos países ricos (...)” (Husson, 1999 *cit. in* Santos 2005).

O capitalismo põe de parte aqueles sectores que não consegue submeter à sua lógica, mesmo que neles existam gritantes necessidades para satisfazer: É

preferível não produzir do que produzir sem lucro (Husson, 1999 *cit. in* Santos 2005).

Os factores de risco social são produtos da própria ordem capitalista. Eles revelam a face da sociedade capitalista, que tem na produção de desigualdades a sua essência, na sua incapacidade de produzir bem estar para a maioria da população (Hespanna, 2000).

Para o sistema capitalista, o excluído é acima de tudo uma aberração. (Moura, 1996). Surgem diariamente novos casos de exclusão social, devidos, na sua maioria, à dificuldade que alguns seres humanos têm de se adaptar a normas extremamente rígidas de concorrência, fortemente associadas ao estereótipo de sucesso das sociedades economicistas e capitalistas (Martins, 1996).

Santos (2005), acrescenta a ideia de sociedades de risco que se distinguem pela presença crescente de consequências não esperadas, nem desejadas dos processos de modernização e pela generalização da insegurança. Elas estão relacionadas com vários factores de ordem social e psicológica. A competitividade cada vez mais agressiva que se vive nos locais de trabalho, a agressividade diária dos meios de comunicação social e a permanente transformação estrutural, são factores que provocam sérias distorções em termos de comportamento sócio-psicológico nos indivíduos.

2.1. - Pobreza em Portugal

Para uma parcela considerável da população a pobreza é causada por factores como “preguiça, pouca sorte, inevitabilidade”. Segundo o jornal “Público” de 14 de Março de 2004, um estudo apresentado pelo cientista social Alfredo Bruto da Costa (...), revelou que as causas da pobreza para 18,3% dos portugueses, era a “pouca sorte” e 29,4% consideram que esta é causada pela “preguiça”.

Segundo o Social Watch Report (2005), Portugal é o país da Europa com a maior taxa de risco de pobreza. Em 2001, a proporção da população em que o rendimento não chegava a 60% do salário mínimo nacional era de 20%.

Os esforços realizados para combater a taxa de pobreza, contribuíram para a baixar de 23% em 1995 para 20% em 2001. Mesmo assim, Portugal ainda tem uma das mais elevadas taxas de pobreza da União Europeia e está 5% acima da média da União Europeia.

As pessoas com mais de 65 anos e as crianças entre os 0 e os 15 anos são as que correm maiores riscos de pobreza, 31% e 27% respectivamente. Aos agregados familiares compostos por uma pessoa com mais de 65 anos corresponde uma taxa de 46%, sendo as mulheres as mais expostas. Em risco estão também 49% de famílias monoparentais.

Cerca de dois milhões de pessoas, uma em cinco, vive abaixo da linha de pobreza definida pelo Eurostat.

A mesma publicação refere que a situação de pobreza em Portugal é caracterizada pelos seguintes problemas estruturais:

- Baixas contribuições do sistema de segurança social, em que a despesa pública per capita é a mais baixa da Europa.

- Baixa educação: em 2002 só 21% da população entre os 25 e os 64 anos tinha completado mais do que a escola secundária, e o abandono escolar tinha uma taxa de 46%, contrastando enormemente com a média europeia de 18.8%.
- A reestruturação sectorial é acompanhada por baixas metas, o que numa economia baseada em trabalho intensivo, mal pago, acompanhada de baixa formação profissional (2.9 em 2002), explica o crescimento económico tão baixo (0.3% em 2002).

Em 2006, a taxa de desemprego era de 7,7%, sendo que as mulheres apresentavam uma taxa de desemprego mais elevada. A pobreza persistente era de 15%, sendo na Europa 9%.

A receberem o Rendimento Social de Inserção existem cerca de 147. 332 pessoas, sendo o impacto na pobreza do mesmo de 16% (2000). A auferir menos de 200€/mês temos 26,3% do(a)s reformado(a)s.

A desigualdade entre os mais pobres e os mais ricos em Portugal é de 8,2%. Na Europa é de 4,9%. Em relação ao ensino 79,4% da população activa não terminou o secundário e apenas 20,6% da população em idade activa completa o ensino secundário. O abandono precoce escolar atinge 45,55 % (2002).

Quadro 1 : Taxa de pobreza, infantil, idosos e desigualdade entre pobres e ricos

	Portugal	União Europeia
Taxa Pobreza	20%	16%
Taxa P. Infantil	22%	15%
Taxa P.Idosos	28%	19%
Desig.Pobres/Ricos	8,2%	4,9%

Eurostat - EU-SILC 2005

2.1.1. - Pobreza de Longa e Curta Duração

Em Portugal é preciso distinguir pobreza recente de pobreza de longa duração. A Europa do Norte já não tem pobreza de longa duração e atribui a presença da pobreza de longa duração em Portugal a três problemas: sistema educativo (68% dos portugueses possuem um baixo nível educativo), os baixos rendimentos vinculados ao trabalho assalariado e o reduzido valor da pensão da segurança social (Costa, 1999).

No que diz respeito à pobreza de longa duração, esta é uma situação também constatada na pesquisa realizada por Pedro Hespanha (2000). Também Salama (1999), reflectindo sobre as maneiras de medir a pobreza, os limites, imprecisões e imposições dessas medidas, a multidimensionalidade da pobreza, trata também das trajectórias de vida dos pobres e afirma que “nascer pobre significa amiúde ser pobre por toda a vida e colocar no mundo crianças pobres. Os mecanismos desse quase determinismo social, são conhecidos. Quando o tamanho da pobreza e sua profundidade e desigualdade são particularmente elevadas, o determinismo social é quase absoluto. (*cit. in* Jornal “Público”, 2004).

Segundo o Plano Nacional para a Inclusão (PNAI), **O carácter persistente das situações de pobreza** é evidente. Cerca de 15% da população vivia abaixo do limiar de pobreza em 2001 e em pelo menos dois dos três anos precedentes.

O carácter persistente da situação de pobreza que o país apresenta parece não resultar de condicionalismos conjunturais, mas sim da existência de uma correlação significativa entre o processo de desenvolvimento e a desigualdade. De facto, o grau de desigualdade na distribuição dos rendimentos continua a apresentar-se como o mais elevado da UE. Em 2004, a proporção do rendimento recebida pelos 20% com maiores rendimentos da população era 7.2 vezes superior à recebida pelos 20% com menores rendimentos (face a 4.8 na UE). Existiam em 2003, cerca de 11.4% trabalhadores por conta de outrem

que estavam abaixo da linha de baixo salário, ou seja, 2/3 do ganho líquido mensal mediano. Cerca de 16% eram mulheres e apenas 7.5% dos homens estavam nessa situação (PNAI, 2006-2008).

2.1.2. - Planos Nacionais Inclusão (PNAI)

Em Março de 2000 o Conselho Europeu definiu a Estratégia de Lisboa, defendendo que a União Europeia deveria assumir o objectivo estratégico de se tornar, até ao final da década, *na economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo (...) com maiores e melhores empregos e uma maior coesão social*. Posteriormente, em Dezembro, no Conselho de Nice, a dimensão social foi reafirmada e clarificada no conjunto de objectivos orientados para erradicar a pobreza e a exclusão social, sendo que em 2001, em Laecken, foram adicionados indicadores específicos para medir o desempenho social (REAPN-2007).

No PNAI 2003-2005 – Combater a exclusão, promover o desenvolvimento - existe uma nítida preocupação com a situação social das mulheres, no referido plano pode-se ler:

“ Particular atenção deve ser dada também à resolução das assimetrias de remuneração entre homens e mulheres, que persistem, penalizando estas últimas e com consequências particularmente relevantes em agregados monoparentais, de baixos recursos”

Acrescenta ainda que estas continuam mais vulneráveis à precariedade de emprego, ao desemprego e às oscilações dos ciclos económicos, verificando-se também situações de discriminação no acesso ao emprego e à formação profissional, nas condições de trabalho e na retribuição, bem como de violação das normas de protecção da maternidade e outras (PNAI, 2003-2005).

Em relação à questão dos sem abrigo, em nenhum dos PNAI (2003-2005, 2006-2008), existem observações ou medidas específicas a este(a)s dirigidas. Num *press release* do Fórum Não Governamental para a Inclusão Social em

2006, pode-se ler: “Não foram desenvolvidos objectivos ou medidas de actuação face à problemática dos sem abrigo”, assim as únicas alusões a pessoas sem abrigo são incluídas no âmbito de outras medidas de âmbito generalista também dirigidas a outros grupos vulneráveis.

2.1.3. - Método Aberto de Coordenação

O **método aberto de coordenação** (MAC) foi criado no âmbito da política do emprego e do Processo do Luxemburgo. Foi definido enquanto instrumento da Estratégia de Lisboa (2000).

O MAC representa um novo quadro de cooperação entre os Estados-Membros a favor da convergência das políticas nacionais, com vista à realização de determinados objectivos comuns. No âmbito deste método intergovernamental, os Estados-Membros são avaliados pelos outros Estados-Membros («peer pressure»), competindo à Comissão unicamente uma função de vigilância. O Parlamento Europeu e o Tribunal de Justiça estão quase totalmente afastados deste processo.

O método aberto de coordenação intervém em certos domínios da competência dos Estados-Membros como o emprego, a protecção social, a inclusão social, a educação, a juventude e a formação.

Baseia-se, essencialmente, nos seguintes elementos:

- A identificação e a definição comum de objectivos (adoptados pelo Conselho).
- A definição de instrumentos de aferição comuns (estatísticas, indicadores, linhas directrizes).
- O «benchmarking», ou seja, a comparação dos desempenhos dos Estados-Membros e a troca de boas práticas (sob o controlo da Comissão).
- Consoante os domínios, o MAC implica a adopção de medidas mais ou menos vinculativas para os Estados-Membros (ditas «soft law»), que não revestem contudo a forma de directivas, regulamentos ou decisões.

Assim, no âmbito da Estratégia de Lisboa, o MAC impõe aos Estados-Membros a adopção de planos de reforma nacionais e a sua transmissão à Comissão. Em contrapartida, a política de juventude não utiliza objectivos quantitativos e a execução dos objectivos, deixada à apreciação dos Estados-Membros, também não exige a adopção de planos de acção nacionais, coordenados a nível europeu.

2.1.4. - Rendimento Social de Inserção (RSI)

Subsídio inicialmente denominado Rendimento Mínimo Garantido (RMG), consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção que visa conferir às pessoas, e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária (PNAI, 2005-2008).

A Criação, em 1996, do RMG, de acordo com a Recomendação 92/441 do Conselho Europeu, e que Portugal foi dos últimos estados-membros a concretizar, traduziu-se desde logo numa nova atitude do estado, das instituições e da comunidade em geral face aos problemas da pobreza e da exclusão social, uma vez que:

- Significa o reconhecimento de um direito de cidadania;
- Corresponde a uma tentativa de alteração das políticas sociais tradicionais de tipo assistencialista;
- Se sustenta numa teia de parcerias entre entidades públicas e privadas e a comunidade em geral;
- Envolve objectivos de inserção social, e implicitamente, não se cinge aos elementos de carácter redistributivo do rendimento;
- Assenta numa lógica e numa gestão das situações de base local, a partir de Comissões Locais de Acompanhamento (CLA), constituídas pelos parceiros públicos e privados com intervenção no território em

questão (em geral o concelho, excepto nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, em que a referência são as freguesias);

- Estimula a participação dos beneficiários e pretende reforçar as suas competências ("empowerment"), com vista à sua autonomização.

Em finais de 2004, cerca de 80,4% dos processos foram analisados pelos Centros Distritais de Segurança Social, dos quais 53,8% foram deferidos, o que significa que somente cerca de metade dos indivíduos / agregados familiares reuniam as condições necessárias para requerer a prestação pecuniária. No primeiro trimestre de 2005, constata-se que a percentagem de processos deferidos tem vindo ligeiramente a aumentar.

2.2. - Mulheres Pobres

A pobreza conduz milhões de mulheres para o caminho da exclusão e, em última análise, para a situação de ser ou estar sem abrigo. Trata-se de um fenómeno com contornos específicos no que se relaciona com as questões de género.

O enquadramento que se segue tem como objectivo clarificar a caracterização das mulheres sem abrigo e dos motivos comuns e distintos que as conduzem para a situação de sem abrigo, permitindo, no futuro, encontrar respostas mais adequadas e assertivas à população em estudo.

A relação de género formada por homens e mulheres é norteadada pelas diferenças biológicas, geralmente transformadas em desigualdades que tornam o ser mulher vulnerável à exclusão social. A exclusão que atinge a mulher dá-se na generalidade, simultaneamente, através do trabalho, da classe social, da cultura, da etnia, da idade, da raça e torna-se difícil atribuí-la a um aspecto específico desse fenómeno, uma vez que combina vários dos elementos da exclusão social (Fisher, 2001).

O fenómeno da pobreza não é neutro, atingindo particularmente as mulheres. Para tal contribui a especificidade da sua participação na vida familiar, económica e social: auferem em média salários mais baixos, são mais

afectadas pelo desemprego, têm menos protecção social devido a uma participação mais irregular na actividade económica. Por outro lado, com a maior esperança de vida, comparativamente aos homens, as idosas encontram-se muitas vezes em situações precárias, quer do ponto de vista dos recursos económicos, quer pelo isolamento em que vivem (CIDM, Portugal, *cit. in* Igualdade género, 2003).

A mesma obra faz referência a outro grupo particularmente afectado por situações de pobreza, o das famílias monoparentais de que são responsáveis, maioritariamente, as mulheres. À semelhança da generalidade dos países, também em Portugal se verifica o fenómeno da feminização da pobreza. Se não se dispõe de indicadores directos sobre a incidência específica da pobreza sobre as mulheres, existem contudo indicadores que, indirectamente, permitem concluir pela desigual partilha dos recursos económicos entre homens e mulheres, e pela maior vulnerabilidade destas a situações que podem conduzir à pobreza (CIDM, 2003).

Pereirinha (2007) definiu o conceito de mulher pobre como sendo transversal a vários domínios. Assim, para além da ausência de recursos económicos, temos múltiplos aspectos do bem-estar que integram especificidades associadas à mulher. Desta forma, encara-se a pobreza como um estado de privação em termos de bem-estar. Assim, as dimensões de bem-estar apresentadas constituem as principais dimensões de privação do bem-estar associado à mulher. Portugal apresenta, no contexto da UE, uma das maiores taxas de actividade feminina. Em termos de profissão, as mulheres desempenham sobretudo funções nos sectores tradicionais do comércio, do alojamento, da restauração e nos serviços sociais e pessoais. Estas actividades registam muitas vezes formas contratuais de vínculo precário, o que no futuro se vem a reflectir nas pensões de reforma.

O mesmo autor refere ainda que apesar de mais escolarizadas do que os homens, as mulheres portuguesas ocupam geralmente posições hierárquicas inferiores relativamente aos homens, auferem menores remunerações e detêm contratos de trabalho menos favoráveis, quer em termos de vínculo como de horário.

Torres (2005), faz alusão ao facto de tanto homens como mulheres contribuírem com os seus ganhos para o rendimento das famílias. Mas existem acentuadas diferenças de rendimento pessoal entre mulheres e homens. Mais de metade das mulheres têm apenas até 375 euros de rendimento, enquanto aproximadamente a mesma proporção de homens se situa no escalão de rendimento imediatamente acima (376 a 750 euros). O estudo apenas refere existir convergência de rendimentos entre homens e mulheres quando ambos possuem um diploma de ensino médio ou superior.

Segundo a mesma autora, os fracos rendimentos são também outro dos problemas das famílias mais numerosas (com 4 ou mais filhos) e, no outro extremo, das famílias monoparentais. Estas são resultantes, na maior parte dos casos, de situações impostas por abandonos ou separações unilaterais que deixam as mulheres com filhos com graves problemas financeiros.

Além do esforço financeiro suplementar a que as famílias são obrigadas na procura de soluções sócio-educativas e de guarda, privadas, surgem também situações duvidosas, em que a guarda das crianças, embora esteja a cargo das mães, estas, ao mesmo tempo, trabalham, o que nos leva a pensar que muitas delas ficarão em casa sozinhas ou com irmã(o)s mais velho(a)s, maioritariamente irmãs.

“...depois quando ela nasceu eu tomava conta dela, eles iam sair a algum lado, eles tinham sempre onde ir e eu ficava com a filha deles, mais velha da parte do meu padrasto, entretanto depois nasceu a mais pequenina já foi aqui na barraca sei que eu tomei conta delas sempre, eu tratava delas,” (Paula 2, solteira, 25 anos, duas filhas)

Outra reflexão preocupante a propósito das redes de inter ajuda familiar fundamenta-se no facto de se verificar que são as pessoas com mais baixos rendimentos, e que por isso poderiam usufruir mais dos possíveis apoios familiares, que referem que os mesmos são inexistentes ou muito precários (Pereinha, 2007).

O mesmo autor refere que os cuidados das crianças e dos dependentes, idosos ou adultos, continuam a cargo das mulheres e, não havendo respostas públicas suficientes e capazes, são estas que têm que se desdobrar ou mesmo abdicar das suas profissões, para cuidar de quem precisa. Esta situação torna-se mais visível em mulheres que auferem baixos rendimentos e que, portanto, não podem recorrer a apoios privados.

Os estudos realizados mostram-nos que a situação das crianças, continua a ser preocupante, pela conjugação das muito insuficientes taxas de cobertura de equipamentos de apoio à infância, sobretudo até aos 3 anos com as altíssimas percentagens de actividade feminina a tempo completo (Torres, 2005).

É deste conjunto de circunstâncias que resultará que quem menos tem, e quem mais precisa, menos ajuda familiar tem. Os baixos rendimentos dos agregados domésticos e a sua baixa escolaridade média, não deixam de ser também negativamente reveladores. Segundo Torres (2005), é clara a correlação positiva que se estabelece entre instrução e rendimento. Com efeito, quanto maior é o nível de instrução maior é, de forma contínua, o rendimento pessoal. As mulheres domésticas são as menos instruídas e, sobretudo, as mais pobres, sendo ainda a contribuição financeira das mulheres para os rendimentos do grupo doméstico a regra na esmagadora maioria dos agregados inquiridos (Torres, 2005).

Estes agregados são particularmente vulneráveis à pobreza, uma vez que muitos deles dependem exclusivamente do rendimento da mulher.

O facto de nas famílias economicamente mais carenciadas, as redes informais de entreaajuda familiar serem menos intensas, dificulta ainda mais a vida das mulheres. Nestas famílias as mulheres também são mais penalizadas pelas assimetrias de poder na relação conjugal, que se traduz, no limite e num número considerável de casos, em violência doméstica (Pereirinha, 2007).

Pelo facto de caber às mulheres, para além do seu trabalho fora de casa (profissional), o cuidado dos filhos e das tarefas domésticas. Nas famílias de recursos mais escassos esta situação tende a penalizar mais fortemente a mulher, uma vez que estes agregados não têm meios para contratar serviços de apoio, de outras mulheres (Pereirinha, 2007).

São as mulheres que, em situações de sobrecarga, asseguram simultaneamente trabalho pago e não pago, o que se traduz em cansaço e stress associado a esse tipo de relação entre vida familiar e vida profissional. No âmbito do trabalho não pago, as mulheres acumulam as tarefas domésticas, os cuidados com os idosos dependentes e com as crianças. Quanto às mulheres que trabalham no exterior, elas apenas podem diminuir a sua participação nas tarefas da casa diminuindo o tempo a elas dedicado (Torres, 2005).

Pereirinha (2007) acrescenta o facto de a mulher deter tradicionalmente um cariz mais secundário no seio do casal, o que em famílias com um perfil empobrecido dificulta e aumenta a intensidade dos quotidianos das mulheres, em que o tempo livre é praticamente inexistente, comprometendo a sua qualidade de vida e, necessariamente, a sua saúde. Em contrapartida, ressalta-se o facto de os homens despenderem grande parte do tempo em que não estão a trabalhar em actividades de carácter pessoal e de convívio.

O mesmo autor afirma que um factor agravante da situação de pobreza e de sobrecarga social destas mulheres reside no facto de a oferta de equipamentos públicos de apoio quer para crianças para idosos, não ser em número suficiente e que, tradicionalmente e na generalidade, são as mulheres que se ocupam destes elementos do agregado.

Outro factor a ter em conta é o da crescente monoparentalidade, sendo de salientar que em cerca de 80% das famílias (Censo 2001) o representante é do sexo feminino. Estes agregados são particularmente vulneráveis à pobreza e muitos deles dependem exclusivamente do rendimento da mulher.

As redes familiares, através da sua componente feminina, parecem contribuir pelo menos parcialmente para diminuir o impacto da falta de equipamentos para idosos dependentes, sem prejuízo de um conjunto significativo desses idosos se encontrarem sozinhos nas suas casas, tendendo aí a ser também ajudados por familiares mulheres. Segundo Torres esta situação contraria de forma frontal ideias que tendem a apontar a família como não cuidando dos seus idosos. Aqui se mostra que é fundamentalmente com apoios da família que eles podem contar, sendo residual a percentagem dos idosos dependentes que estão em lares (Torres, 2005).

De um modo geral, e ainda no mesmo estudo se faz referência à posição desfavorável da mulher no mercado de trabalho, na família e na vida social em geral ser mais significativa nos meios desfavorecidos. Esta situação traduz-se necessariamente numa percepção diferenciada das condições de vida e do sentimento de pobreza, por parte deste grupo de mulheres.

Os efeitos da reprodução da pobreza, ou seja, famílias com poucos rendimentos e com muitos filhos, dificilmente encontram respostas adequadas às suas necessidades de protecção, de laços afectivos e de uma educação sócio-cultural a todos os níveis.

Cabral (1991) aponta para uma sobreposição dos universos privado e público nas mulheres, ambos dominados pela família conjugal, os familiares próximos e os vizinhos, contrastando com uma maior diferenciação entre os universos privado e público dos homens.

Ainda segundo o mesmo autor, para que os efeitos da socialização conduzam a uma situação mais equilibrada entre homens e mulheres, não é suficiente que as mulheres tenham acesso ao mercado de trabalho, sendo igualmente necessário um grau de envolvimento técnico e social na vida profissional que, segundo o seu estudo, as mulheres nem sempre manifestam. Faz referência ao descontentamento das mulheres relativamente à desigualdade do sistema de oportunidades e recompensas socio-económicas que “não se traduz numa

mobilidade nem num radicalismo político superior ao dos homens, antes pelo contrário”.

Chama a esta atitude um “pessimismo pré-cognitivo”, e/ou um sentimento difuso de injustiça e de impotência, que parecem conjugar-se numa espécie de dialéctica negativa, para gerar uma situação de relativa exclusão, não só perante a vida cívica e política, como perante a própria vida social e económica (Cabral, 1991).

O risco de pobreza varia entre sexos. A maior incidência de baixos rendimentos nas mulheres conduz, em Portugal, à semelhança da generalidade dos países, ao fenómeno de feminização da pobreza. Em 2004, 22% das mulheres estavam em situação de pobreza, contra 20% dos homens, sendo as mulheres a apresentar sistematicamente um risco de pobreza mais elevado desde 1995 (PNAI 2006-2008).

Segundo o Livro Verde Sobre Política Social Europeia (1993), na UE mais de um quarto das mulheres são chefes de família. No livro podemos ler, “Precisamos de políticas destinadas aos homens e mulheres, que facilitem a combinação entre emprego remunerado e cuidados aos filhos”.

A política da família diz respeito a todas as famílias, e não apenas àquelas que se encontram em dificuldades. Há que encontrar o equilíbrio entre família com necessidades específicas e família na generalidade.

Acrescenta-se ainda: “Há que criar horários de trabalho flexíveis, não só no interesse das entidades empregadoras e possivelmente da criação de empregos, mas também para alcançar um equilíbrio entre a vida familiar e a vida profissional” (Livro Verde Sobre a Política Social Europeia, 2005).

3. - Sem Abrigo – Caracterização do Fenómeno

“O nosso quotidiano civilizado está cheio desses seres que mantendo uma similar aparência física, se afastaram de tal maneira da humanidade que perderam o laço comum. Pelo que estão reunidas as condições objectivas e morais para a chacina dos homens-lixo. E essa é já uma prática quotidiana. Imposta pelas autoridades, desculpada pela moral pública, exigida pela economia” (Moura, 2000, p.14).

Neste ponto iremos falar sobre o enquadramento legal e político do problema social do(a)s sem abrigo na Europa e em Portugal,

Para melhor compreensão da problemática realizou-se uma abordagem ao universo conceptual do(a)s sem abrigo. Apresentaremos igualmente um estudo ao nível da caracterização da problemática. Para tal recorreu-se aos dados disponibilizados pela AMI, no âmbito da sua intervenção nacional (10 centros sociais de apoio prioritário aos sem abrigo, Olaias, Chelas, Graça, Almada, Cascais, Coimbra, Porto (2), Gaia e Funchal), um estudo transversal que se reporta a três anos 2004, 2005 e 2006.

3.1. - Universo Conceptual

Sem abrigo é a tradução do Francês “Sans Abri” e do Inglês “homeless”. “Sans Abri” (Damon, 1998) reenvia a uma ideia de falta de “habitat” mínimo, que protegeria o homem do frio, do vento ou da chuva que, da mesma maneira que a alimentação e/ou vestuário, assegura uma necessidade essencial à sobrevivência humana (Thomas, 1997).

Por exemplo, segundo a definição inglesa veiculada no the Housing Act (1985), uma pessoa é sem abrigo se não possui o direito legal ou se encontra impedida de ocupar uma casa de forma segura ou com razoável conforto (*cit. in* Munoz e Vasquez, 1998).

Já segundo Rossi, “a situação de sem abrigo, na sua essência, significa não ter acesso regular e usual a uma residência (domicílio/habitação)

convencional. O termo aplica-se principalmente àqueles que não são arrendatários (inquilinos) ou não são possuidores da sua própria residência” (Rossi, *cit. in* Barros *et al*, 1997, p. 171).

Assim, segundo Pereirinha (2000), a complexidade do estudo dos sem abrigo é, em parte, resultante da polissémica do conceito, da polivalência explicativa, e ainda da dificuldade metodológica na abordagem ao fenómeno.

No entanto, e apesar das dificuldades em tornar claro o conceito de sem abrigo, alguns autores contribuem para a sua explicitação: Leanne Rivlin (1985,1986) descreve os sem abrigo em termos de duração do período em que estes se encontram na rua e do conseqüente grau de vulnerabilidade. O autor distingue quatro formas e graus de sem abrigo:

- **O crónico**, associado ao alcoolismo e à toxicodependência, que parte da sua vida é passada na rua, tem apenas dinheiro suficiente para uma “pensão barata”, pode manter uma rede de contactos sociais ou formar pequenas comunidades com pessoas na mesma situação;
- **O periódico**, que tem casa mas que a deixa quando a pressão se torna intensa, conduzindo-o para um albergue ou mesmo para a rua, mantendo-se, no entanto, a casa acessível quando as tensões acalmam (incluem-se aqui, entre outros, os trabalhadores migrantes que partem à procura de trabalho sazonal ou mulheres que sofreram violência doméstica);
- **O temporário**, mais limitado no tempo que as outras formas, está numa situação de sem abrigo devido a uma situação inesperada, mas a sua capacidade para ter e manter uma casa, mantém-se estável (situação motivada, por exemplo, por um desastre natural, desemprego súbito, doença grave, ou uma mudança de comunidade) e, por último;
- **O total**, considerado o mais catastrófico de todos, traumatizado devido ao facto de não ter casa nem manter relação com a comunidade, pode pernoitar num albergue nocturno ou nas mediações de uma igreja, mas não tem casa e, muito embora as perspectivas futuras dependam de

cada indivíduo, o trama da total devastação dos seus suportes sociais e físicos ameaça seriamente os seus poderes de recuperação.

Na mesma linha de pensamento, David Snow e Leon Anderson (1993) diferenciam vários “tipos” de sem abrigo: os *recém – chegados à rua*; os *institucionalmente adaptados*, caracterizados pela sua adaptação ao meio através da ajuda institucional; e os “*outsiders*”, que se distinguem dos restantes devido às suas características sedentárias.

Pereirinha (2005) identifica dois tipos de sem-tecto:

Os **sem tecto crónicos**, com muitos anos de rua, há muito despojados de regras e de sonhos, onde a doença (física e mental) e a degradação física imperam. Ainda que se conclua que a grande maioria dos sem-tecto recorra aos serviços públicos de saúde (hospitais ou centros de saúde) existem ainda situações de indivíduos, em grande debilidade física e mental, por vezes, até mesmo em estados terminais, a viverem na rua e sem quaisquer mecanismos de assistência médica.

E os **novos sem tecto**, pessoas que se encontram há pouco tempo na rua por múltiplas perdas (profissionais, familiares, individuais), que necessitam de um mecanismo de mediação, que lhes permita reconstruírem o seu projecto de vida. Esta tipologia vai ao encontro do processo de desqualificação social de Paugan (2000).

Ainda relacionado com o tempo de ser ou estar sem abrigo, Lionel Thelen (2004) afirma que uma pessoa sem abrigo pode ser considerada de longa duração assim que esteja completamente adaptada às condições de vida que são específicas ao seu meio, a rua, querendo rua significar, genericamente, algo que serve para todos os espaços frequentados pelos sem abrigo, sejam eles ruas, praças, cozinhas sociais, dormitórios, abrigos de dia, etc. .

Portanto, mais do que estar é ser sem abrigo, resultante de uma situação de sucessivas rupturas e perdas, que o tornam isolado, fechado e excluído do

meio social. Neste novo papel, à medida do tempo, o indivíduo vai construindo uma nova identidade, a partir da experiência de rua, e vai recriando estratégias de sobrevivência num meio agreste e adverso à mudança. Daí que, “ser sem abrigo implica mais do que um modo de viver é um modo de sobreviver” (Bento *et al.*, 2002, p. 90).

Outros, mais frequentemente, definem sem abrigo a partir da situação habitacional ou do tipo de local em que os indivíduos pernoitam, considerando sem abrigo todos aqueles que, por falta de meios ou qualquer outro motivo, não têm acesso ao mercado de habitação (Rossi, 1989; Rio, 1997). Outras definições mais abrangentes reflectem, não apenas a crise permanente ou imediata de acomodação e a ausência de uma estrutura, um espaço físico que os rodeie, mas também a ideia de que ser sem abrigo significa estar privado dos suportes sociais, psicológicos e económicos, incluindo todos aqueles que têm abrigo, mas que residem em casas sem condições de segurança ou de salubridade. Neste sentido, ser sem abrigo pode significar a perda do direito de voto, de receber apoio de serviços sociais regularmente e de estar ligado a uma comunidade. Inclui a perda de papéis, a perda de relações de vizinhança, de receber visitas, de ter um emprego, uma fonte de abrigo e protecção (Rivlin, 1985). Alguns referem que a esta definição se pode acrescentar o grau de satisfação, o sentimento de pertença e a identificação entre o indivíduo e o espaço que o acolhe (Canter, 1989). Partilhando desta concepção, Borges (1995) e Thelen (2005) valorizam não só a existência de um espaço físico como a relação que com ele se mantém.

O conceito de “sem abrigo” utilizado em estudos recentes, parece acentuar e defender a questão da habitação como prioritária, “Habitação primeiro” Segundo a maior parte dos autores sem a questão da habitação resolvida dificilmente poderemos intervir na alteração das restantes dimensões inerentes ao ser humano (sociais, psicológicas, económicas, entre outras).

3.1.1. - Resiliência nas Pessoas Sem Abrigo

Resiliência tem origem no latim. *Resilio* significa retornar a um estado anterior. Na engenharia e na física ela é definida como a capacidade de um corpo físico voltar ao seu estado normal, depois de ter sofrido uma pressão sobre si. Em ciências humanas representa a capacidade de um indivíduo, mesmo num ambiente desfavorável, construir-se positivamente frente às adversidades.

Outros conceitos são apresentados, dando o mesmo enfoque ao termo:

- Capacidade de uma pessoa ou sistema social de enfrentar adequadamente as circunstâncias difíceis (adversas), porém de forma aceitável (Vanistendael, 1994).
- Capacidade universal humana para enfrentar as adversidades da vida, superá-las ou até ser transformado por elas (...) (Grotberg, 1995).
- Conjunto de processos sociais e intra psíquicos que possibilitam ter uma vida sã vivendo em um meio insano (Rutter, 1992).
- Capacidade de resistir à adversidade e de utilizá-la para crescer que, desenvolvida ou não, cada pessoa traz dentro de si (Costa, 1995).

Os conceitos de resiliência são muitos, e todos estão relacionados aos sentimentos positivos. Não caberiam aqui as emoções negativas como raiva, medo e tristeza. Muito mais cabíveis são as emoções positivas: alegria, prazer e amor. E ainda acrescentando a coragem. Esta seria a alavanca para o desenvolvimento quando se pretende o confronto com as condições adversas do meio em que se vive.

Costa (1995) é um dos estudiosos que acredita que a resiliência não é privilégio de alguns somente. Não é o caso de uns nascerem resilientes e outros não.

O estudo sistemático da resiliência nas pessoas e nas organizações revelou que ela não é uma qualidade única e extraordinária, característica intransferível de um grupo especial de pessoas. A resiliência é, antes de tudo,

resultante de qualidades comuns que a maioria das pessoas já possui, mas que precisam estar correctamente articuladas e suficientemente desenvolvidas.

Segundo Costa (1995) a aprendizagem da resiliência, mais que pelo discurso, ocorre pelas práticas, vivências e pelo curso dos acontecimentos em que as pessoas vão incorporando a capacidade de resistir à adversidade e utilizando-a para o seu crescimento pessoal, social e profissional.

Desenvolver, portanto, a resiliência num grupo, consiste em conhecer a sua história, procurar analisá-lo no contexto, para então intervir de maneira apropriada, buscando as razões capazes de motivá-lo e fortificá-lo.

Vicente (1995) também afirma que a resiliência pode ser promovida. Ela determinou a existência de três factores que promovem a resiliência: o modelo do desafio, vínculos afectivos e sentido de propósito no futuro.

O *modelo de desafio* é bastante identificado em pessoas resilientes. Segundo Vicente, as características centrais encontradas nesse modelo são: o reconhecimento da verdadeira dimensão do problema e o estabelecimento de metas para sua resolução. Sobre os vínculos afectivos, diz Vicente:

- *A existência de vínculos afectivos*, é também considerado como um factor importante para promoção da resiliência. A aceitação incondicional do indivíduo enquanto pessoa, principalmente pela família, assim como a presença de redes sociais de apoio, permitem o desenvolvimento de condutas resilientes.
- O *sentimento de propósito no futuro*, identificou que, além do sentimento de autonomia e confiança, encontraram-se características como expectativas saudáveis, direcionamento de objectivos, construção de metas para alcançar tais objectivos, motivação para os sucessos e fé num futuro melhor.

Esta resiliência é construída durante a infância (Cyrułnik, 2000). Conhecendo o grau de resiliência de uma pessoa sem abrigo poderá ser possível delinear o momento em que o indivíduo passa de sem abrigo de curta duração a sem abrigo de longa duração, tendo já assimilado a pressão do ambiente vivido na rua (Thelen, 2005).

3.1.2.- Nudez Social

Thelen (2004) fala na privação social dos sem abrigo, a que poderemos chamar de nudez social. Tem sobretudo a ver com as peculiaridades do seu modo de vida - *A rua*. A designação que aparece para todos os espaços frequentados pelos sem abrigo, sejam ruas, praças, dormitórios, cozinhas de sopa, abrigos de dia etc., – é para o sem abrigo, um meio muito hostil, no qual a sua integridade psicológica se encontra ameaçada.

Uma das consequências reside no facto de estes sem abrigo não terem relações sociais próximas, mas sim superficiais. Este processo auto-destrutivo é ainda agravado pelo facto de o sem abrigo se mover num contexto de rotinas muito pobre, feito de repetidos e monótonos dias que parecem sempre os mesmos, onde a lógica da sobrevivência absorve toda a atenção do indivíduo. Assim, vivendo constantemente nos limites, a pessoa sem abrigo tem de se adaptar ela própria à rua, universo univocal que exclui qualquer um, ao mesmo tempo que desenvolve estratégias de sobrevivência. Entre estes comportamentos de abandono, acrescentamos o stress das relações sociais muito frágeis (Thelen, 2004).

Segundo Thelen, para todo(a)s, incluindo os pobres, há uma estreita ligação entre as expectativas futuras e as hipóteses objectivas de as concretizar. O(a)s sem abrigo, não tendo um projecto, repetem um padrão de falhanço e sofrem de uma falta de resiliência, estão encurralados no presente e não têm nenhuma consciência do tempo. O sentido temporal das pessoas sem abrigo sofre de uma espécie de auto-sensor inconsciente em que o horizonte temporal é tão curto que nenhuma possibilidade são deixadas para preencher com sonhos e/ou com expectativas futuras. Consequentemente,

refere Thelen (2004), estas pessoas são incapazes de definir quais são as suas preocupações assim como os seus desejos.

Ainda o mesmo autor, refere-se aos sem abrigo como estando parados, numa vida em que a satisfação necessidades básicas tais como encontrar comida e um lugar para dormir está sempre presente. Vida esta, preenchida pelo álcool, tabaco e de outros pequenos expedientes (Thelen, 2005).

Tornar-se sem abrigo resulta de um processo progressivo de perda de laços afiliativos com as várias estruturas sociais: a família, a escola, o trabalho, a religião, a política e o lazer (Bahr, 1973). O conceito *desafiliação* remete-nos simultaneamente para o nível individual e social, na medida em que os laços afiliativos representam a ligação entre o indivíduo e o grupo (La Gory *et al.*, 1991).

3.2. - Dimensão Europeia

“Morreu de frio”, “Mort de froid”, “Homeless at risk at this Winter”, “Twee daklozen dood”, “Il freddo uccide un clochard cingalese”, “Obdachloser Mann erfroren”. No Inverno, as pessoas sem-abrigo que morrem de frio fazem os títulos dos jornais um pouco por toda a Europa. Os artigos pressionam os poderes políticos a intervirem adoptando medidas de emergência para o Inverno e a conceberem ajuda urgente para as vítimas do frio (Feantsa, 2006).

Em toda a Europa o fenómeno dos sem abrigo é reconhecido como um grave problema social não tendo sido, contudo, fácil colocá-lo na agenda política europeia ou nacional. No entanto, têm-se feito alguns avanços na tentativa de dar uma dimensão estatística ao fenómeno, tentando ultrapassar o senso-comum da sua visualização.

No Conselho Europeu de Lisboa (2002), os Estados-Membros da União Europeia aceitaram o desafio de lutar contra a pobreza e exclusão social, como um dos elementos centrais na modernização de uma política social europeia. Os chefes de estado e os governos decidiram tomar medidas para erradicar a pobreza e definiram objectivos que foram adoptados pelo Conselho Europeu de Nice em 2000. Também ficou decidido que as políticas na luta contra a exclusão se devem basear num Método Aberto de Coordenação (MAC), que combina os planos nacionais de acção e um programa da Comissão Europeia, para encorajar a cooperação transnacional.

A nível europeu, e segundo dados da FEANTSA (2000), o número de sem abrigo tem tido um aumento constante. Estima-se em dezoito milhões de europeus (uma pessoa em 20) nos 15 países da União Europeia, que estão impedidos do acesso a uma habitação condigna. Três milhões estão efectivamente sem tecto e 15 milhões estão vivendo em casas superlotadas ou sem condições. Este fenómeno assume diferentes proporções de país para país, se bem que o registo da situação real e a comparação entre países seja difícil devido à falta de dados estatísticos e de definição consensual do conceito de “Sem Abrigo”.

A Comissão Europeia não possui estudos sobre este fenómeno que ameaça a coesão social e degrada o modelo social europeu (Conselho Europeu, 2001).

Quando questionada por escrito em Março de 2003, por um parlamentar grego, se tencionava tomar medidas para fazer face a este fenómeno, a Comissão respondeu por escrito:

“O fenómeno dos sem abrigo é um aspecto importante do **método aberto de coordenação** em matéria de inclusão social. “

Na acepção do **primeiro objectivo**, entre os objectivos comuns sobre a pobreza e exclusão social acordado no Conselho Europeu de Nice em Dezembro de 2000, foi estabelecido: (Conselho da União Europeia, 2002)

“Criar políticas que tenham como objectivo o acesso de cada pessoa a habitação decente e salubre, bem como aos serviços essenciais necessários, atendendo ao contexto local e a uma existência normal nessa habitação (electricidade, água, aquecimento)” (*cit. In* Conselho da União Europeia, 2002).

O **segundo objectivo** estabelece uma meta mais concreta: “Criar políticas destinadas a evitar rupturas em condições de existência susceptíveis de conduzir a situações de exclusão social, nomeadamente no que se refere aos casos de sobre endividamento, exclusão escolar ou perda de habitação”.

A Comissão Europeia (2003) reconhece que o fenómeno dos sem abrigo é uma questão complexa, pois não diz respeito exclusivamente a uma ausência de habitação. Muitos dos sem abrigo também se debatem com múltiplos problemas – doença mental e física, desemprego – que os arrastam para uma espiral de pobreza. Por isso, diz ainda a Comissão “é essencial não focar apenas as pessoas que vivem na rua, mas considerar o fenómeno dos sem abrigo numa perspectiva mais abrangente” (*cit. in* Comissão Europeia, 2003).

Condições de habitação e de vida dignas constituem duas das necessidades mais básicas do ser humano. Garantir o acesso seguro a um alojamento

adequado constitui, na maioria dos casos, um pré-requisito relativamente ao exercício da maioria dos direitos fundamentais que deveriam ser gozados por todo(a)s (Martins, 2004).

Esta questão é realçada no relatório conjunto sobre a Inclusão Social, baseado na análise dos planos nacionais (PNAI), adoptado em Dezembro de 2001. O relatório identifica oito desafios centrais para o futuro, dos quais a maior parte iria contribuir para abordar a questão dos sem abrigo.

Em particular, o desafio de *“Garantir a todos condições de habitação dignas”* encara o acesso ao alojamento de boa qualidade a um preço comportável como um direito e uma necessidade fundamentais. A satisfação desta necessidade continua a ser um desafio significativo em alguns Estados-Membros. As respostas integradas, adequadas para prevenir e fazer face a situações de privação de alojamento consubstanciam-se como uma questão problemática para alguns países.

A Comissão espera que, através da elaboração dos PNAI (Planos Nacionais para a Inclusão), os diversos Estados – Membros apresentem medidas, estratégias políticas concretas para enfrentar este fenómeno social.

É importante a existência de uma abordagem integrada e global, vocacionada especificamente para os sem abrigo, contudo, ela é inexistente nos PNAI.

Actualmente o fenómeno dos sem abrigo é visto comumente como um problema multidimensional, que requer uma abordagem integrada e global. No entanto, alguns países tendem a concentrar-se unicamente num ou outro aspecto dos problemas que os sem abrigo enfrentam e tentam promover respostas específicas. Mas basear-se num único aspecto é, muitas vezes, ineficaz, a longo termo, na melhoria das condições dos sem abrigo.

Segundo a FEANTSA, sem abrigo é a ausência de abrigo pessoal, permanente e adequado. Os sem abrigo são aqueles que são incapazes de ter acesso a

uma habitação adequada, pessoal e permanente, ou a manter essa habitação devido a impedimentos financeiros e outros.

No início de 2005, a FEANTSA desenvolveu e apresentou uma Tipologia Europeia para os sem abrigo e exclusão relacionada com a habitação, ETHOS (European Typology on Homelessness and Housing Exclusion). Esta tipologia caracteriza os sem abrigo da seguinte forma: (Anexo 4)

Sem abrigo

- Pessoas que vivem na rua
- Pessoas que vivem em alojamentos de emergência

Sem Alojamento

- Lares de alojamento provisórios – fase inserção
- Lares para mulheres
- Alojamento para Imigrantes
- Pessoas que saíram de hospitais ou estabelecimentos prisionais
- Alojamento assistido/ acompanhado

Habitação Precária

- Habitação temporária/ precária – casa de amigos, familiares, sem arrendamento, ocupação ilegal
- Pessoas à beira de despejo
- Vítimas de violência doméstica

Habitação inadequada

- Pessoas que vivem em estruturas provisórias, inadequadas às normas sociais – ex.: caravana
- Pessoas em alojamento indigno – ex: barraca
- Sobre população

A nível Europeu existem países, tais como a França, a Bélgica, a Dinamarca, o Reino Unido e a Escócia, com algum passado legislativo ao nível dos sem abrigo.

Numa compilação de dados fornecidos pela FEANTSA (2003), alguns países apresentam iniciativas políticas interessantes, que integram vários dos elementos mencionados. O que se segue é um breve resumo.

O Reino Unido lançou a iniciativa “Rough Sleepers” para reduzir ao mínimo (próximo do zero) o número de pessoas a dormir sem condições no ano de 2012. A abordagem tem três pedras-pilar:

- Assistência a pessoas vulneráveis
- Reconstrução das vidas de pessoas que saíram das ruas
- Prevenção de sem abrigo nas ruas

Na **Escócia**, uma concentração de esforços foi estabelecida em 1999, de onde emanaram algumas recomendações que resultaram em dois actos do parlamento, o primeiro garante a cada indivíduo sem abrigo um conjunto de direitos mínimos (alojamento temporário, aconselhamento e apoio na procura de alojamento permanente). Cada autoridade local desenvolve uma estratégia na prevenção e erradicação do fenómeno. O segundo acto do parlamento, conhecido como “Acto Escocês dos sem abrigo” foi adoptado em Março de 2003, e irá progressivamente estender-se aos direitos dos sem abrigo durante 10 anos, até que seja garantido, a cada pessoa, o direito ao alojamento.

Na Irlanda, o governo também lidou com esta população de uma forma específica. Um documento intitulado “sem abrigo – Uma abordagem integrada” (2000), deu a saber que não se trata apenas de um problema de alojamento, que outras áreas como benefícios fiscais, saúde, educação, aprendizagem e prevenção devem fazer parte do combate ao fenómeno. O governo lançou uma estratégia para a prevenção do fenómeno em 2002, para assegurar que ninguém é excluído da assistência governamental e tomar as medidas necessárias para que isso aconteça. De uma forma mais específica, o governo

solicitou a todas as autoridades públicas e instituições de saúde, a adopção do Plano de Acção para os sem abrigo em 3 anos, assim como a melhoria da qualidade dos serviços para os sem abrigo. Assim, cada autoridade pública deverá criar um fórum sobre sem abrigo, composto por representantes de autoridades locais, instituições de saúde e organizações voluntárias.

Na **Dinamarca**, existe um plano nacional para os sem abrigo desde 2000. Trata-se de uma iniciativa conjunta dos Ministérios da Habitação e Assuntos Urbanos e o dos Assuntos Sociais que permitiu que as autoridades locais e regionais assumissem melhor as suas responsabilidades nesta área.

Na **Bélgica**, na região da Valéncia, foi criada uma política de realojamento intitulada **Operação sem abrigo**.

Esta regulamentação tem em vista, por um lado, a reabilitação dos prédios insalubres e, por outro, o alojamento de pessoas que não dispõem de recursos para obter ou alugar uma habitação.

A Flandres tem em fase de preparação uma estratégia global contra o fenómeno, com base nos modelos irlandês e inglês. Mas a falta de meios desde logo dificultou a implementação desta estratégia.

Em França, cumpre destacar neste quadro a designada “Loi Besson” aprovada em 1990. Existe um conjunto de programas coordenados, integrados e diversificados de medidas para os sem abrigo, segundo a FEANTSA, um dos melhores de todos os Estados Membros, inserindo-se num programa mais vasto do combate à pobreza. Esta regulamentação insere, nos seus estatutos, um plano de acção para o alojamento de pessoas desfavorecidas:

- Fundos especiais (Les Fonds de Solidarité Logement) que se destinam a facilitar o pagamento de uma renda inferior ao preço corrente do mercado;

- Financiamento para “ Les Logements d’ Insertion “. Esta acção resume-se a empréstimos bonificados aos organismos de habitação social;
- Alojamento subsidiado: “ L’ Aide Personnalisée au Logement “ (A.P.L) versa directamente aos arrendatários, dando o direito ao locatário ao pagamento de um aluguer residual. A A.P.L estende-se também às “ casas de jovens” trabalhadores e aos que procuram o primeiro emprego (dos 16 aos 25 anos).

Segundo Bruto da Costa (1999), a primeira ideia que se tem, quando se fala de uma situação de sem abrigo, é a falta de casa, diz ser a carência mais evidente de quem pernoita nos bancos do jardim ou nos vãos de alguma escada. Trata-se segundo o autor de uma inferência correcta se a entendermos como uma carência que requer uma solução de emergência, desejavelmente transitória. Não podemos, contudo, considerar que o único problema a resolver é o da habitação.

Numa sociedade cada vez mais globalizante, a pessoa como ser humano, vai sendo progressivamente esmagada pelo determinismo das macro-políticas e dos grandes desígnios da aldeia mundial.

3.3. - A Realidade Portuguesa

“Os sem abrigo representam a forma mais extrema e complexa de exclusão.” (cit. in Costa, 1988).

Tal como em outros Estados-Membros, em **Portugal** foi feito um programa nacional de luta contra a pobreza para prevenir e melhorar as condições de vida dos sem abrigo, apesar de não se dirigir exclusivamente a este grupo-alvo.

Em Portugal existe um vazio em termos de legislação neste domínio. A única valência tipificada é o albergue. Isto significa que o “albergue” é a única situação que o Estado prevê em termos de apoio prestado pelas organizações

não – governamentais aos sem abrigo e, como tal, é a única situação legalmente passível de ser comparticipada, por referência aos custos médios previstos.

Em Portugal, na actualidade, não existe nenhuma legislação específica para os sem abrigo. A Lei de Saúde Mental (Lei n.º 36/98, de 24 de Julho) não se referindo aos sem abrigo, poderá ter algum impacto nestes, uma vez que é o suporte legal para o tratamento e internamento compulsivo dos casos muito graves de doença mental (Bento, 2002). Também a medida do Rendimento Mínimo Garantido, hoje denominado Rendimento Social de Inserção, trouxe repercussões para o apoio aos sem abrigo.

Portugal foi um dos primeiros países Europeus a declarar na sua constituição em 1976 que:

“1. Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.

2. Para assegurar o direito à habitação, incumbe ao Estado:

a) Programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social;

b) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a construção de habitações económicas e sociais;

c) Estimular a construção privada, com subordinação ao interesse geral, e o acesso à habitação própria ou arrendada;

d) Incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações, tendentes a resolver os respectivos problemas habitacionais e a fomentar a criação de cooperativas de habitação e a autoconstrução.

3. O Estado adoptará uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria” (Constituição da República Portuguesa, 1997).

Contudo, até aos finais dos anos 90, as políticas de habitação social, não foram capazes de responder às necessidades dos mais pobres. Só em meados de 90, o programa especial de realojamento (PER) tornou possível enfrentar, de uma forma mais adequada, os problemas de milhares de famílias que viviam há décadas em barracas e em habitações degradadas.

Portugal insere-se no quadro dos países da União Europeia com políticas rudimentares sobre os sem abrigo.

O acesso à habitação é uma das maiores dificuldades com que os cidadãos da União Europeia têm sido confrontados. Conseguir uma habitação adequada e condigna é condição necessária para usufruir de um conjunto de direitos. Estes incluem o direito à educação, o direito ao trabalho, o direito à protecção social, o direito aos cuidados de saúde e à vida em família.

Muitas pessoas são confrontadas com esta situação e, face à inexistência de uma habitação adequada para viver, são obrigadas a permanecer e dormir na rua, em viaturas, abrigos e “ barracas “. Algumas destas pessoas vivem abaixo do limiar da pobreza e em situação de exclusão social, levando ao aparecimento de determinados grupos sem alojamento e acompanhamento social adequados. Entre eles encontram-se os sem abrigo e as populações desalojadas.

O estudo sobre os sem abrigo em geral e as mulheres em particular encontra vários obstáculos, em grande parte por se tratar de uma área longe de ser prioritária nas políticas sociais. As verbas financeiras são sempre muito reduzidas, o que não facilita a pesquisa. Isto tem inviabilizado a existência de números oficiais que esclareçam e clarifiquem o fenómeno em Portugal.

Tendo em conta que o fenómeno dos sem abrigo se encontra excluído do normal funcionamento da sociedade e dos seus instrumentos de controlo, não é fácil conferir-lhe uma dimensão estatística que permita avaliar de uma forma credível os números.

Existem contudo, alguns indicadores que revelam não só o aumento em número como em gravidade dos casos de sem abrigo, em particular nas grandes cidades, sendo esse aumento numérico mais evidente no que diz respeito ao sexo feminino (Gráfico 1 e 2).

As respostas existentes, na sua maioria, não são especificamente dirigidas para as mulheres, pois tratando-se de um fenómeno maioritariamente masculino estas encontram-se mais dirigidas aos homens.

Há também que ter em consideração que o problema de estar ou ser sem abrigo é vivenciado de forma marcadamente diferente em função do sexo, representando para as mulheres uma situação de perda mais marcante.

Um bom exemplo de boa prática parece ser o Programa de Habitação Assistida da Câmara Municipal de Lisboa (2006) que consiste na atribuição provisória de casas a indivíduos sem abrigo. Este programa é dirigido a pessoas que pernoitam na rua. Destina-se a indivíduos sem abrigo inseridos em Programas de Reinserção Social e que necessitem de uma habitação para saírem da rua ou dos Centros de Acolhimento (Boletim Municipal, 2006).

Um dos instrumentos indispensáveis à compreensão do problema dos sem abrigo é o da história de vida, que permita analisar o percurso de cada um, a percepção subjectiva que tem da sua própria situação, das suas necessidades, hábitos e costumes, problemas, capacidades, motivações, etc. Uma outra linha de análise é o que diz respeito ao estudo objectivo feito pelos técnicos, instituições e/ou serviços com quem tenham tido contactos.

3.3.1. - População Sem Abrigo – AMI – 2004-2006

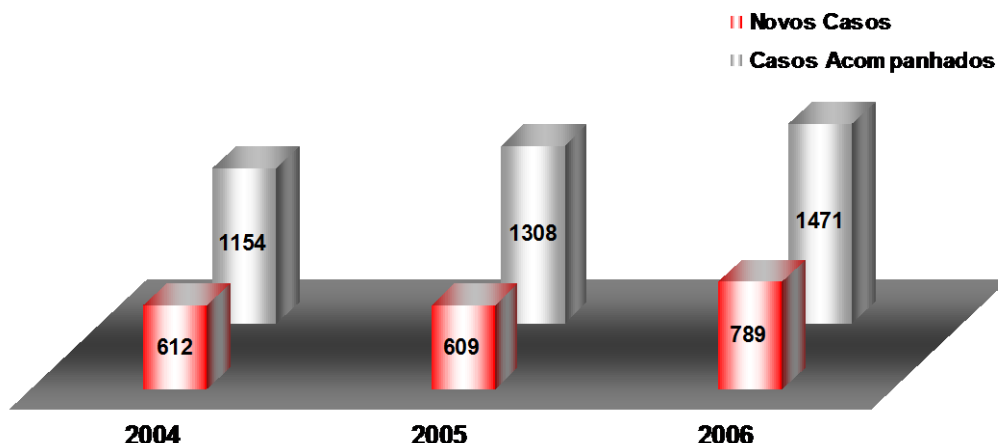
Relembrando a tipologia europeia desenvolvida pela FEANTSA (anexo 4) para a população sem abrigo, relacionada com a habitação, esta divide-se em quatro grandes grupos que apresentamos em seguida:

- Os que vivem na rua;
- Os sem alojamento;
- Os com habitação precária e;
- Os com habitação inadequada.

Assim, e na sequência do que anteriormente referimos, adoptou-se, ao longo desta dissertação, como definição de sem abrigo, a pessoa que não possui residência fixa, pernoita na rua, carros e prédios abandonados, estações de metro ou de comboio, contentores, ou aquele indivíduo que recorre a alternativas habitacionais precárias como albergues nocturnos, quartos ou espaços cedidos por familiares ou que se encontra a viver temporariamente em instituições, centros de recuperação, hospitais ou prisões. Em termos mais precisos, a tónica é assente na falta de uma habitação digna e estável.

Assim, e de acordo com a tipologia acima referida, iremos apresentar uma caracterização longitudinal da população sem abrigo que nos anos de 2004, 2005 e 2006, foi sujeita a uma entrevista de ajuda nos 10 centros sociais da AMI (Almada, Cascais, Lisboa(3), Porto(2), Coimbra, Gaia e Funchal), (*Cit. in Relatório Anual/Estatísticas Nacionais da População Utente da AMI em Portugal - 2004, 2005 e 2006*).

No ano de 2006 foram diagnosticados 789 pessoas (novos casos), mais 180 casos que em 2005, num total de 1471 pessoas que se enquadram nesta tipologia de sem abrigo.

Gráfico 1 : Relação entre a variável, " novos casos" e "casos acompanhados"

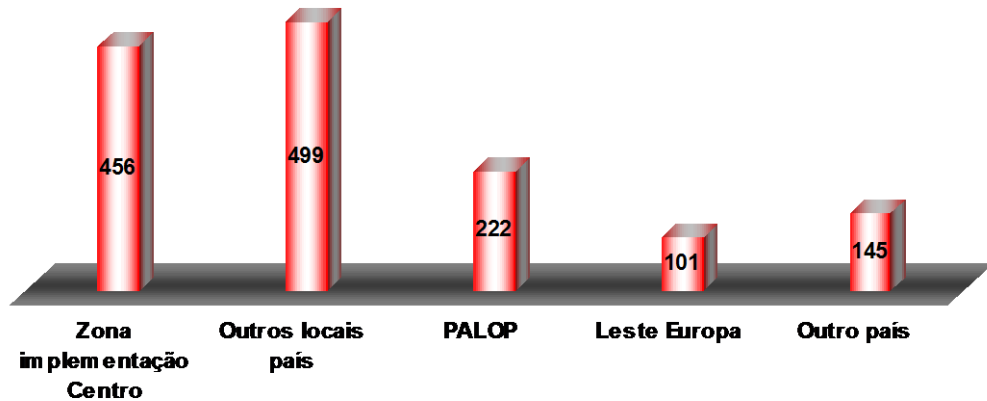
Fonte: Base dados AMI - 2004-2006

Do universo das 1471 pessoas que recorreram à AMI em situação de sem abrigo a maioria tem idades compreendidas entre os 40-49 (30%) e os 30-39 (29%), seguindo-se as idades compreendidas nas faixas etárias dos 50 aos 59 anos (18%) e dos 21 aos 29 anos (10%). Temos assim que 89% dos sem abrigo estão em idade activa.

No que se relaciona com o estado civil, temos um grupo pessoas isolado(a)s (76%), que vivem sós. Solteiro(a)s (58%), divorciado(a)s (16%) e que são viúvo(a)s (25%). Por outro lado, temos um grupo de indivíduos casado(a)s (12%), ou em união de facto (5%). Temos, assim, 17% da amostra que vive com um companheiro(a).

Quanto aos locais de origem, destaca-se a naturalidade portuguesa (67%), seguindo-se os naturais dos PALOP (15%) e dos Países de Leste (7%).

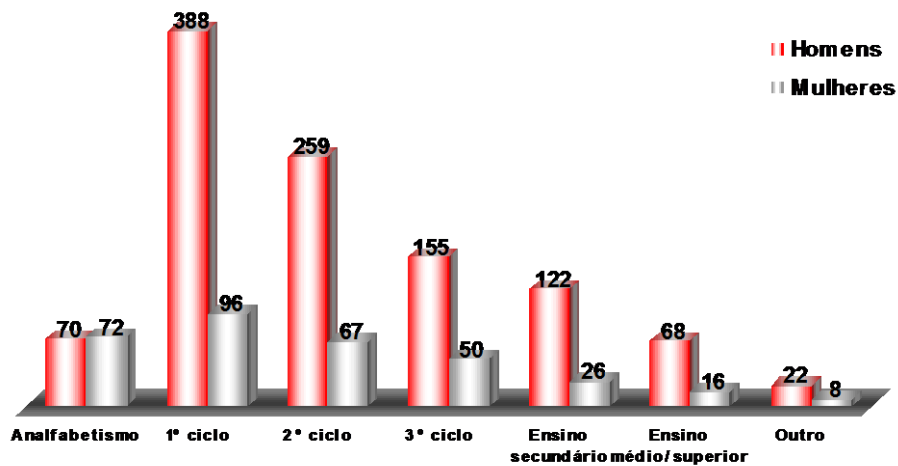
Gráfico 2 : Sem abrigo segundo local origem



Fonte: Base dados AMI-2004-2006

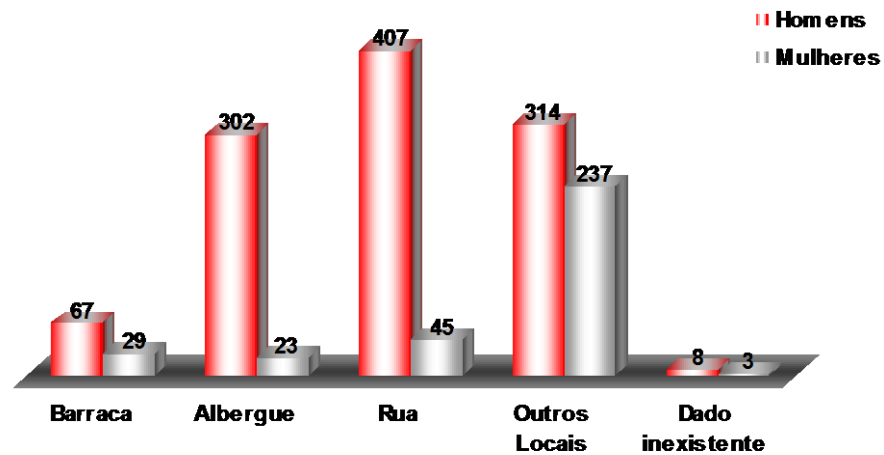
Em termos de escolaridade, encontramos uma taxa de analfabetismo de 10% e uma baixa escolaridade em 57% da população sem abrigo, respectivamente 1º ciclo (34%), 2º ciclo (23%) e 3º ciclo (14%). Com a frequência do ensino médio/ superior temos 6%.

Gráfico 3: Escolaridade segundo o sexo



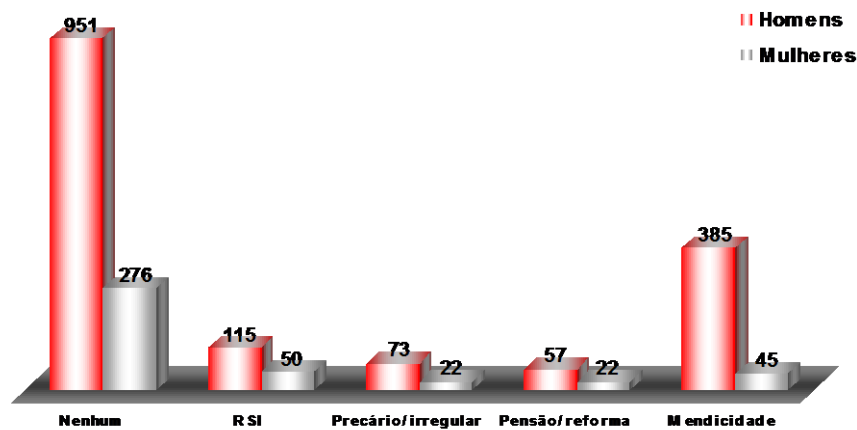
Fonte: Base dados AMI-2004-2006

Quanto aos locais de pernoita, a rua, (espaços rua, escadas/átrio, prédios/carros abandonados, contentores e estações), abarca 32% da população e 22% dorme em albergues. A habitação tipo barraca (barraca e construção clandestina) apresenta uma percentagem de 6%.

Gráfico 4 : Local de dormida segundo o sexo

Fonte: Base dados AMI-2004-2006

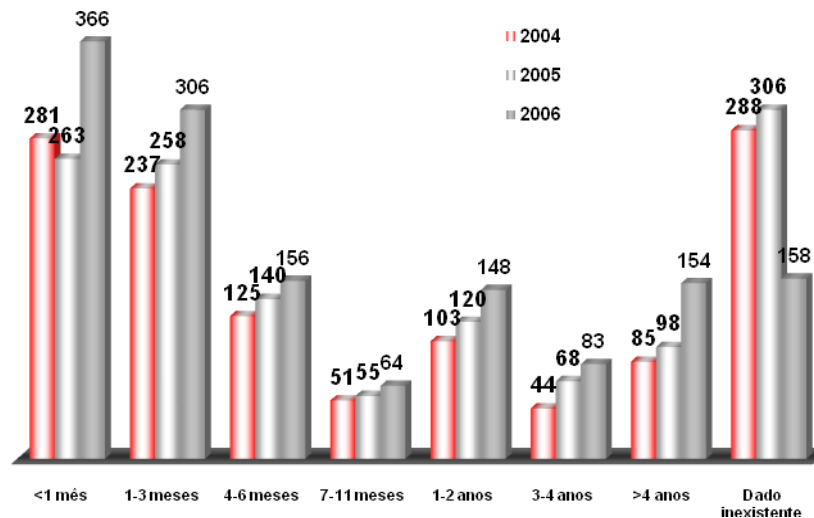
Quanto ao item recursos económicos, o recurso mais frequente é a mendicância (27%), seguindo-se os apoios/subsídios institucionais (22%) e os apoios de amigos e de familiares (13%). O RSI, abrange 10% da população sem abrigo.

Gráfico 5 : Recursos económicos segundo o sexo

Fonte: Base dados AMI-2004-2006

Apresentamos em seguida, um gráfico de evolução do tempo de rua, com o qual podemos verificar o tempo e o número de pessoas que se encontram sem abrigo, há mais ou menos tempo. Assim, verificamos que o maior número de pessoas estão há menos de um mês na situação sem abrigo, (25%), seguindo-se entre 1 e 3 meses (21%). Com a mesma percentagem (11%), encontramos entre 4 a 6 meses e mais de 4 anos.

Gráfico 6 : Relação entre a variável “tempo” e “número de sem abrigo” segundo o sexo



Fonte: Base dados AMI-2004-2006

Da população sem abrigo estudada, importa acrescentar que 89%, está desempregado(a), 92% têm familiares vivos, embora somente 37% com eles se relacione e 43% tem filhos.

Segundo o levantamento estatístico, 28% consome substâncias aditivas e 7% foi-lhe diagnosticado o vírus do IVH.

Temos assim uma caracterização de vários pontos geográficos, entre os quais a 3 maiores cidades de Portugal, (Lisboa, Porto e Coimbra) num total de 1471 sem abrigo, importa referir que as variáveis aqui tomadas em conta são as mesmas do estudo empírico desta tese, o que permite a comparação e complementaridade dos dados.

3.4.- Sem Abrigo em Lisboa - 2003

De modo a melhor entender as características e perfil sócio-demográfico do(a)s sem abrigo, no ponto anterior pretendemos realizar um enquadramento o mais vasto possível em termos do território nacional, tendo abrangido 7 grandes cidades do país (Lisboa, Porto, Coimbra, Funchal,

Almada, Gaia e Cascais), onde a AMI faz acompanhamento social aos sem abrigo (nos anos de 2004, 2005 e 2006).

Neste ponto iremos apresentar um estudo referido pela FEANTSA em 1997, no âmbito da cidade de Lisboa. Os resultados ajudam-nos a compreender a situação global da cidade no que se relaciona com a temática e, ao mesmo tempo, permite-nos começar a estabelecer e relacionar aspectos relacionados com as questões de género nos sem abrigo.

É difícil estimar o número de pessoas que vive em situação de sem abrigo. Na cidade de Lisboa, uma das estimativas para os meados da década de 90, apontava para o número de 2500 (FEANTSA, 1993), ao passo que outro estudo sugere entre os 2000 e os 3500 (Bento, António *et al.*, 1996). Segundo outro estudo sobre os sem abrigo na mesma cidade, da responsabilidade do Pelouro da Acção Social da Câmara Municipal, o número de excluídos que pernoitavam na capital durante o Inverno de 1997/98 oscilou entre 654 e 859. Contudo, o levantamento não contemplava três situações: Casal Ventoso, albergues nocturnos e pessoas a residir em camaratas e pensões com apoio de instituições de solidariedade social (Figueira, *et. al*; 1997).

A análise dos dois estudos, FEANTSA 1997 e Bento 1996, permite identificar alguns aspectos que facultam uma ideia geral do(a) sem abrigo. Assim, no que respeita à composição por sexo e por idade, verifica-se que:

Uma larga maioria é constituída por homens (70-80%).

Os homens eram mais jovens do que as mulheres (idades médias de 48 anos e de 54 anos, respectivamente).

A proporção de jovens (25 ou menos anos) era relativamente pequena (5-7%) mas a dos adultos jovens (idades até 45 anos) era considerável (41-43%).

Os que tinham mais de 65 anos estavam entre 11 e 19% e mais de 55 anos, cerca de 43% (Figueira, 1997).

De modo geral, o nível de qualificações era baixo: cerca de 20% eram analfabetos ou não tinham frequentado a escola e 78% não tinham mais do que a 4ª classe. Porém, 13% tinham estudos secundários ou médios.

A situação das mulheres era, comparativamente à dos homens, mais desfavorável. A percentagem dos sem abrigo com alguma formação profissional não excedia os 25% (FEANTSA, 1997).

Cerca de 60% eram solteiro(a)s, 20% casado(a)s ou em situação de união de facto, 9% divorciado(a)s e 8% viúvo(a)s. A percentagem de solteiros era maior entre homens do que entre mulheres (65% e 43%, respectivamente), ao passo que a proporção de viúvas era superior à dos viúvos (20% e 5%, respectivamente).

Cerca de um terço do(a)s inquirido(a)s não tinha bilhete de identidade (35% entre homens e 19% entre mulheres).

Cerca de 80% estavam desempregado(a)s, 12% eram reformado(a)s, 5% tinham um emprego temporário e só 4% um emprego permanente. A maioria (61%) tinha tido um emprego irregular no ano anterior. (FEANTSA, 1997).

Cerca de 50% consideravam não estar de boa saúde e 13% tinham alguma deficiência. Em média, cerca de 30% sofria de doença mental (47% no caso das mulheres).

De acordo com o estudo, a percentagem do(a)s inquirido(a)s que sofriam de doença mental, alcoolismo ou toxicod dependência era de 82%.

A maioria dorme na rua (75%). O(a)s restantes 25% pernoitam em diversos sítios: escadas, edifícios, automóveis ou camionetas, estações, e uma pequena proporção (7%) em abrigos para os sem abrigo (FEANTSA, 1997).

De 1996 a 1999, assistiu-se a um “rejuvenescimento” da população do(a)s sem abrigo, tendo a faixa etária média baixado do escalão 30-50 anos para os 20-30 anos. (Seminário AMI, 1999). O sem abrigo analfabeto, ou com um nível de escolaridade mínimo, começa a dar lugar a indivíduos com o ensino secundário e até mesmo a alguns universitários (Rainho, 1999).

Maioritariamente, o homem sem abrigo é jovem, solteiro, sem filhos, de baixa instrução e estado de saúde precário. As mulheres são minoritárias, não constituem 20% do total, e concentram-se em torno de dois perfis distintos. Por um lado, as mulheres jovens que foram vítimas de maus tratos e de um mau ambiente familiar e, por outro, as mulheres mais idosas, geralmente viúvas, e que após a perda do elemento masculino de quem dependiam, em termos afectivos e económicos, entram num processo de isolamento que acaba por conduzi-las à marginalização (Baptista, 1999).

Continuando a referir os estudos anteriores (FEANTSA 1997 e Bento, António, 1996), 30% dos homens viviam isolados (a percentagem era nula no caso das mulheres). Viviam com os pais 17% de homens e 13% das mulheres. Acompanhados (casados ou união de facto) 34% das mulheres e 21% dos homens. Das mulheres, 21% das viviam com filhos (só 1% no caso dos homens) (FEANTSA, 1997).

Metade dos inquiridos vivia numa casa. Cerca de 13% vivia em pensão, 8% num quarto, 8% numa barraca e 1% em casa clandestina.

Quanto ao factor que, na opinião dos sem abrigo, os conduziu à sua situação presente, as respostas variam sendo as mais representativas as seguintes: despejo (11%), desemprego (19%) e problemas familiares (11%). Outros 6% referem-se a “problemas relacionais” e outros 5% a “problemas comportamentais”.

É interessante notar as percentagens relativamente baixas de casos de saída de hospitais psiquiátricos (menos de 1%), toxicoddependência (4%), alcoolismo (2%) e ex-reclusão (3%) (FEANTSA, 1997).

Esta descrição não permite compreender os factores de risco que geram e reforçam as situações de sem abrigo. Os dois estudos utilizados para caracterizar a situação deste grupo social levam a concluir que, de acordo com os próprios inquiridos, os factores que mais frequentemente conduzem à situação de sem abrigo situam-se nas áreas da saúde, emprego, problemas familiares e relacionais. Na maior parte dos casos, a pobreza parece constituir o fundo sobre o qual os referidos factores conduziram à situação de sem abrigo.

A situação dos sem abrigo é uma das formas mais extremas de exclusão social, por vezes uma das mais visíveis, aquela em que o carácter de privação múltipla é patente e que contrasta fortemente com o meio ambiente em que se apresenta. Não é o sem abrigo que habita a rua é esta que habita o sem abrigo (Costa, 1999).

PARTE II – CAUSAS E EFEITOS SOCIAIS QUE CONDUZEM À SITUAÇÃO DE MULHER SEM ABRIGO

“As mulheres escondem-se mais que os homens. Eu conheci várias raparigas que se metem em casas abandonadas, mas não querem andar na vida (...)“Eu estava na rua e ninguém sabia que eu estava na rua” (M.J. 1, união facto, 29 anos, uma filha).

Na parte II desta dissertação, iremos discorrer sobre aspectos relacionados com as causas e efeitos sociais que conduzem algumas mulheres em situação de pobreza a ficarem sem abrigo.

Faremos referência a algumas variáveis que julgamos determinar a maior ou menor dificuldade das mulheres a acederem a direitos consignados na lei, mas muitas vezes condicionados pela moral dominante. Isto traduz-se na repetição de padrões de comportamentos que dificultam o percurso no sentido da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, mesmo e principalmente, quando se trata de situações extremadas de exclusão e pobreza como é o caso de ser mulher sem abrigo. Esta situação que indubitavelmente torna a discriminação de atitudes em relação ao género mais marcadamente sentidos e visíveis. Iremos abordar a influência do papel da família patriarcal, os condicionalismos no acesso à habitação, variável determinante no revés da situação de ser ou estar sem abrigo. Assim como falaremos da questão da violência doméstica e, a condição de vulnerabilidade económica em que as mulheres num contexto de empobrecimento vivem. O desemprego e a baixa escolaridade serão igualmente abordados nesta parte da dissertação, mostrando a sua transversalidade. O fenómeno é analisado e interpretado de um ponto de vista holístico.

1. - Família Patriarcal

As mulheres estão sujeitas a uma maior vulnerabilidade económica por estarem dependentes do modelo familiar patriarcal, onde o homem é o chefe de família. Assim, a precariedade do emprego, os baixos salários e a fraca

protecção social a que estão sujeitas podem conduzir à situação extrema de pobreza, a de ser sem abrigo.

“Fui para casa da irmã do meu marido e aí começou a história toda, ela é que dizia coisas e eu é que levava tarefa, estava grávida da minha Rita, entretanto ela nasceu e aquilo continuou, não me batia tanto, mas estava sempre a berrar” (Paula 2, solteira, 25 anos, 2 filhas).

Ser mulher ou homem sem abrigo tem uma carga psicológica diferente para quem vivencia a situação, para quem a observa de fora ou ainda para os técnicos que trabalham directamente com o fenómeno social.

Embora, como já foi referido, o fenómeno dos sem abrigo seja, ou tenha sido, até aos nossos dias, predominantemente masculino e a proporção de mulheres nas últimas décadas tenha vindo a aumentar, as percentagens não ultrapassam ainda os 10% e 25% em relação aos homens (Marshall, *cit. in* Bhegre, 1996). Ainda em relação ao aumento do número de mulheres, no espaço de 7 anos, passou de 13% para 31% (AMI, 2006).

Uma possível justificação para que os números de mulheres sem abrigo não sejam mais elevados pode estar relacionada com a invisibilidade da situação. Culturalmente a rua é pertença do homem, não se passando o mesmo com a mulher. As mulheres sem abrigo poderão estar mais escondidas, pois têm mais tendência do que os homens para ficarem em casa de amigos ou de familiares, e para visarem a última morada como endereço de conveniência (Fernandez, *cit. in* Bhugra, 1996). A mulher tende a procurar situações de completa invisibilidade, pois o espaço público é visto como pertença do homem e o privado da mulher. Quando a mulher se vê na situação limite de ter que viver na rua, ou qualquer outro local público, provavelmente sofrerá graus de adaptabilidade inferiores ao do homem. Este sentimento de perda e de desajustamento ao meio ambiente leva-a, com certeza, a esconder-se em casas abandonadas, barracas e outros locais longe dos olhares de quem passa.

“As mulheres escondem-se mais que os homens, elas têm a necessidade de se esconderem” (M.J 1, 29 anos, união facta, uma filha).

2. - Acesso à Habitação

Tendo como referência a tipologia elaborada pela FEANTSA (2005), o enquadramento teórico que se segue defende a linha de “*habitação primeiro*”.

Tradicionalmente, o normal acesso à habitação fazia-se através do “chefe de família” e a mulher desempenhava um papel de dependente (Jarvinen, 1993, Kristensen, 1994, e Watson, 1999, *cit. in* Edgar, 2001). As tradicionais estruturas de arrendamento, ou acesso à habitação, eram indirectamente questionadas pelo primeiro movimento feminista do século passado - a luta pela emancipação política em 1920s e 1930s. O segundo movimento feminista em 1960 e 1970, com o seu foco explícito em assuntos sociais e económicos, confrontou as estruturas estabelecidas e a ideologia patriarcal da figura do chefe de família (Bruijn, 1993, González López and Solsona, 2000, *cit. in* Edgar, 2001). As tentativas dos movimentos de mulheres para igualdade de tratamento e oportunidades no espaço do lar e do trabalho, foram acompanhadas pelo surgimento de significativas alterações demográficas, mudanças ligadas à tão chamada “segunda transição demográfica”. Estas mudanças demográficas iniciadas no norte da Europa, aumentaram a longevidade diminuindo as diferenças sexuais e aumentando as alterações nas relações sociais entre homens e mulheres. Desde os anos 60 a natureza das mudanças dualistas nas relações tem-se reflectido nos casamentos tardios, aumento da coabitação, de viver juntos mas separados, assim como nos níveis mais elevados de divórcios e separações (Edgar, 2001).

Com a emergência do dualismo - ganhador, agregado familiar, quanto mais as mulheres entram na força laboral e adiam o nascimento dos filhos, ou voltam para o trabalho assim que as crianças nascem, as assimétricas relações familiares do pré-guerra e dos princípios do pós-guerra têm sido, pelo menos em parte, substituídas por relações mais simétricas entre mulheres e homens. Os comportamentos têm registado significativas transformações. A alteração da natureza dualística das relações tem sido

acompanhada pelo aparecimento de formas não-tradicionais de agregados familiares - pais sós, pessoas sós e mulheres chefes de família – com necessidades e comportamentos diferentes em relação à habitação.

Alguns estudos realizados sobre pobreza entre as mulheres, identificam algumas categorias particularmente vulneráveis, nomeadamente as mulheres jovens, desempregadas ou com empregos precários, mulheres com famílias numerosas, mulheres chefes de famílias monoparentais, mulheres idosas e isoladas (Perísta, 1993). Estes grupos, são os que à partida, devido à sua fragilidade têm mais dificuldade no acesso a uma habitação condigna. Frequentemente a ausência de recursos financeiros faz com que as mulheres deixem de poder pagar a casa e/ou mesmo, a água, luz, gás e outras despesas relacionadas com a manutenção de uma habitação.

Edgar (2001) refere ainda que a mulher procurando independência pessoal e económica, moveu-se progressiva e rapidamente no mercado de trabalho no decurso dos últimos 30 anos. Enquanto algumas atingiram objectivos e asseguraram empregos bem pagos, com carreiras, dispondo de suficientes recursos para contribuírem para serem, em parceria, senhorias ou mesmo mantendo a sua casa sozinhas, a característica dominante dos padrões das mulheres trabalhadoras na Europa, traduz-se em altos níveis de segregação e desigualdade de género, baixos salários e desemprego (Cousins, 1999).

Experimentando condições de relativa pobreza, o acesso à aquisição de uma casa tem-se tornado problemático para muitas mulheres. As rendas sobem num sector de habitação social estático e em declínio, conduzindo para a compra em vez de arrendamento. Apesar das políticas habitacionais europeias registarem recentes melhorias, continua-se a assistir a comportamentos onde prevalece a ideia tradicional de família nuclear tradicional, assente nas relações estereotipados de ideia de género (Edgar, 2001).

Em Portugal, são os elevados custos habitacionais que fazem com que grande parte da população se resigne a uma habitação deplorável. *Os bairros*

de lata constituem um dos aspectos mais chocantes da segregação social e espacial a que certas camadas pobres da população urbana foram «condenadas». Sendo os bairros de lata os mais patentes, não são os únicos. Também existem bairros de realojamento precário/ definitivo, barracas e casas velhas. Independentemente da habitação, todos apresentam condições precárias e deploráveis (ausência de água, luz, saneamento etc.), deste modo as condições de segurança dos habitantes são bastantes difíceis (Almeida *et. al.*, 1992 e Silva *et al.*, 1989).

Assim, e na defesa de uma abordagem global, holística e integrada das causas e efeitos da exclusão da habitação, a provisão de casas para alugar a preços acessíveis, a prestação de cuidados de saúde e de outros serviços sociais, bem como a garantia de acesso à educação, à formação e ao emprego, cultura, etc., é indispensável para obter resultados tangíveis na prevenção da exclusão habitacional, dando resposta às necessidades das pessoas sem abrigo em termos de alojamento e acompanhamento social (Feantsa, 2001).

3. - Acesso ao Mercado de Trabalho

Perísta (2000), comenta que numa sociedade produtivista, em que a valorização social dos indivíduos se constrói em função da sua capacidade como produtor e como consumidor, o estudo da pobreza no feminino não poderia deixar de contemplar a inserção das mulheres pobres no mercado de trabalho.

A participação no mercado de trabalho feminino é tipicamente no sector dos serviços e é predominantemente em part-time, temporário e mal pago. A transição do “paraíso seguro” da família nuclear para a “liberdade” do mercado, está fortemente ligada e relacionada com a “feminização da pobreza”, a qual tem exposto muitas mulheres a um cada vez maior e mais acentuado risco de ficar sem abrigo. (Millar and Glendinning, 1989; Agee and Walker, 1990). Existem muitas explicações que contribuem para a feminização da pobreza, a concentração de mulheres em empregos mal

remunerados, falta de metas, objectivos, carreiras interrompidas, necessidade de formação, actualização e persistente discriminação no local de trabalho, que continua a negar às mulheres o mesmo pagamento para as mesmas responsabilidades.

A feminização da pobreza é também explicada pela coincidência do incremento da força de trabalho feminino pela alteração e erosão do modelo clássico de contrato de trabalho, pela sua substituição pelo conceito de trabalho flexível. O emprego a *full-time*, de longa duração e permanente ou seguro, que era a estrutura das políticas sociais das últimas décadas, tem vindo a ser minado nas novas formas em que se apresenta o mercado de trabalho por trabalho temporário, por contratos a prazo, muitos dos quais em *part-time* e frequentemente mal pagos. É esta desproporcional concentração de mulheres nestas ocupações que as conduz à marginalização e à pobreza (Schmid, 1996).

4. - Dinâmicas Familiares e Afectivas

Segundo (Enderes-Dräger, 2000, *cit. in* Edgar, 2001), quatro quintos das mulheres reportam problemas relacionais como causa para a sua situação de sem abrigo. As rupturas de relações, violência doméstica, separações e viuvez podem levar as mulheres a ficarem sem lar.

“Está a viver na rua há aproximadamente dois meses. Antes vivia numa casa com um companheiro, mas a relação acabou e ela saiu de casa” (Margarida 60, solteira, 48 anos).

“Tem 25 anos, é solteira e está grávida de 6 meses. Vive com o namorado em casa de uns amigos, que a vão ajudar até o bebé nascer. Antes de viver com o actual companheiro, residia com a avó que a criou, mas foi expulsão de casa por estar grávida. Os pais já faleceram. Tem um irmão, mas não sabe nada dele. O namorado está desempregado devido ao término de contrato sem remuneração” (Mónica 7, solteira, 25 anos).

4.1. - Maternidade Precoce

A percepção da maternidade precoce como problema social tem vindo a aumentar e a justificar uma maior resposta por parte dos governos. Existe actualmente a consciência de que as suas consequências são essencialmente negativas, não tanto por razões médicas, ainda que estas

possam assumir um peso importante, sobretudo em relação às jovens adolescentes, mas sim em termos de exclusão social. Com efeito, há uma evidência crescente de que a maternidade precoce está fortemente associada ao risco de pobreza. Seja porque tende a estar mais representada nas zonas socialmente mais carenciadas, seja porque em resultado da interrupção da escolaridade, diminui consideravelmente as oportunidades das mães adolescentes e jovens de terem acesso a uma formação de qualidade, aumentando o risco de dependerem, no futuro, de empregos de remuneração baixa ou de apoios e subsídios sociais que conduzem frequentemente a novas situações de pobreza (Ferreira, 2005).

O mesmo autor acrescenta sobre o assunto que, outra parte da maternidade precoce surge mais associada a uma lógica de **exclusão social**. Esta lógica manifesta-se, de uma forma mais evidente, mas não exclusiva, na condição de **monoparentalidade**, pois predominam as situações de desvinculação paterna, tornando estas mães mais jovens, conseqüentemente, mais vulneráveis em termos escolares e profissionais. Se estes factores acentuam o peso da dependência e do isolamento, a grande concentração das mães monoparentais nos centros urbanos, principalmente em Lisboa, vem sublinhar o lado urbano da lógica da exclusão social. Esta situação tem particular relevo nas mulheres sem abrigo.

4.2. - Violência Doméstica

Um aspecto que confere uma vulnerabilidade específica às mulheres, refere-se a conflitos familiares, que se traduzem em violência doméstica, podendo esta ser física, psicológica, ou ambas.

“(...) a casa era da minha mãe, e automaticamente ele não tinha o nome na casa...á as coisas...eu fiquei com a minha mãe, mas as coisas começaram a complicarem-se, a minha irmã tinha um marido que mandava muito, depois queria mandar na minha mãe e em mim...tinha uns 18, perto de 18 anos, comecei a trabalhar muito nova... e então resolvi sair de casa porque a minha mãe queria o dinheiro todo para ela e começou a tratar-me muito mal..., batia-me, chamava-me nomes...nunca fui feliz...” (M.J 1, 29anos, união facto, uma filha).

Simplesmente porque há menos mulheres do que homens vivendo nos passeios, não significa que os problemas estejam a diminuir. Muitas mulheres estão encurraladas em relações abusivas porque se saírem de casa ficarão sem tecto. Vão ficando em relações perigosas, não se antagonizando com o homem que as tem brutalizado, para não correrem o risco de se tornarem sem abrigo. A Violência Doméstica Britânica demonstrou recentemente que 70% dos assassinatos de mulheres pelos parceiros, ocorre no período imediatamente depois de a mulher ter deixado a relação. Estas mulheres não são sem abrigo no sentido comum em que se entende o conceito. Na realidade, a sua situação é tão perigosa e precária como a das mulheres que vivem na rua.

Muitas vezes as mulheres vítimas de violência doméstica têm filhos, o que faz com que mais dificilmente o tecido familiar ou as respostas sociais existentes as deixem cair na rua. Nestes casos existe um maior empenho de todos os agentes envolvidos em resolver a situação de uma mulher com filhos que esteja perante a contingência de dormir na rua e tornar-se, ela e os seus filhos, sem abrigo.

“Vivia com o marido e quatro filhos numa barraca, devido a maus tratos por parte do marido e por este ter uma nova companheira, pô-la fora de casa. Está na casa de uma senhora amiga, temporariamente, com uma filha, os outros 3 estão com a sogra. Também viveu durante algum tempo na casa de um irmão, mas devido a problemas com a cunhada saiu” (Isabel 11, separada, 49 anos, 4 filhos).

“...estavam sempre a discutir, ele batia nela, foi muito atribulado..., O meu padrasto bebia, o meu pai bebe. A minha mãe bebe, na altura não sei se bebia... Chamávamos a polícia, levavam-no para a esquadra mas depois ela nunca queria dar queixa dele a valer. Ela gostava dele, nós não. Depois a polícia lá veio, quando ela foi para o hospital ,... depois ele foi-se embora (...).” (M.J. 1, União facto, 29 anos, uma filha).

Sobretudo nas gerações mais jovens de sem abrigo o número de mulheres tem vindo sempre a crescer (Gráficos 7 e 8). Esta situação poderá ter a ver com a alteração da percepção do estereótipo de género, ou seja, talvez exista um menor grau de interiorização de que o espaço público é exclusivamente masculino e, portanto, a rua pode funcionar como uma opção perante a inexistência ou esgotamento de outras respostas (casas de

familiares, violência doméstica, despejo). Poderá também estar ligada ao facto de as mulheres, a exemplo do que já acontecia com os homens, estarem a ser vítimas de um percurso de consumo de drogas, agravado pela ausência de emprego, desagregação familiar fruto de variados problemas socio-económicos, fazendo com que deixe de haver “espaço” para estas mulheres dentro de casa. A nível institucional, as respostas vão-se tornando insuficientes perante o aumento dos casos e todas estas variáveis podem contribuir para que o fenómeno das mulheres sem abrigo se torne cada dia mais visível, o que poderá não corresponder a mais numeroso.

Como se verifica pela evolução dos números, o fenómeno das mulheres sem abrigo é uma realidade cada vez mais visível. Em termos de todas as zonas do país onde a AMI, através dos seus centros sociais, faz a recolha, tratamento e análise de dados sobre os sem abrigo (Olaias, Chelas, Almada; Cascais, Coimbra, Porto e Funchal), anualmente verifica-se um acréscimo de novos casos de mulheres sem abrigo.

Gráfico 7: Evolução de mulheres sem abrigo de 2000-2006

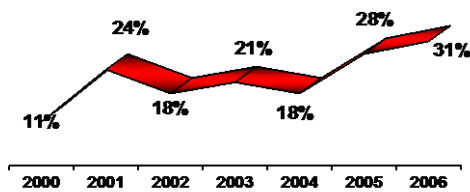
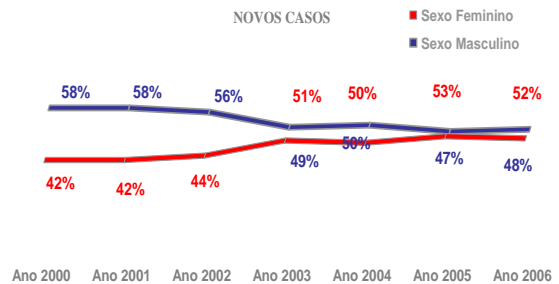


Gráfico 8: Evolução de novos casos segundo o sexo 2000-2006 (anuais)



FONTE: Base dados AMI-2000-2006

PARTE III – As Sem Abrigo de Lisboa

1 – Metodologia do Trabalho de Campo

“Cada vez mais, o cientista social deixa os livros e busca o fenómeno social num esforço de construir os fundamentos da ciência” (cit. in Goode, 1979, p. 238).

O presente trabalho de investigação tem um carácter exploratório e compreensivo, na medida em que pretende estudar determinada realidade, com o objectivo de a compreender melhor.

A investigação que mais se adequa a este estudo é a combinação dos métodos quantitativos e qualitativos. Por um lado, consideramos importante encontrar relações entre variáveis e fazer descrições recorrendo ao tratamento estatístico dos dados recolhidos, por outro lado, há interesse em compreender o comportamento humano, a partir dos próprios pontos de vista daquele que actua (Reichardt e Cook, 1986, *cit. in* Carmo & Ferreira, 1998).

Assim, é importante a investigação quantitativa e a investigação qualitativa, por permitir compreender as causas e pôr em evidência o significado dos dados.

Objectivos da Investigação

Objectivo geral

O presente trabalho tem como objectivo geral compreender as causas e efeitos sociais que conduzem à situação de mulher sem abrigo na cidade de Lisboa.

Objectivos específicos

- Identificar as características sócio-demográficas (variáveis como a idade, naturalidade, estado civil, habilitações literárias, formação profissional, actividade profissional, tipo de recursos económicos, local de pernoita, tempo em que se encontra em situação de sem abrigo,

situação contributiva, laços familiares, motivações ou necessidades que as levaram a recorrer aos serviços) que caracterizam a população das mulheres sem abrigo;

- Identificar se as características específicas da situação de sem abrigo (género, tempo de sem abrigo, modo de subsistência, local de pernoita) conduzem a situações distintas de ser ou estar sem abrigo.

1.1. - Metodologia de recolha de dados

“Para se compreender uma ciência, devemos olhar não tanto para as teorias que a informam, mas mais para o que os que a aplicam realmente fazem” (Geertz, 1973, cit. in Vasconcelos, 1997).

Tratou-se da recolha, através da técnica da entrevista, de dados que permitem caracterizar as mulheres sem abrigo que recorreram a dois centros sociais da AMI em Lisboa, o Centro Porta Amiga das Olaias e de Chelas, desde 1 de Janeiro de 2003 a 31 de Dezembro de 2006.

Importa referir que, por termos recorrido à base de dados da AMI e esta possuir igualmente os dados referentes às entrevistas realizadas aos homens (252), no mesmo período de tempo e utilizando as mesmas variáveis, (como se pode aferir no anexo nº 2), julgamos importante contextualizar o fenómeno das mulheres sem abrigo relacionando-o com os homens sem abrigo. Assim, fazemos referência aos mesmos sempre que julgarmos importante para o entendimento global da problemática.

Recorreu-se a instrumentos de abordagem quantitativa e qualitativa. A entrevista semi-directiva com perguntas fechadas e abertas que permitiu recolher informações precisas de forma estruturada, bem como obter informações de forma totalmente não directiva relativas, por exemplo, a estados emocionais ou a valores.

Na entrevista semi-estruturada, o investigador, esforçar-se-à simplesmente por reencontrar a entrevista para os objectivos, cada vez que o entrevistado deles se afastar, e por colocar as perguntas às quais o

entrevistado não chega por si próprio, no momento mais apropriado e de forma tão natural quanto possível (Quivy, *et al.*, 1989).

A entrevista semi-estruturada possibilita não só a descrição dos fenómenos estudados, mas também sua explicação e sua compreensão, dentro de uma visão holística, seja dentro de um contexto específico ou de uma de dimensão maior (Trivinos, 1994).

Para aferir se as entrevistas estavam de acordo com os objectivos formulados, realizou-se o pré-teste a 2 mulheres sem abrigo não pertencentes à amostra do estudo. Foi-lhes solicitado que indicassem dificuldades de compreensão e sugerissem algumas alterações.

Após as modificações propostas, avançou-se com a realização das entrevistas.

Analisaram-se variáveis como a idade, naturalidade, estado civil, habilitações literárias, formação profissional, actividade profissional, tipo de recursos económicos, local de pernoita, tempo em que se encontra em situação de sem abrigo, situação contributiva, laços familiares, motivações ou necessidades que as levaram a recorrer aos serviços.

Do universo das mulheres sem abrigo no Centro Porta Amiga das Olaias, seleccionou-se uma amostra de 4 anos (2003, 2004, 2005, 2006) das mulheres que frequentaram este centro, (56). No Centro Porta Amiga de Chelas realizaram-se 6 entrevistas no ano de 2006.

Estas 6 entrevistas tiveram carácter exploratório e de enquadramento da problemática, de modo a aprofundar aspectos relacionados com as suas histórias de vida e perceber alguns aspectos de teor psicossocial. Assim, foram testados alguns conceitos e usadas técnicas de carácter associativo. Aplicaram-se os seguintes conceitos: orgulho, amor, família, lar, filhos, solidão, protecção, dor, raiva, mulher, pai, homem, escola, lágrimas, vergonha, droga, divertimento, saúde, privacidade, higiene, liberdade, prisão,

alegria, prazer, álcool, esconderijo, alimentos, casamento, tristeza, votar, cidadania, trabalho, escola, natureza, beleza, espaço público, humilhação. Para tratamento e análise desta informação aplicou-se essencialmente a técnica de análise de conteúdo. Esta informação complementa e enriquece a caracterização socio-demográfica das 56 entrevistas realizadas no Centro Porta Amiga das Olaias.

Embora as entrevistas tenham sido realizadas no espaço físico e no âmbito do trabalho social desenvolvido nos Centros sociais das Olaias e Chelas da AMI, qualquer destas mulheres já recorreu a vários apoios sociais dentro da cidade de Lisboa.

As entrevistas tiveram a duração de cerca de duas horas cada e, muitas vezes, o tempo da entrevista teve mais a ver com a necessidade que as mulheres tinham em comunicar do que com o tamanho do guião de entrevista.

Reinharz (1992) refere: (a) a investigação no feminino visa (b) representar a diversidade humana; (c) inclui a investigadora como pessoa; (d) é uma investigação interactiva e define uma relação especial com quem lê. Por conseguinte, a mulher investigadora quer tratar os assuntos que está a investigar com respeito e sem os explorar abusivamente.

Esta foi, sem dúvida, uma das preocupações subjacentes ao desenrolar das entrevistas e do tratamento da informação. O envolvimento profissional, pessoal e o papel de investigadora na realidade social das mulheres do estudo foram, por um lado, aspectos facilitadores da investigação. Por outro lado, o facto de ser uma temática tão próxima do meu quotidiano, fez com que sentisse uma enorme dificuldade em delimitar e objectivar o problema.

A preocupação em passar para o(a) leitor(a), a realidade como ela se apresenta a estas mulheres, criou-me muitas vezes um sentimento de insatisfação, na medida em que senti dificuldade em passar para esta investigação o grau de envolvimento que eu e as entrevistadas sentimos.

Os números, embora confirmem credibilidade à realidade, não a tornam, contudo, mais real. As entrevistas exploratórias, onde foram testados aspectos mais subjectivos de carácter psicossocial, pretendem conferir uma maior proximidade entre a realidade, o(a) investigador(a) e o(a) leitor(a).

Ao mesmo tempo, através das citações das entrevistas realizadas, poderemos contribuir para *dar voz* a um grupo de mulheres que, quer pela sua condição de pobreza e consequente exclusão social, quer por aspectos mais ou menos visíveis, relacionados com questões de género, não têm grandes oportunidades de se fazerem ver ou ouvir.

Segundo Belenky, Clinchy, Goldenberger e Tarule, (1986 *cit. in* Vasconcelos, 1997) existem diferentes formas de conhecimento das mulheres. Explicam como elas passam de um estado de silêncio ou de recepção passiva dos conhecimentos para uma fase de escuta das suas vozes interiores através de uma afirmação do seu conhecimento subjectivo. Mencionam o à-vontade das mulheres perante um conhecimento construído que integra o conhecimento anterior complementado pela voz da razão, o conhecimento processual.

“Quando usam um conhecimento construído, as mulheres sentem-se elas mesmas capazes de criar conhecimento e, para o gerarem, valorizam igualmente estratégias objectivas e subjectivas” (Belenky, Clinchy, Goldenberger e Tarule, 1986 *cit. in* Vasconcelos, 1997, p. 27).

2. - Apresentação dos Resultados

Neste ponto iremos apresentar quadros estatísticos e respectivos gráficos, que permitem mais facilmente compreender o fenómeno social do(a)s sem abrigo.

2.1. - Caracterização da População do Estudo

Esta caracterização será feita através do tratamento estatístico dos questionários semi-directivos realizados às mulheres (56), e aos homens sem abrigo (252), durante um período de quatro anos, de 2003 a 2006.

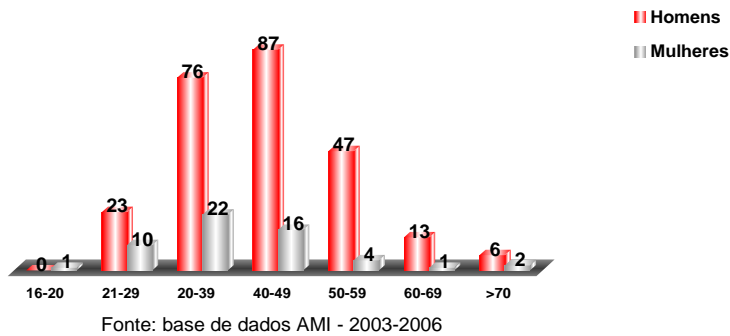
Idades segundo o sexo

Em relação às faixas etárias, as mais significativas são as dos 30-39 (32%) e a dos 40-49 (33%). Assim, temos 65% do(a)s sem abrigo em idade activa.

Em relação ao sexo, regista-se uma maior percentagem de mulheres nas faixas etárias dos 30-39 (39%) do que nos homens (30%). Na faixa etária dos 40-49, os homens registam uma percentagem de 35% e as mulheres de 29%. Outro registo que mostra valores diferenciadores de género reside na percentagem existente na faixa etária dos 21-28, em que também aqui o número percentual das mulheres (18%) é superior ao dos homens (9%).

Nas faixas etárias mais jovens, 21-29 e 30-39, as mulheres são percentualmente mais elevadas (57%). Nos homens, os números mais elevados registam-se na faixa etária seguinte, entre os 30-39 e os 40-49 (65%).

SEM ABRIGO LISBOA 2003-2006
Gráfico 9 : Idades por faixas etárias segundo o sexo



Quadro 2: Idades por faixas etárias segundo o sexo

IDADES	H	%	M	%	Total	%
21 - 29	23	9,1	10	17,9	33	10,7
30 - 39	76	30,2	22	39,3	98	31,8
40 - 49	87	34,5	16	28,6	103	33,4
50 - 59	47	18,7	4	7,1	51	16,6
60 - 69	13	5,2	1	1,8	14	4,5
> 70	6	2,4	2	3,6	8	2,6

Fonte: Base dados AMI- 2003-2006

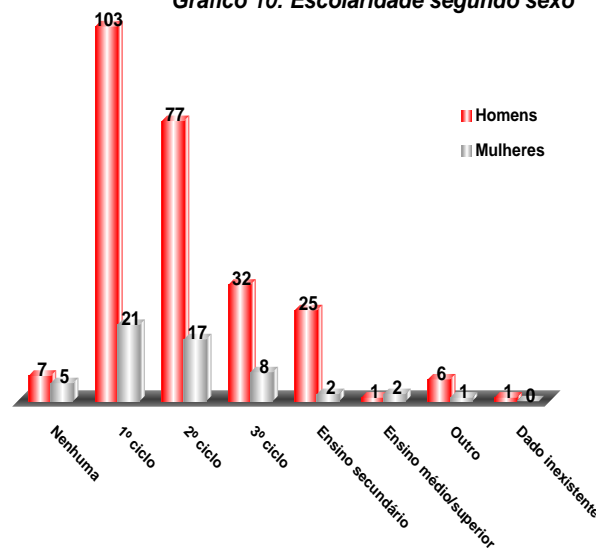
Escolaridade segundo o sexo

“...Praticamente depois quando vim para a casa é que fazia tudo sozinha, ia à escola, mas como chumbava imenso não tinha apoio delas para me ensinarem nem nada!” (M. J.1, união facto, 29 anos, uma filha).

O quadro seguinte mostra-nos que 40% da população possui o 1º ciclo, logo seguida de 31% com o 2º ciclo, o que perfaz um total de 71% com o 1º e 2º ciclo.

Com ensino médio/superior, a percentagem de mulheres (3,6%) é superior à dos homens (0,4%). Das mulheres, 9% não possui qualquer tipo de escolaridade em comparação com 3% dos homens, igualmente no que diz respeito ao ensino secundário, as percentagens dos homens são superiores às das mulheres, 10% e 4% respectivamente. Nos outros itens as diferenças, não são significativas.

SEM ABRIGO LISBOA 2003-2006
Gráfico 10: Escolaridade segundo sexo



Fonte: Base dados AMI - 2003- 2006

Quadro 3: Escolaridade segundo sexo

Escolaridade	H	%	M	%	Total	%
NÃO	7	2,8	5	8,9	12	3,9
1ºCiclo	103	40,9	21	37,5	124	40,3
2ºCiclo	77	30,6	17	30,4	94	30,5
3ºCiclo	32	12,7	8	14,3	40	13
Ensino Secundário	25	9,9	2	3,6	27	8,8
Ensino Médio/Superior	1	0,4	2	3,6	3	1
Outro	6	2,4	1	1,8	7	2,3
Dado Inexistente	1	0,4			1	0,3

Fonte: Base dados AMI- 2003-2006

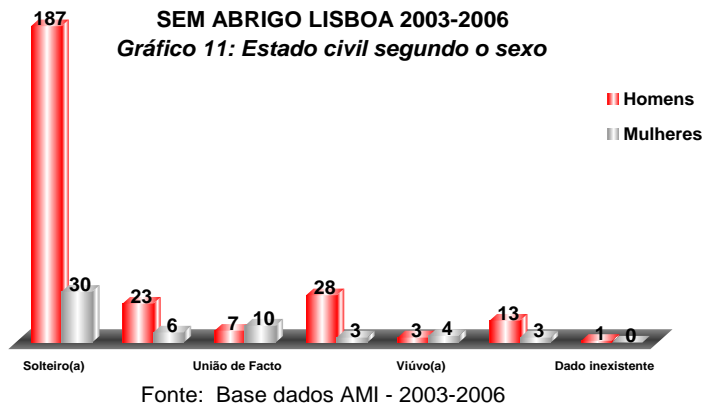
Estado civil segundo o sexo

“Quando era mais nova gostava de casar...casamento não tem a ver com barraca” (Paula 2, solteira, 24 anos, 2 filhas).

Em relação ao *estado civil*, a grande maioria, 71%, corresponde ao estado civil de *solteiro(a)s*. Somando *solteiro(a)s*, *divorciado(a)s* e *viúvos*, reunimos 83% da população do estudo. 12% são casado(a)s ou vivem em união de facto.

Em termos percentuais as mulheres registam uma maior percentagem de *casadas* (11%), em relação aos homens (5%). A mesma tendência se nota na situação de união de facto, em que as mulheres representam 18% do seu universo e os homens 7%. O inverso regista-se no que respeita à classe

solteiro(a), onde os homens são 74% e as mulheres 54% e à *divorciada(o)* com 11% de homens e 5% de mulheres.



Quadro 4 : Estado civil segundo o sexo

Estado Civil	H	%	M	%	Total	%
Solteiro(a)	187	74,2	30	53,6	217	70,5
Casado(a)	13	5,2	6	10,7	19	6,2
União de Facto	7	2,8	10	17,9	17	5,5
Divorciado(a)	28	11,1	3	5,4	31	10,1
Viúvo(a)	3	1,2	4	7,1	7	2,3
Outro	13	5,2	3	5,4	16	5,2
Dado Inexistente	1	0,4			1	0,3

Fonte: Base dados AMI- 2003-2006

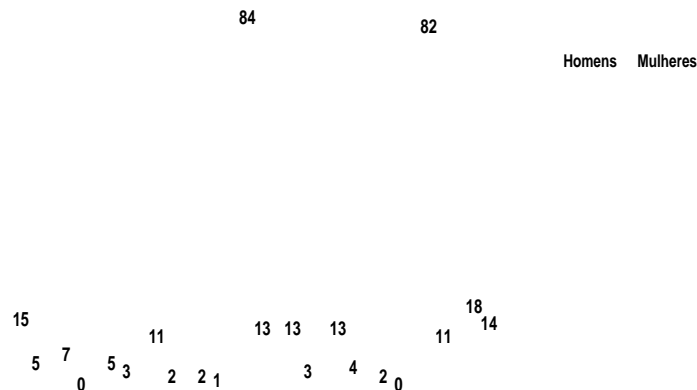
Local de pernoita segundo o sexo

“Dentro do aeroporto Lisboa” (M.J,1 união facto, 29 anos, uma filha).

Na rua vivem 32% do(a)s sem abrigo entrevistado(a)s e 30% em albergues. Se somarmos pensões (7%) e quartos (2%), temos que 9% possui um espaço individualizado e privado. Se a este número somarmos habitação clandestina (4%) e barraca (3%), ressalta que 16% da população sem abrigo vive numa situação de habitação insegura e precária.

Somando os 32% que referem dormir na rua, com os 5% que vivem em escadas ou átrios, com os 6% que vivem em prédios ou carros abandonados e, com os 11% da população que não se integram nos itens pré-definidos na entrevista, temos 54% de sem abrigo no sentido mais restrito do termo (sem tecto).

SEM ABRIGO LISBOA 2003-2004
Gráfico 12: Local de pernoita segundo o sexo



Fonte: Base dados AMI - 2003-2006

Quadro 5 : Local de pernoita segundo o sexo

Local de Pernoita	H	%	M	%	Total	%
Pensão	15	6	5	8,9	20	6,5
Quarto	7	2,8			7	2,3
Barraca	5	2	3	5,4	8	2,6
Habita.Clandestina	11	4,4	2	3,6	13	4,2
Hospital	2	0,8	1	1,8	3	1
Rua	84	33,3	13	23,2	97	31,5
Escadas/Átrios	13	5,2	3	5,4	16	5,2
Prédio/Carro Abandon.	13	5,2	4	7,1	17	5,5
Estação	2	0,8			2	0,6
Albergues	82	32,5	11	19,6	93	30,2
Outros	18	7,1	14	25	32	10,4

Fonte: Base dados AMI - 2003-2006

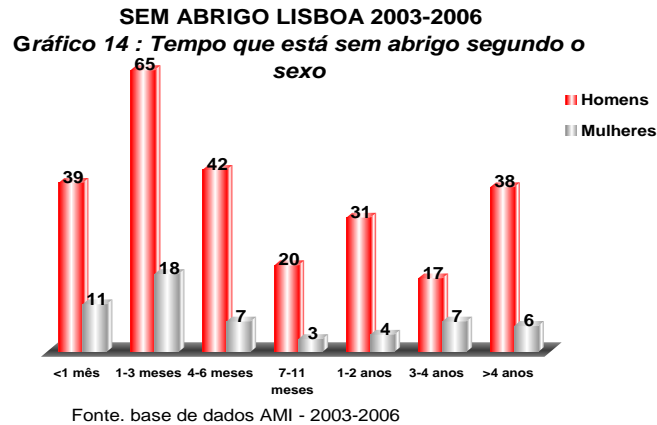
Tempo de sem abrigo

A maior percentagem do(a)s entrevistado(a)s está entre 1 a 3 meses na rua (27%), 16% há mais de 1 mês, seguidos dos que estão na rua entre os 4 e os 6 meses (16%). Há mais de 6 anos registaram-se 14% das pessoas entrevistadas. Se somarmos as pessoas que estão há menos de 1 ano na rua temos a maior percentagem (67%).

Segundo os dados, as mulheres recorrem aos serviços em maior percentagem (20%) antes de fazerem um mês de rua, do que os homens

(16%). Há mais de 4 anos a percentagem de homens (15%) é superior à das mulheres (11%).

“Veio acompanhada com o companheiro. Estão juntos há 1 mês e meio. Vivem na rua há 2 meses, pretendiam almoçar e arranjar abrigo. Indicou-se a carrinha de recolha dos sem abrigo nas Portas de Santo Antão. São ambos seropositivos e ex-toxicodependentes” (Bárbara 53, solteira, 28 anos).



Quadro 6 : Tempo que está sem abrigo segundo o sexo

Tempo S/Abrigo	H	%	M	%	Total	%
< 1 mês	39	15,5	11	19,6	50	16,2
1 - 3 meses	65	25,8	18	32,1	83	26,9
4 - 6 meses	42	16,7	7	12,5	49	15,9
7 - 11 meses	20	7,9	3	5,4	23	7,5
1 - 2 anos	31	12,3	4	7,1	35	11,4
3 - 4 anos	17	6,7	7	12,5	24	7,8
> 4 anos	38	15,1	6	10,7	44	14,3

Fonte: Base dados AMI- 2003-2006

Com quem vive segundo o sexo

A maior parte do(a)s entrevistado(a)s vive sozinho(a) (75%), seguido(a) de 11% que vivem com companheiro(a)s ou conjugues e com amigo(a)s (5%).

As diferenças entre sexos baseiam-se, sobretudo, na discrepância entre a percentagem de mulheres (40%) e de homens (84%) que vivem sozinha(o)s.

Dos homens, 6% refere viver com uma companheira, em comparação com 30% das mulheres nas mesmas circunstâncias.

SEM ABRIGO LISBOA 2003-2006
Gráfico 14 : Com quem vive segundo o sexo

211

Homens
Mulheres

Fonte: Base de dados AMI - 2003-2006

Quadro 7 : Com quem vive segundo o sexo

RELAÇÕES	H	%	M	%	Total	%
Sózinho(a)	211	83,7	25	39,7	236	74,9
Pais	6	2,4	2	3,2	8	2,5
Conjuge/Companheiro(a)	14	5,6	19	30,2	33	10,5
Avós			1	1,6	1	0,3
Filhos			9	14,3	9	2,9
Amigos	12	4,8	4	6,3	16	5,1
Outros	9	3,6	3	4,8	12	3,8

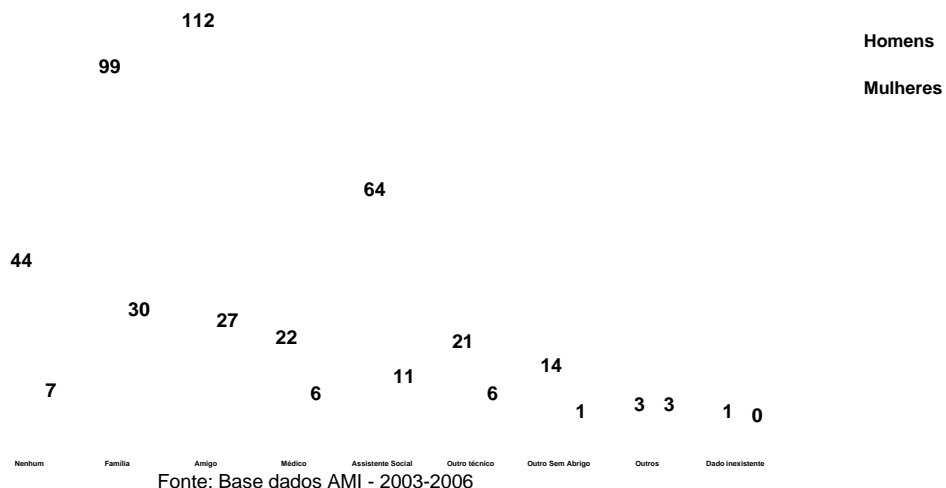
Fonte: Base dados AMI- 2003-2006

Com quem se relacionam segundo o sexo

No que se refere aos relacionamentos estabelecidos, são o(a)s amigo(a)s mais referidos (30%), seguidos de elementos da família (27%) e das(os) assistentes sociais (16%). 11% refere não se relacionar com ninguém e, apenas 6% refere ter contactos com o(a) médico(a).

Não se registam grandes diferenças entre sexo, contudo, as mulheres (33%), recorrem mais aos familiares do que os homens (25%). Os homens recorrem mais às(aos) assistentes sociais (17%) do que as mulheres (12%).

SEM ABRIGO LISBOA 2003-2006
Gráfico 15 : Com quem se relacionam segundo o sexo



Quadro 8 : Com quem se relacionam segundo o sexo

Relacionamentos	H	%	M	%	Total	%
NÃO	44	11,6	7	7,7	51	10,8
Família	99	26,1	30	33	129	27,4
Amigo(s)	112	29,5	27	29,7	139	29,5
Médico(s)	22	5,8	6	6,6	28	5,9
Assistente(s) Social(is)	64	16,8	11	12,1	75	15,9
Outros Técnicos	21	5,5	6	6,6	27	5,7
Sem abrigo	14	3,7	1	1,1	15	3,2
Outro	3	0,8	3	3,3	6	1,3
Dado Inexistente	1	0,3			1	0,2

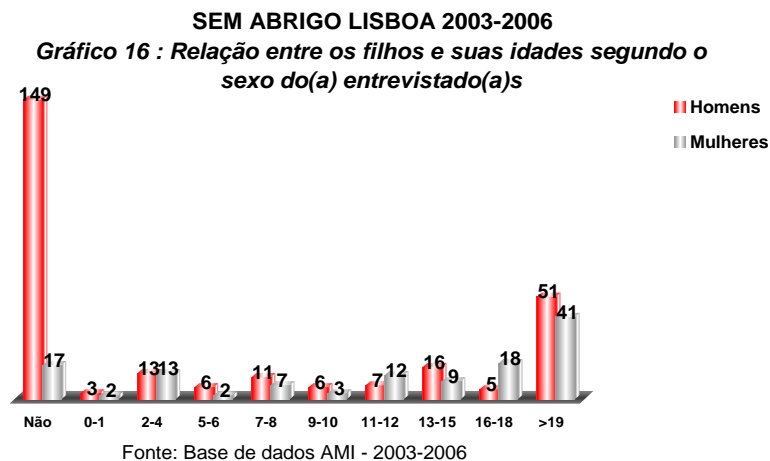
Fonte: Base dados AMI- 2003-2006

Relação entre as variáveis “filhos” e suas “idades” segundo o sexo do(a) entrevistado(a)s

“Ser mãe é a coisa mais linda do mundo... a coisa mais bela que temos são os nossos filhos. Sinto-me a mãe mais feliz do mundo”(M.J.1, união facto, 29 anos, uma filha).

“É a minha maior alegria, para mim é tudo, vivo para elas...são tudo”(Paula 2, solteira, 25 anos, duas filhas).

A maioria dos sem abrigo têm filhos, (58%). A maioria dos homens refere não ter filhos, 56%. Das mulheres, 14% refere não ter filhos. Das entrevistadas, 33% têm filhos com mais de 19 anos, seguidas das idades entre os 16 e os 18 (15%), dos 2 aos 4 (11%) e dos 11 aos 12 (10%). Dos homens que têm filhos, a maior percentagem possui idades acima dos 19 anos, as outras faixas etárias registam valores percentuais homogêneos.



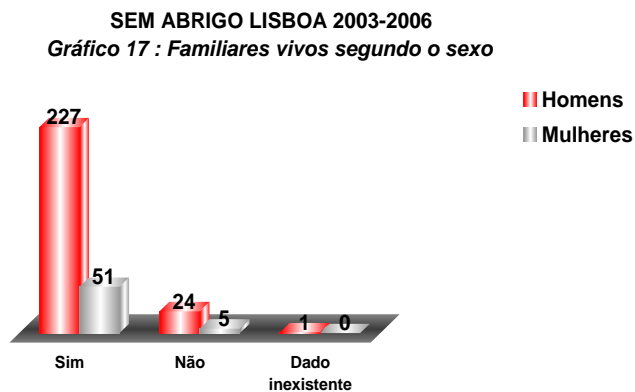
Quadro 9 : Relação das variáveis filhos e suas idades segundo o sexo do(a) entrevistado(a)s

Filhos- IDADE	H	%	M	%	Total	%
NÃO	149	55,6	17	13,7	166	42,3
0 – 1	3	1,1	2	1,6	5	1,3
2 – 4	13	4,9	13	10,5	26	6,6
5 – 6	6	2,2	2	1,6	8	2
7 – 8	11	4,1	7	5,6	18	4,6
9 – 10	6	2,2	3	2,4	9	2,3
11 – 12	7	2,6	12	9,7	19	4,8
13 – 15	16	6	9	7,3	25	6,4
16 – 18	5	1,9	18	14,5	23	5,9
> 19	51	19	41	33,1	92	23,5
Dado Inexistente	1	0,4			1	0,3

Fonte: Base dados AMI- 2003-2006

Familiars vivos segundo o sexo

A grande maioria tem familiares vivos, cerca de 90%, não se registando diferenças de sexo na interpretação do gráfico.



Fonte: Base de dados AMI - 2003-2006

Quadro 10 : Familiares vivos segundo o sexo

Familiars Vivos	H	%	M	%	Total	%
SIM	227	90,1	51	91,1	278	90,3
NÃO	24	9,5	5	8,9	29	9,4
Dado Inexistente	1	0,4			1	0,3

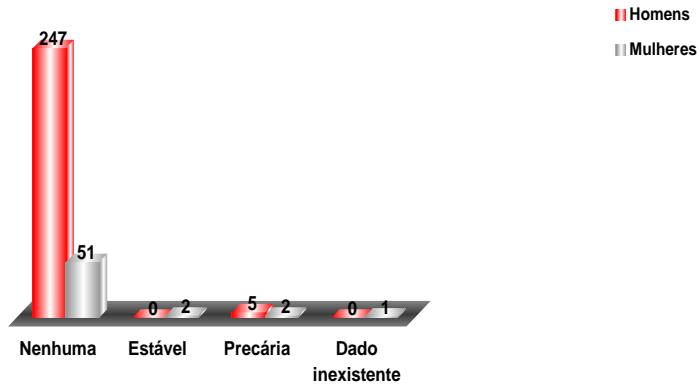
Fonte: Base dados AMI- 2003-2006

Relação que se estabelece entre actividade profissional desenvolvida anteriormente à situação de sem abrigo, a precariedade de trabalho e sector de actividade segundo o sexo

O desemprego é vivido por 97% da população do estudo. Somente 3% do(a)s sem abrigo desenvolvem uma actividade, precária e em que o que recebem é insuficiente para viver.

As diferenças entre homens e mulheres residem no facto de as mulheres apresentarem uma maior percentagem (4%) no que se refere a desenvolverem uma actividade estável e precária.

SEM ABRIGO LISBOA 2003-2006
Gráfico 18 : Tipo de actividade actual segundo o sexo



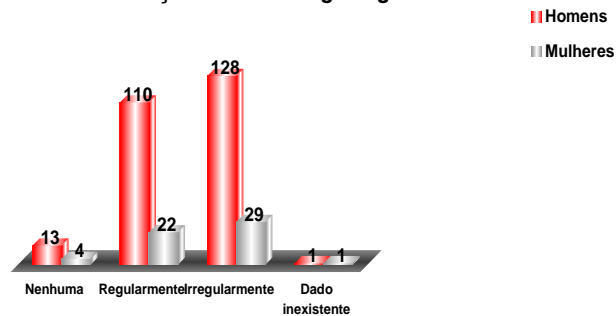
Fonte: Base de dados AMI - 2003-2006

Quadro 11 : Tipo de actividade actual segundo o sexo

Act.Prof.Actual	H	%	M	%	Total	%
NÃO	247	98	51	91,1	298	96,8
Estável			2	3,6	2	0,6
Precária	5	2	2	3,6	7	2,3
Dado Inexistente			1	1,8	1	0,3

Fonte: Base dados AMI- 2003-2006

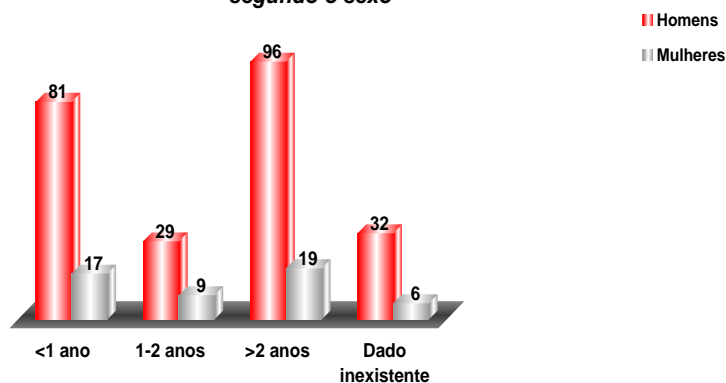
SEM ABRIGO LISBOA 2003-2006
Gráfico 19 : Regularidade da actividade profissional anterior á situação de sem abrigo segundo o sexo



Fonte: Base de dados da AMI - 2003-2006

A maioria do(a)s sem abrigo do estudo revela não ter desenvolvido uma *actividade regular anterior* à sua situação de desemprego. Em relação às *actividades irregulares* no tempo, 51% refere não ter tido e 5 % não teve qualquer tipo de actividade anterior. Afirmam ter realizado uma actividade profissional regular anterior à situação de sem abrigo 43%. No sector terciário é onde a maior parte (8%) desenvolveu a sua actividade.

SEM ABRIGO LISBOA 2003-2006
Gráfico 20 : Tempo de trabalho anterior á situação de sem abrigo segundo o sexo



Fonte: Base de dados AMI - 2003-2006

Quadro 12 - Regularidade da actividade profissional anterior á situação de sem abrigo segundo o sexo

Act.Prof.Anterior	H	%	M	%	Total	%
NÃO	13	5,2	4	7,1	17	5,5
Regularmente	110	43,7	22	39,3	132	42,9
Irregularmente	128	50,8	29	51,8	157	51
Dado Inexistente	1	0,4	1	1,8	2	0,6

Fonte: Base dados AMI- 2003-2006

Quadro 13 – Sector de actividade profissional segundo o sexo

Sector de actividade	H	%	M	%	Total	%
Secundário	1	20			1	11,1
Terciário	3	60	4	100	7	77,8
Act.não Convencional	1	20			1	11,1

Fonte: Base dados AMI- 2003-2006

Quadro 14 : Tempo de trabalho anterior à situação de sem abrigo segundo o sexo

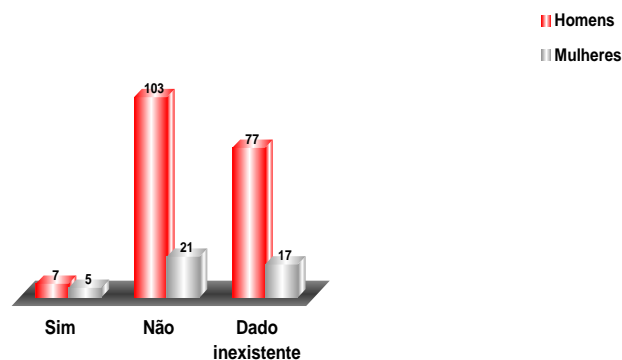
Tempo Trab.Anterior	H	%	M	%	Total	%
< 1 ano	81	34	17	33,3	98	33,9
1 a 2 anos	29	12,2	9	17,6	38	13,1
> 2 anos	96	40,3	19	37,3	115	39,8
Dado Inexistente	32	13,4	6	11,8	38	13,1

Fonte: Base dados AMI- 2003-2006

Formação profissional segundo o sexo

Do(a)s entrevistado(a)s, 71% não possuem formação profissional. Nesta variável a percentagem de mulheres (86%), é superior à dos homens (68%).

SEM ABRIGO LISBOA 2003-2006
Gráfico 21 . Formação profissional segundo o sexo



Fonte: Base de dados AMI - 2003-2006

Quadro 15 : Formação profissional segundo o sexo

Form.Prof.	H	%	M	%	Total	%
SIM	80	31,7	7	12,5	87	28,2
NÃO	171	67,9	48	85,7	219	71,1
Dado Inexistente	1	0,4	1	1,8	2	0,6

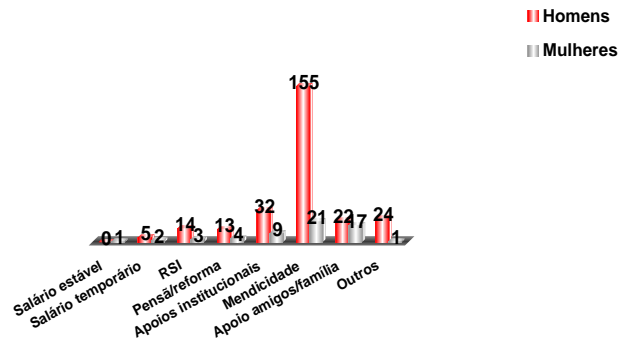
Fonte: Base dados AMI- 2003-2006

Recursos financeiros segundo o sexo

Da mendicidade vive a maioria do(a)s entrevistado(a)s (55%). De subsídios e apoios institucionais, 13%. A receber o Rendimento Social de Inserção 5% e a receber pensão de reforma, igualmente 5%.

Registam-se valores mais elevados de mendicidade nos homens (59%) do que nas mulheres (36%). É também de referir que, somando a percentagem de mulheres que tem um salário estável com as que têm um salário temporário, faz um total de 5%, registando os homens nestes itens 2%. Já no que se refere aos subsídios e apoios institucionais as mulheres (16%) recorrem mais do que os homens (12%).

SEM ABRIGO LISBOA 2003-2006
Gráfico 22 : Recursos financeiros segundo o sexo



Fonte: Base de dados AMI - 2003-2006

Quadro 16 : Recursos financeiros segundo o sexo

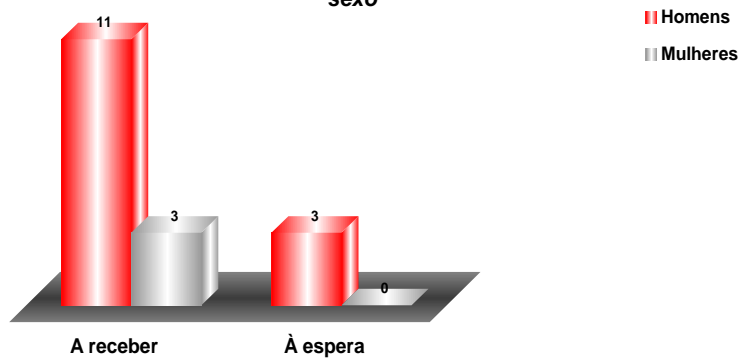
RECURSOS	H	%	M	%	Total	%
Salário Estável			1	1,7	1	0,3
Salário Temporário	5	1,9	2	3,4	7	2,2
Rend. Min. Garantido	14	5,3	3	5,2	17	5,3
Pensão Reforma	13	4,9	4	6,9	17	5,3
Subs. Apoios Insti.	32	12,1	9	15,5	41	12,7
Mendicidade	155	58,5	21	36,2	176	54,5
Apoio Amigos/Famili.	22	8,3	17	29,3	39	12,1
Outros	24	9,1	1	1,7	25	7,7

Fonte: Base dados AMI- 2003-2006

Rendimento Social Inserção segundo o sexo

Do(a)s que recebem Rendimento Social Inserção, 8% encontram-se à espera do seu pagamento

SEM ABRIGO LISBOA 2003-2006
Gráfico 23 : Rendimento Social de Inserção (RSI) segundo o sexo



Fonte. Base de dados AMI - 2003-2006

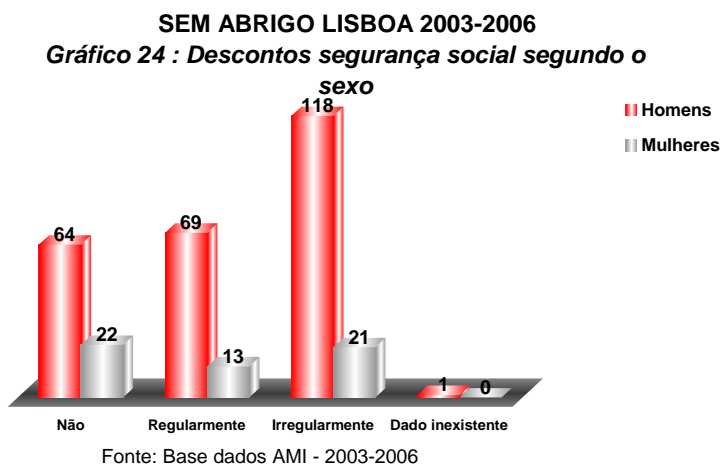
Quadro 17 : Rendimento social de inserção (RSI) segundo sexo

RSI Situação	H	%	M	%	Total	%
Receber	11	78,6	3	100	14	82,4
Em Espera	3	21,4			3	17,6

Fonte: Base dados AMI- 2003-2006

Descontos segurança social

No que se refere aos descontos para a segurança social, 28% diz não os ter feito e 45% fê-lo irregularmente, o que soma um total de 73%. Regularmente, fizeram-no 27%. As diferenças entre sexo são significativas pois 39% de mulheres e 25% dos homens referem não ter feito descontos para a segurança social. Relativamente aos descontos tanto regulares como irregulares, as percentagens 27% e 47% dos homens, são superiores às das mulheres, 23% e 38% respectivamente.



Quadro 18 : Descontos para segurança social segundo o sexo

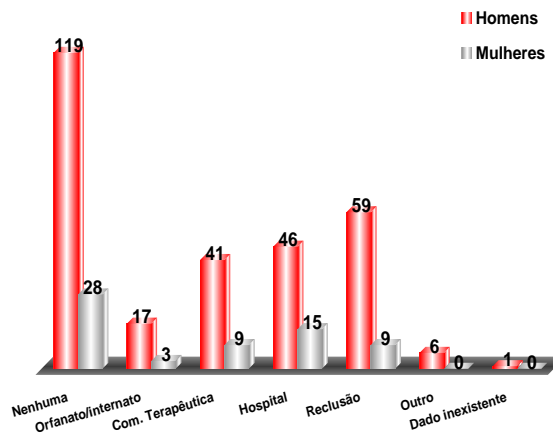
Descontos	H	%	M	%	Total	%
NÃO	64	25,4	22	39,3	86	27,9
Regularmente	69	27,4	13	23,2	82	26,6
Irregularmente	118	46,8	21	37,5	139	45,1
Dado Inexistente	1	0,4			1	0,3
Outros	18	7,1	14	25	32	10,4

Tipo de institucionalização segundo o sexo

A maior percentagem do(a)s entrevistado(a)s já sofreu algum tipo de institucionalização. Hospitalizado(a)s estiveram 17%, em reclusão 19%, em comunidades terapêuticas 14% e 6% em orfanato ou internato. Se somarmos estas formas de institucionalização, temos uma percentagem de 56%.

As mulheres apresentam uma percentagem de hospitalização mais elevada (23%) do que os homens (16%). No que se refere à reclusão, os homens apresentam valores mais elevados (20%) em comparação com as mulheres (14%).

SEM ABRIGO LISBOA 2003-2006
Gráfico 25 :Tipo de institucionalização segundo o sexo



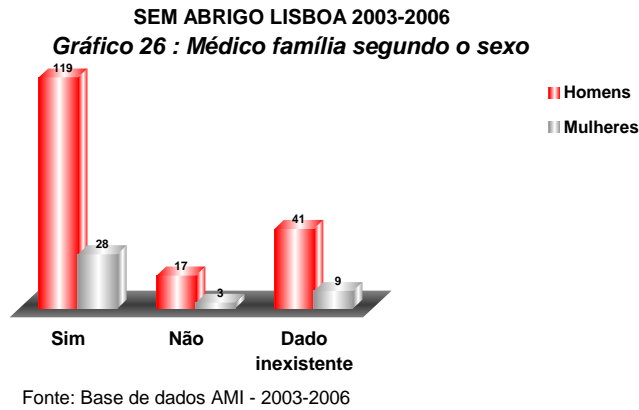
Quadro 19 : Tipo de institucionalização segundo o sexo

Instituições	H	%	M	%	Total	%
NÃO	119	41,2	28	43,8	147	41,6
Orfanato/Internato	17	5,9	3	4,7	20	5,7
Com.Terapêutica	41	14,2	9	14,1	50	14,2
Hospital	46	15,9	15	23,4	61	17,3
Reclusão	59	20,4	9	14,1	68	19,3
Outro	6	2,1			6	1,7
Dado Inexistente	1	0,3			1	0,3

Fonte: Base dados AMI- 2003-2006

Médico família segundo o sexo

Quando questionado(a)s em relação ao médico de família, 66% refere não o(a) ter, sendo a percentagem maior nos homens (68%), do que nas mulheres, (61%).



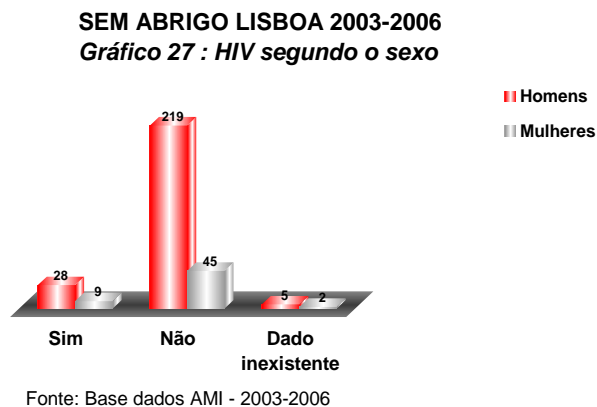
Quadro 20 : Médico de família segundo o sexo

Família	Médico		Médico		Total	%
	H	%	M	%		
SIM	83	32,9	22	39,3	105	34,1
NÃO	169	67,1	34	60,7	203	65,9

Base dados AMI- 2003-2006

VIH segundo o sexo

Do(a)s entrevistado(a)s 86% refere não ter contraído HIV em comparação com 12% que diz ter contraído o vírus. Regista-se um valor percentual maior nas mulheres (16%), do que nos homens (11%).



Quadro 21 : HIV segundo o sexo

HIV	H	%	M	%	Total	%
SIM	28	11,1	9	16,1	37	12
NÃO	219	86,9	45	80,4	264	85,7
Dado Inexistente	5	2	2	3,6	7	2,3

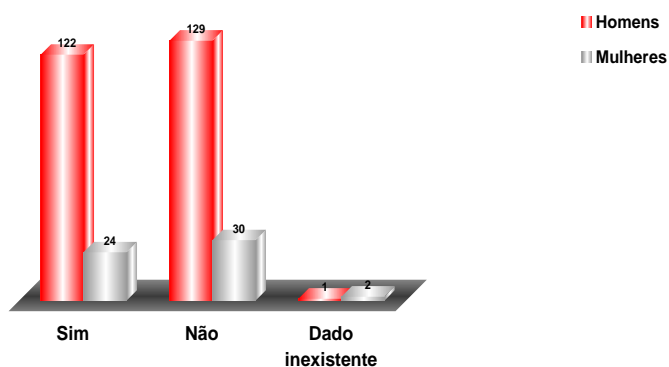
Fonte: Base dados AMI- 2003-2006

Consumo de substâncias aditivas segundo o sexo

Em relação às substâncias aditivas 52% refere consumir. Não se registam diferenças percentuais significativas entre homens e mulheres. O grupo dos que consomem situa-se na ordem dos 40%, registando-se um maior consumo nos homens (48%) em relação às mulheres (43%).

“Iniciou-se no consumo de heroína muito nova, o que a levou a afastar-se da família.” (Susana 43, casada, 37 anos 1 filho).

SEM ABRIGO LISBOA 2003-2006
Gráfico 28 : Consumo de substâncias aditivas segundo o sexo



Fonte: Base dados AMI - 2003-2006

Quadro 22: Consumo de substâncias aditivas segundo o sexo

Subs.Aditivas	H	%	M	%	Total	%
SIM	122	48,4	24	42,9	146	47,4
NÃO	129	51,2	30	53,6	159	51,6
Dado Inexistente	1	0,4	2	3,6	3	1

Fonte: Base dados AMI- 2003-2006

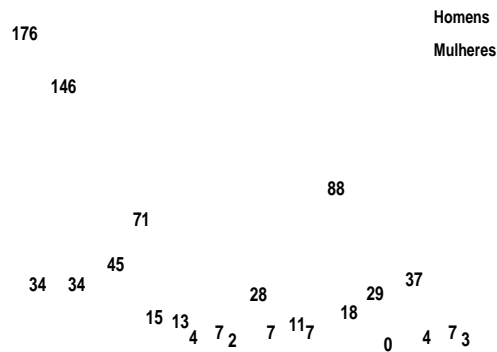
Motivo de procura de apoio segundo sexo

“Vive com os filhos numa habitação clandestina. Pretende trabalho e géneros alimentares” (Cláudia 16, solteira, 38 anos, 2 filhos).

“A utente é toxicod dependente há 6 anos. Tem duas filhas que vivem com os tios e está à espera do terceiro filho. Vive com o companheiro também toxicod dependente e neste momento está a dormir num carro abandonado. Está interessada em fazer uma cura de desintoxicação” (Inês 15, 31 anos).

Como causa de recurso aos apoios sociais aparece-nos por ordem de importância, o desemprego e a precariedade financeira (46%), o desalojamento (18%), problemas familiares e relacionais (11%) e a toxicod dependência, igualmente, com (11%). Não se registam diferenças significativas entre sexos.

SEM ABRIGO LISBOA 2003-2006
Gráfico 29 : Motivos de procura de apoio segundo o sexo



Quadro 23 : Motivos de procura de apoio segundo o sexo

Motivos	H	%	M	%	Total	%
Desemprego	176	21,3	34	19,7	210	21
Desalojamento	146	17,7	34	19,7	180	18
Precar. Financeira	213	25,8	45	26	258	25,8
Problemas Familiares	71	8,6	15	8,7	86	8,6
Problemas Relacionais	13	1,6	4	2,3	17	1,7
Problemas Comportamentais	7	0,8	2	1,2	9	0,9
Doença Física	28	3,4	7	4	35	3,5
Doença Mental	11	1,3	7	4	18	1,8
Toxicod dependência	88	10,7	18	10,4	106	10,6
Alcoolismo	29	3,5			29	2,9
Ex.Recluso	37	4,5	4	2,3	41	4,1
Outro	7	0,8	3	1,7	10	1

Base dados AML- 2003-2006

Necessidades Expressas pelos Sem Abrigo - Inserção/reinserção

“Se tivesse uma casa era uma mulher feliz. Chegava a casa tratava das minhas filhas, fazia as minhas coisas, estava sentada ou deitada no sofá a ver televisão” (Paula, solteira, 25 anos, duas filhas).

“O trabalho faz falta para viver e uma casa também. Essas duas coisas são mesmo necessárias para quem tem filhos” (Paula, solteira, 25 anos, duas filhas).

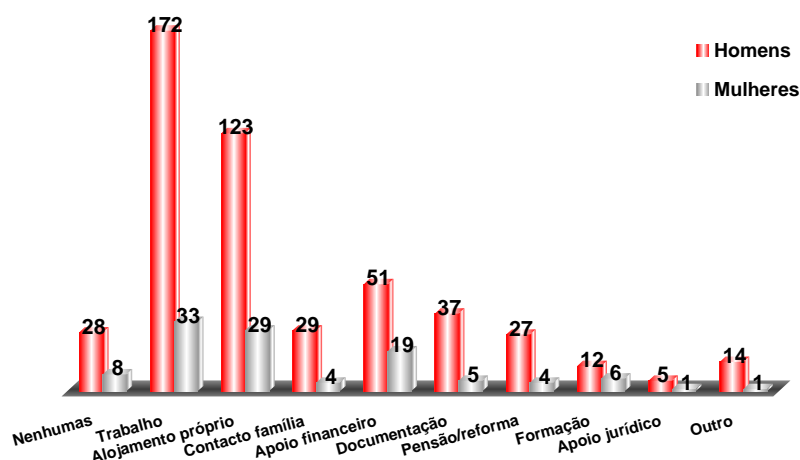
Em relação às necessidades a nível da Inserção/reinserção, 34% do(a)s entrevistados(as) verbalizam a importância de terem trabalho (25%), alojamento próprio (12%), apoio financeiro. Não se registam diferentes atitudes de género, embora as mulheres tenham uma maior percentagem de pedidos para apoio financeiro (17%) do que os homens (10%).

“Trabalhou em restauração e a fazer limpezas, neste momento procura emprego para deixar prostituição” (Beta 17, união facto, 38 anos, uma filha).

“...pretende arranjar dinheiro para alugar um quarto. Quer arranjar emprego” (Rosa 19, união facto, 49 anos).

SEM ABRIGO LISBOA 2003-2006

Gráfico 30: Necessidades inserção/reinserção segundo o sexo



Fonte: Base dados AMI - 2003-2006

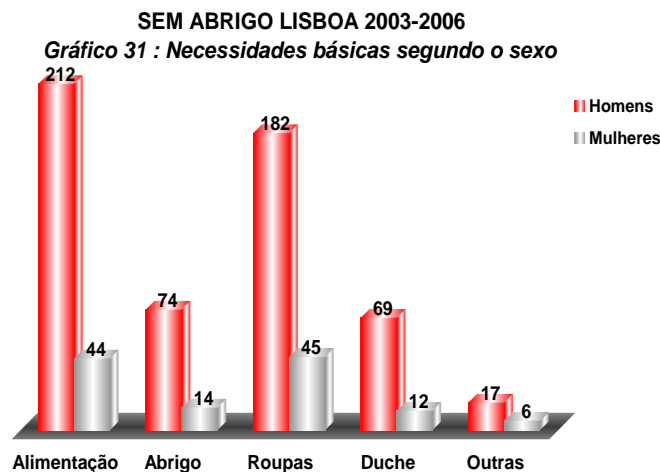
Quadro 24 : Necessidades de inserção/reinserção segundo o sexo

Inserção/ Reinserção	H	%	M	%	Total	%
NÃO	28	5,6	8	7,3	36	5,9
Trabalho	172	34,5	33	30	205	33,7
Alojam.Próprio	123	24,7	29	26,4	152	25
Contacto c/Família	29	5,8	4	3,6	33	5,4
Apoio Financeiro	51	10,2	19	17,3	70	11,5
Documentação	37	7,4	5	4,5	42	6,9
Pensão Reforma	27	5,4	4	3,6	31	5,1
Formação	12	2,4	6	5,5	18	3
Apoio Jurídico	5	1	1	0,9	6	1
Outro	14	2,8	1	0,9	15	2,5

Base dados AMI- 2003-2006

Necessidades básicas segundo o sexo

A alimentação (38%) e as roupas (34%) são as mais referidas.



Fonte: Base dados AMI- 2003-2006

Quadro 25 : Necessidades de inserção/reinserção segundo o sexo

Necessidades	H	%	M	%	Total	%
Alimentação	212	38,3	44	36,4	256	37,9
Abrigo	74	13,4	14	11,6	88	13
Roupas	182	32,9	45	37,2	227	33,6
Duche	69	12,5	12	9,9	81	12
Outras	17	3,1	6	5	23	3,4

Base dados AMI- 2003-2006

“Na infância queria comer e não tinha, na barraca. Com a minha avó tínhamos sempre qualquer coisa para comer, uns ovos, umas salsichas, não era muito mas tínhamos. Na barraca passava fome, e também já aqui no bairro com a minha mãe. ... senão fosse a minha tia a dar-nos um prato de sopa ou batatas fritas ou um prato de arroz, era às vezes o nosso comer”(Paula 2, solteira, 27 anos, duas filhas).

“pretende almoçar e algumas roupas” (Ariana 18, solteira, 22 anos).

PARTE V – CONCLUSÕES

Na quinta parte do estudo, são apresentadas conclusões gerais da dissertação baseadas no conhecimento obtido através do trabalho realizado. São igualmente apresentadas propostas de investigação futuras.

O estudo pretende compreender as causas e efeitos sociais que conduzem à situação de mulher sem abrigo. Insere-se no âmbito das Ciências Sociais e, particularmente, nos estudos sobre mulheres, pois trata-se de um estudo da realidade social, ou seja, um conjunto de fenómenos que se produzem e reproduzem no interior de uma sociedade (Mauss, 1950).

Tradicionalmente o espaço privado pertence às mulheres e o público aos homens, como bem ilustra o ditado popular: “O homem na praça, a mulher na casa”. As mulheres cuidam dos outros dentro do lar, o que pressupõe uma casa, um tecto. A falta deste espaço, por muito desadequado que seja, é determinante na vida de uma mulher. É destas mulheres que o estudo fala, das que perderam ou nunca tiveram um lar.

O objectivo teórico-conceptual desta dissertação pretende estabelecer uma abordagem de género no estudo do(a)s sem abrigo e o objectivo geral pretende compreender as causas e efeitos sociais que conduzem à situação de mulher sem abrigo em Lisboa e, ao mesmo tempo, caracterizar o seu perfil.

O primeiro objectivo específico deste estudo foi identificar as características sócio-demográficas (variáveis como a idade, naturalidade, estado civil, habilitações literárias, formação profissional, actividade profissional, tipo de recursos económicos, local de pernoita, tempo em que se encontra em situação de sem abrigo, situação contributiva, laços familiares, motivações ou necessidades que as levaram a recorrer aos serviços) que caracterizam a população das mulheres sem abrigo.

O segundo objectivo específico do estudo foi identificar se as características específicas da situação de sem abrigo (sexo, tempo de sem abrigo, modo de subsistência, local de pernoita) conduzem a situações distintas de *ser* ou *estar* sem abrigo.

Como podemos constatar a literatura neste domínio não esclarece claramente as causas sociais que estão na origem da situação de mulher sem abrigo. A maior parte dos estudos faz uma abordagem indiferenciada em termos de género e, quando a fazem, é breve e incompleta.

O perfil dominante de sem abrigo neste estudo retrata-se da seguinte forma: é jovem, entre os 21 e os 49 anos. Embora estando em idade activa, trabalhou irregularmente (no momento do estudo) e está desempregado(a), é solteiro(a), possui baixa escolaridade, (1º ciclo seguido do 2º ciclo), não possui formação profissional, está há menos de seis meses na rua, tem familiares vivos, relaciona-se com eles e com os amigos, recebe Rendimento Social de Inserção, não fez, ou fê-lo irregularmente, descontos para a Segurança social, vive na rua (32%) ou em albergues (30%), vive da mendicidade, não consome substâncias aditivas, tem médico de família e não apresenta HIV.

Embora no estudo se possa descrever um perfil dominante de sem abrigo, através dos valores percentuais que se apresentam iguais ou superiores a 50% da população estudada, salienta-se a existência de grupos e subgrupos que se diferenciam pelas suas diversificadas problemáticas.

Começaremos por identificar os aspectos *sui generis* da análise relacionada com o género por ser um dos objectivos do estudo, e depois iremos abordar outros aspectos que, embora não tenham carácter dominante, os números conferem-lhe alguma visibilidade.

Pereirinha (2005) faz referência ao facto de a presença das mulheres ter sido sistematicamente identificada como claramente mais reduzida entre a população sem abrigo. As mulheres são minoritárias (Bento, 2004), não

constituem 20% do total (Baptista, 1999). Este estudo confirma-o, pois no período de tempo a que se refere, 2003-2006, o número de sem abrigo que procurou os serviços da AMI foi de 278 correspondendo às mulheres a percentagem de 20%.

Como o estudo empírico comprova e como Perista (1992) refere, existe uma relação especial entre mulheres e pobreza, isto é, para além de mecanismos mais gerais que afectam igualmente os homens e as mulheres, há mecanismos mais específicos que levam as mulheres à pobreza e que as tornam mais vulneráveis.

Esta vulnerabilidade específica advém da interacção entre as diferentes variantes da pobreza que afectam igualmente as mulheres e homens e de factores específicos que afectam em particular as mulheres. Manifestações destes factores específicos são observáveis nas áreas do emprego, da educação/formação profissional, da família, da saúde, tal como da habitação.

Embora as características dominantes do perfil do(a)s sem abrigo, não apresente diferenças significativas em termos de análise, os vectores dominantes, com diferentes valorizações entre sexos, são idênticos entre os homens e mulheres. Contudo, é certo que registam algumas particularidades que foram sendo referidas ao longo da análise dos resultados.

Nos aspectos relacionados com o mercado de trabalho, e registando-se percentagens acima dos 90% em ambos os sexos, o *desemprego* é uma realidade bem visível nos sem abrigo. Resta-nos analisar os dados que nos remetem para a situação anterior ao desemprego, não se registando diferenças significativas entre sexos, observam-se dois grandes grupos, um que refere já ter exercido uma actividade profissional por mais de dois anos (40%) e, outro, que refere, até à data da entrevista, ter trabalhado por tempo inferior a um ano (34%).

Embora os números não confirmem grande valoração, cerca de 8% das mulheres refere possuir actividade estável e/ou precária, em contraponto

com os homens que apresenta uma percentagem de 2%. Estas actividades estão relacionadas com limpezas de escadas e/ou de casas no caso das mulheres e de pequenos biscates, no caso dos homens (ex: ajudam a carregar e descarregar mercadoria).

Valorizando as características dominantes no(a)s sem abrigo, as mulheres estariam num lugar da tabela, no que se refere à escolaridade e à formação profissional, mais elevado na situação de exclusão e pobreza. Esta situação deve-se, sobretudo, à menor escolaridade apresentada, dificuldade em aceder a empregos mais estáveis e melhor remunerados e ao facto de terem a seu cargo o(a)s filho(a)s.

Dos resultados do estudo empírico, podemos concluir que, em relação às faixas etárias, o número mais elevado de mulheres que recorre aos apoios sociais da AMI encontra-se na faixa etária entre os 21 e 39 em contraponto com os homens (30-49).

Em relação à variável *escolaridade*, o estudo revela que a percentagem de mulheres (4%) com ensino médio/superior é superior. Mas a população feminina é caracterizada por ter, na sua grande maioria, baixa escolaridade (1º Ciclo ou o 2º Ciclo) e uma parte ainda é analfabeta. O estudo confirma que a percentagem mais elevada de ambos os sexos 77% das mulheres e 75% dos homens, situa-se abaixo do 2º ciclo.

Em relação à formação profissional, 71% da população refere não a possuir. As mulheres possuem menos formação profissional que os homens.

Sendo o factor trabalho determinante na integração e na igualdade de oportunidades entre género é importante fazer uma referência ao mesmo, de modo a melhor entendermos a realidade das mulheres no contexto sócio-económico. Contexto que sempre se torna mais absoluto e irreversível à medida que vamos diminuindo no nível das variáveis da escolaridade, da estabilidade no trabalho, dos baixos salários, no acesso à saúde, à habitação e a outras dimensões de integração social (Torres, 2005).

Elejabeitia (1996) refere que as mulheres são mais afectadas pelo desemprego e têm menos protecção social devido ao tipo de participação na actividade económica. Contudo, na realidade específica do(a)s sem abrigo, e por se tratar de uma situação de extrema pobreza, onde todo(a)s apresentam percentagens muito próximas dos 100% no que se refere ao desemprego, as mulheres apresentam percentagens ligeiramente superiores no que se refere à integração profissional, pois estas sempre vão arranjan-do “Umas horas na limpeza” Importa relacionar estes dados com os descontos para a segurança social. Embora algumas destas mulheres sem abrigo trabalhem nas limpezas pontualmente, esta situação é fora do mercado de trabalho legal, não fazendo quaisquer descontos para a segurança social, situação esta que, no futuro, aquando da idade da reforma, este tempo de trabalho não seja levado em conta e que as suas pensões de reforma sejam, na maioria dos casos exíguas e inferiores à dos homens.

“Teve sempre trabalhos precários por períodos de 6 meses, o último foi como cabeleireira. Desde que a filha nasceu, há 3 anos que não trabalha porque a menina tem problemas graves de saúde e ela tem que estar sempre por perto” (Cristina 28, casada, 34 anos, dois filhos).

“Trabalhava em limpeza de escadas. Actualmente está desempregada devido à gravidez” (Mónica 7, solteira, 25 anos).

Dos(as) sem abrigo entrevistados(as), 32% vivem na rua e 30% em Albergues. Somando os que pernoitam em pensões (7%) e em quartos (2%), observa-se que 9% possui um espaço individualizado e privado. Se a este número forem somados os que vivem em habitação clandestina (4%) e os que vivem em barraca (3%), ressalta que 16% da população sem abrigo vive numa situação de habitação insegura e precária.

Somando os 32% que dormem na rua com os 5% que vivem em escadas ou átrios e ainda os 6% que vivem em prédios ou carros abandonados, conclui-

se que 43% do(a)s sem abrigo pertencem ao grupo dos que vivem na rua (43% homens e 35% mulheres).

De acordo com o estudo, a mulher procura primeiro o apoio de amigo(a)s e familiares. Depois, por ordem percentual, surge a rua, o abrigo, a pensão, prédio/carro abandonado, barraca, escada e átrios e, por fim, habitação clandestina.

No que se refere ao *local de pernoita*, é importante referir que a maior percentagem de mulheres (25%), encontra-se no item *outros*, que contempla as situações que referem estar a viver pontualmente e precariamente e sem segurança em determinado local não pré-definido na entrevista (ex: em casas de, amigo(a)s, na sala de espera do hospital de S. José, numa casa de alterne, na casa da avó com dois filhos).

Sendo este um aspecto diferenciador de comportamentos entre sexos, os restantes itens não evidenciam diferenças. Temos, assim, 33% de homens e 23% de mulheres que dormem na rua, seguindo-se o albergue como local de pernoita. O número percentual de mulheres é inferior ao dos homens nesta situação (20% no primeiro caso e 33% no segundo).

No que respeita a todos os outros itens relacionados com o *local de pernoita* (pensões, barracas, prédios, carros abandonados), verificam-se nas mulheres valores ligeiramente superiores.

Em relação ao *estado civil*, a situação de solteiro(a) prevalece. A população em estudo caracteriza-se por não se relacionar com um(a) companheir(o)a, embora esta seja uma característica mais marcada no homem do que na mulher. Das mulheres 29% são casadas ou vivem em união de facto, contrastando com os 8%, nos homens.

O modelo da família patriarcal faz com que a mulher esteja condicionada economicamente, dependente do marido ou do pai. A tentativa de alterar este modelo fez com que o estado passasse a assegurar a todo(a)s o(a)s

cidadão(a)s a protecção na saúde, educação, habitação, na família e noutras áreas da vida em sociedade.

É necessário analisar as diferenças entre género tendo em conta aspectos de ordem cultural e, não o querendo fazer, teremos que isolar certo tipo de variáveis comuns a ambos sexos e analisar o que os diferencia. Salientamos três aspectos: a maternidade, a violência doméstica e a prostituição. Não sendo estas variáveis exclusivas da condição de mulher são contudo factores dominantes no género.

As mulheres deste estudo são maioritariamente jovens, solteiras, desempregadas, possuem baixa escolaridade, não têm formação profissional, os empregos precários fazem com que não tenham descontos para a segurança social ou com que estes não sejam contínuos no tempo. A maior parte são mães, dormem na casa de amigo(a)s e/ou na rua. Algumas partilham de forma instável, e com grande alternância, as suas vidas com diferentes parceiros, quase sempre sem a presença dos filhos (que estão entregues a familiares e ou instituições) "...das que têm filhos, 72% encontram-se separadas deles (Gomes, 2002, pg, 156). Na vida destas mulheres a família ou o estado não tiveram um papel protector ou gerador de autonomia a vários níveis (social, económico, psicológico).

"...pernoita em casa de amigas. Saiu de casa porque o marido exerceu sobre ela violência doméstica durante cerca de 2º anos e não aguentou mais..." (Maria 9, separada, 49 anos, 3 filhos).

"Vivia com o marido e quatro filhos numa barraca, devido a maus tratos por parte do marido e por este ter uma nova companheira, pô-la fora de casa. Está na casa de uma senhora amiga, temporariamente, com uma filha, ou outros 3 estão com a sogra. Também viveu durante algum tempo na casa de um irmão, mas devido a problemas com a cunhada saiu" (Isabel 11, separada, 49 anos, 4 filhos).

"Tem uma filha de 7 anos da primeira relação que vive em Espanha com uma tia" (Beta 17, solteira, 38 anos, uma filha).

"Vive com o companheiro também toxicodependente e neste momento está a dormir num carro abandonado. Está interessada em fazer uma cura de desintoxicação" (Inês 15, solteira, 31 anos, 2 filhas).

Vítima de uma situação extrema de pobreza, recorre à mendicidade, vive do Rendimento Social Inserção, porque não tem direito ao subsídio de desemprego nem a qualquer tipo de pensão que lhe permita alimentar-se, vestir-se e pagar uma habitação. Ela vive numa situação de “nudez social”. Não tem voz porque não vota, não reclama porque tem medo que lhe cortem algum apoio e porque não sabe escrever uma reclamação.

“ Eu nunca votei em ninguém” (M.J. 1, união de facto, 29 anos, uma filha).

É certo que as mulheres potencializam outras formas de protecção que os homens descutam, como o recurso à família, mesmo disfuncional, aos amigos, a instituições e mesmo à prostituição.

Este perfil de mulher não se enquadra em nenhum modelo social. Ela é vítima de pobreza extrema, uma espécie de fim de linha, na vida dela quase tudo falhou. Enquadradas no contexto específico de extrema pobreza elas são particularmente vítimas de discriminação. A pobreza coloca-as numa situação de dupla discriminação em relação à maioria das mulheres. A pobreza extrema é a forma mais profunda de discriminação. Ela é a excluída dos excluídos, não existem medidas de protecção social específicas para ela, mesmo as respostas sociais dentro do âmbito dos sem abrigo são especialmente dirigidas aos homens, o seu número é mais significativo, do que para elas. Esta mulher está livre de qualquer modelo social existente, porque nela residem quase todas as ausências.

Sim, estas mulheres também existem, mas escondem-se, não querem visibilidade e, por isso, são esquecidas e, portanto, não existem medidas específicas dirigidas a elas. Muito(a)s trabalham com elas todos os dias e sabem melhor que ninguém da sua penosa existência (ex: ONG, através dos seus equipamentos sociais e equipas de rua, Centros Regionais de Segurança Social, Câmaras, Misericórdias, Hospitais).

Propostas de Investigação Futura

Alguns estudos abordam a doença mental como uma das causas/efeitos dominantes à situação de mulher sem abrigo. Trata-se de uma questão controversa que, embora não seja uma problemática específica no âmbito deste estudo, importa referir, pois os estudos não são claros no sentido de determinar se são as perturbações de saúde mental que conduzem à situação de mulher sem abrigo ou se são os factores envolventes, como a ruptura de relações afectivas, de desagregação familiar, toxicodependência, a dureza física e psicológica que representa viver na rua (o frio, a chuva, o vento, a fome, a falta de privacidade, etc.) que conduzem à doença mental.

Os resultados deste estudo não apontam a doença mental como aspecto diferenciador do perfil de género de sem abrigo. Questionamos o facto de as conclusões que remetem a doença mental como característica da mulher sem abrigo poderem estar imbuídas de preconceitos e estereótipos de ordem cultural relacionados com a questão do género.

Com mais facilidade se encaminha uma mulher com problemas de saúde mental para uma instituição competente do que um homem, onde o problema pode encontrar-se mascarado pelo consumo de álcool e, portanto, poderá ser classificado como alcoólico e não como tendo problemas mentais.

Em relação à diferença de número entre homens e mulheres sem abrigo, colocamos algumas hipóteses a investigar:

Será que a *maternidade* e a existência de filhos é um factor importante para que os números de mulheres não sejam tão extensos neste e noutros estudos (respostas de abrigos específicos para mulheres com filhos) que têm por objectivo compreender as causas e efeitos de ser ou estar sem abrigo?

Dado que as mulheres em idades mais jovens são maioritárias neste estudo, embora longe dos números absolutos dos homens, será que estes números

subiriam se tivéssemos em conta as mulheres que estão sem lar mas protegidas pela maternidade, pelos filho(a)s, em instituições a elas destinadas, as que pelo(a)s filhos, ou não, se mantêm em casa, vítimas de *violência doméstica*, como se de uma mal menor se tratasse, as que exercem a prostituição sem conseguir arranjar alternativas?

Será a *prostituição* uma saída exclusiva ou facilitada às mulheres? E factor de adiamento ou de salvaguarda da situação de Ser ou Estar sem abrigo? Esta hipótese não é clara no estudo pois, caso a prostituição fosse uma forma de as mulheres assegurarem a sua habitação, isso faria com que a faixa etária subisse, o que não acontece. Pelo contrário, no estudo a percentagem de mulheres diminui com a idade mais elevada.

“Vive com o actual companheiro num quarto de uma pensão, mas está em vias de ficar na rua por falta de pagamento. É divorciada e tem um filho que vive com o pai. Toxicodependente há 25 anos. Está actualmente em processo de metadona. Empregada em bares de alterne e outros (prostituição). Pretende fazer um curso de formação na área de cabeleireiro, porque foi sempre o que gostou” (Olga 12, União facto, 40 anos, 1 filho).

Posto estas interrogações em relação à discrepância de número entre homens e mulheres sem abrigo, se pudéssemos somar todas estas situações, e sendo elas verificáveis, o número de mulheres sem abrigo não subiria a números idênticos ou mesmo superiores aos dos homens?

Outro aspecto que poderá ser uma ramificação para futuras investigações nesta área é perceber como as uniões de facto e/ou casamentos se relacionam com o espaço que o casal habita, ou seja, compreender quem é o “dono(a)” da barraca, da casa degradada, do carro abandonado, do vão de escada, se nestas relações as mulheres procuram protecção a qualquer preço..., ou seja, compreender as verdadeiras razões que as levam a estar nestas relações.

“Vive com companheiro há 2 meses no carro dele” (Ana 13, solteira, 29 anos, 2 filhas).

A maternidade pode conduzir a mulher sem abrigo antes, durante ou após a maternidade (enquanto as crianças são pequenas) para respostas sociais quer ao nível institucional, quer familiar que lhes retirem o “estatuto” da situação de sem abrigo. Talvez só adiem, ou poderá servir como espaço reestruturador para inverter o sentido ascendente da pobreza e não chegar à situação extrema de sem abrigo?

A violência doméstica, factor determinante na condução da mulher para a rua pode, contudo, ser “um mal menor” perante a perspectiva do frio, do medo, do abandono de recorrer à rua. Os não lugares. A situação é mais complicada e gravosa quando se trata de uma mulher com filhos, sem emprego ou com um salário que não lhe permita fazer face às despesas.

“Vivia com um companheiro num quarto, mas ele batia-lhe e optou por sair de casa. Tem uma filha desse relacionamento que está com os avós paternos. Está há alguns dias a viver na rua com uma amiga. Não tem dinheiro nem roupa” (Felicidade 10, solteira, uma filha).

“Vivia com o marido e quatro filhos numa barraca, devido a maus tratos por parte do marido e por este ter uma nova companheira, pô-la fora de casa. Está na casa de uma senhora amiga, temporariamente, com uma filha, ou outros 3 estão com a sogra. Também viveu durante algum tempo na casa de um irmão, mas devido a problemas com a cunhada saiu” (Isabel 11, separada, 49 anos).

A prostituição pode ser uma forma precária de arranjar dinheiro para um quarto e para as despesas, mas, num futuro mais ou menos próximo, poderá conduzir à rua. Enquanto dura a ausência de um tecto, a visibilidade das mulheres para as estatísticas dos sem abrigo é nula.

Todos estes e outros factores podem ser determinantes na discrepância entre homens e mulheres sem abrigo.

A pesquisa deixa estas questões e interrogações para que estudos posteriores lhes confirmem consistência científica.

BIBLIOGRAFIA (Referências)

ABREU, Paulo, et. al. (2003), *Cuidados de Saúde aos sem abrigo, que realidade?*, Escola Superior de Enfermagem de São Vicente Paula, Lisboa.

ALMEIDA, Ana Nunes de (1998), *Revista Notícias, CIDM, nº 46*, Lisboa.

ALBERT, M., (1992), *Capitalismo contra Capitalismo*, Livros do Brasil, Lisboa.

AMÂNCIO, Lígia (1993). *Género - Representações e Identidades*. Sociologia - Problemas e Práticas, Lisboa

AMÂNCIO, Lígia (1998). *Género – Masculino e feminino – A construção social da Diferença*, Edições Afrontamento, Porto

AMI (2006), *Relatório Anual*, Lisboa

AVRAMOV, Dragana (1996), *The Invisible Hand of the Housing Market*, FEANTSA, Brussels.

AVRAMOV, Dragana (1999), *The State –of-the-Art research of Homelessness and provision of Services in Europe, in Coping with homelessness: issues to be tackled and best practices in Europe*, FEANTSA, Brussels.

BAPTISTA, Isabel, et. al. (1995), *A Pobreza no Porto: Representações Sociais e Práticas Institucionais*, Cadernos REAPN, Porto.

BAPTISTA, Isabel (2005), *Sem Abrigo em Portugal – Elementos de uma reflexão, contributos para um diagnóstico*, in *Estudo dos sem abrigo*, ISS, I.P, Lisboa.

BAPTISTA, Virgínia do Rosário, (1999), *As Mulheres no Mercado de Trabalho em Portugal: Representações e Quotidianos (1890-1940)*, Organizações não

Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulheres, Lisboa.

BARROS, Carlos Pestana e Santos, J.C. Gomes Santos, (1997) *A habitação e a Reintegração Social em Portugal*, Editora Vulgata, Lisboa.

BENTO, A., Barreto, E. (2002), *Amor e sem abrigo*, CLIMEPSI, Lisboa.

BOLETIM MUNICIPAL (2006), *RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO, ASSEMBLEIA MUNICIPAL*, 1.º SUPLEMENTO AO N.º 667, Deliberações, Lisboa.

BRANCO, Francisco José do Nascimento (2001), *A Face Lunar dos Direitos Sociais: Virtualidades e Limites do RMG como Direito de Cidadania em Portugal*, Tese de Doutoramento, São Paulo: PUC-SP.

BRUNO, D., (1900) – *Metodologia da Investigação em Ciências Humanas*, Lisboa.

CAMPOS, A. (2000), *Solidariedade Sustentada*, Gradiva, Lisboa.

CAPUCHA, Luís Manuel Antunes (1992), *Problemas de pobreza: Conceitos, Contextos e Modos de Vida*, Lisboa.

CARREIRA, H. (1996), *As Políticas Sociais em Portugal*, Gradiva, Lisboa.

CASTEL, Robert (1997), *A Dinâmica dos Processos de Marginalização: Da Vulnerabilidade À Desafiliação*, Open Journal Systems, Brasília.

CASTEL, Robert (1978) “*La guerre à La Pauvreté aux États-Unis*” Actes de la Recherche em Sciences Sociales.

CIDM, *Portugal Igualdade de Género*, 2003.

Colectânea de Ensaio Cais, (2004), *sem abrigo e Imigração, Olhares sobre a Realidade em Portugal*, Stória Lda., Lisboa.

COMISSÃO DO LIVRO BRANCO PARA A SEGURANÇA SOCIAL, (1998), *Livro Branco da Segurança Social*, Instituto da Segurança Social, Lisboa.

COMISSÃO EUROPEIA (1994), Livro Branco para a Política Social Europeia, Comissão Europeia, Luxemburgo.

COMISSÃO EUROPEIA (1994), *Política Social da Comunidade – Situação em Junho de 1994*, Comissão Europeia, Luxemburgo.

COMISSÃO EUROPEIA (2000), *Configurar uma nova Europa. Objectivos Estratégicos 2000 – 2005*, in Comunicação da Comissão ao Conselho, Parlamento Europeu, Comité Económico e Social e Comité das Regiões, Luxemburgo.

COMMISSION Européenne (2001), *La Protection Sociale en Europe 2001*, Commission européenne, Luxembourg: Office des publications officielles des Communautés européennes.

COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES (2000), *Social Policy Agenda*, Communication from the Commission to the Council, the European Parliament, the Economic and Social Committee and the Committee for the Regions, Luxemburgo.

Conselho da União Europeia (2001), *Relatório Conjunto sobre a Inclusão Social*. Bruxelas.

Conselho da União Europeia (2002), *REV. 1 14164/1/02, SOC*, Bruxelas

Constituição da República Portuguesa (1976), Coimbra Editora, Coimbra.

Constituição da República Portuguesa, (2000), Almedina, Coimbra.

COSTA, António Carlos Gomes (1995), *Resiliência, Pedagogia da presença, Modus Faciend*, São Paulo.

COSTA, Susana, SANTOS Susana (1997), *Estereótipo da Mulher em Portugal e Sua relação com a Discriminação Sexual no Trabalho*, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, Lisboa.

COSTA, Alfredo Bruto; BAPTISTA, Isabel; CARDOSO, Ana; RASGADO, Sofia (1999) "*Pobreza e Exclusão Social em Portugal. A Região de Lisboa e Vale do Tejo*", Prospectiva e Planeamento, Lisboa.

COSTA, Alfredo Bruto; BAPTISTA, Isabel; CARDOSO, Ana; RASGADO, Sofia (1999) "*Pobreza e Exclusão Social em Portugal. A Área Metropolitana do Porto*", *Prospectiva e Planeamento*.

COSTA, Alfredo Bruto, Isabel Baptista (2000), *Women, Exclusion and Homelessness*, Annual report for the European Observatory on Homelessness 1999. Lisboa.

Departamento de Informação das Nações Unidas, ONU - (2000), DPI/2035/17 Maio.

DIAS, Paulo e CARMO, Maria (1997), *Situação Laboral da Mulher: Conflito de Valores e de Direitos*, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, Lisboa.

EDGAR, B., Doherty, J. (2001). *Women and Homelessness in Europe*, the Policy Press, UK.

Estudo dos sem abrigo (2006), Segurança Social Fundo Social, União Europeia, Lisboa.

FEANTSA (2001) Documento Político da FEANTSA – *Promover a Inclusão Social Através do Acesso à Habitação*, Bruxelas.

FERREIRA, M., et. al. (2000), *O Futuro da Europa Social*, Celta Editora, Oeiras, Portugal.

FISHER, Izaura Rufino (2001) *Género e exclusão Social, Trabalhos para Discussão*, de Mossoró/RN.

GIDDENS, A. (1999), *Para uma Terceira Via*, Editorial Presença, Lisboa.

GOMES, L. (2002), *Feminização dos sem abrigo – Dissertação de Mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos*, Univ. Nova Lisboa - Faculdade Ciências Sociais e Humanas, Lisboa.

HESPANHA, Pedro et al.(2000), *Entre o Estado e o Mercado: as fragilidades das instituições de protecção social em Portugal*. Quartetto Editora, Coimbra.

JOAQUIM, Teresa (2004), EX-AEquo: *Contributo Decisivo para um Campo de Estudos em Portugal*, Revista estudos feministas, Rio Janeiro, pp. 89.

LA GORY, M. Ritchey, F. e Fitzpatrick, K. (1991), “*Homeless and Affiliation*”, *The Sociological Quaterly*, vol.32, nº2. UK.

LEFAUCHEUR, Nadine (1995), *Maternidade, Família, Estado*, in DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.), *História das Mulheres no ocidente*, vol.5, THÉBAUD, Françoise (dir.), *O Século XX*, Ed. Afrontamento, Porto.

MARCEL MAUSS (2004), “*Fait social et formation du caractère*”., revista, *Sociologie et sociétés*, vol. 36, no 2,: Les Presses de l'Université de Montréal, Montréal.

MAIA, F. (2000), *Os Novos Desafios da Segurança Social*, Cadernos de Política Social nº 2-3, pp. 83-106, Lisboa.

MARTINS, Ana (1996), *O que se Entende por Exclusão Social – Mecanismos Geradores de Exclusão Social*, Revista Fenarceci, Lisboa.

MARTINS Ana (2004), *Políticas Rudimentares para os sem abrigo*, Revista AMI Notícias, Lisboa.

MEERT, H., et al. (2004), *The Changing profiles of homeless people: Homelessness in the Written Press: a Discourse Analysis*, FEANTSA, Brussels.

MENDES, F. (2005), *Conspiração Grisalha*, Celta Editora, Oeiras, Portugal.

MISHRA, R. (1995), *O Estado Providência na Sociedade Capitalista*, Celta Editora, Oeiras, Portugal.

MORENO, Conceição José Mendes (2003), *Diagnóstico e Estatísticas no âmbito de Igualdade Oportunidades – I.E.F.P.* Lisboa.

MOSS, Peter (1993), *Conciliação da vida profissional com a vida familiar para as mulheres e para os homens*, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Actas do seminário, Cadernos da Condição Feminina, nº 38. Lisboa.

MOURA, Leonel (2000), *Os Homens Lixo LxXL*. Edições, Lisboa.

MOZZICAFREDO, Juan (1997), *Estado Providência e Cidadania em Portugal*, Celta Editora, Oeiras, Portugal.

OBSERVATÓRIO PORTUGUÊS DOS SISTEMAS DE SAÚDE, (2002), *O Estado da Saúde, a Saúde do Estado*, Relatório da Primavera de 2002, Escola Nacional de Saúde Pública, Lisboa.

OBSERVATÓRIO PORTUGUÊS DOS SISTEMAS DE SAÚDE (2003) *Saúde: Que Rupturas? Relatório da Primavera de 2003*, Escola Nacional de Saúde Pública, Lisboa.

OBSERVATÓRIO PORTUGUÊS DOS SISTEMAS DE SAÚDE (2004), *Incertezas: Gestão da Mudança na Saúde, Relatório da Primavera de 2004*, Escola Nacional de Saúde Pública, Lisboa.

PEREIRA, Álvaro, Pedro Barreto, Gisela Fernandes, (2001) *Análise Longitudinal dos Sem-Abrigo em Lisboa*, Laboratório Nacional de Engenharia Civil e Câmara Municipal Lisboa.

PEREIRINHA, José António, et. al. (2007) – *Género e Pobreza: Impacto e determinantes da Pobreza no Feminino*, - CIG- Lisboa.

PERRÉAL, Lydia (1995), *J'ai vingt ans et je couche dehors*, Éditions Paul-Claude Lattès. Paris.

PERISTA, H. (1991), *A Pobreza no Feminino na Cidade de Lisboa*- Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, CIDM, Lisboa.

PNAI – Plano Nacional de Acção para a Inclusão (2005), Relatório de actualização, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Lisboa.

PNAI – Plano Nacional de Acção para a Inclusão (2006), Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Lisboa.

QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc Van (1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva Publicações, Lisboa.

REAPN, (2007) *De Lisboa 2000 a Lisboa 2007: regresso ao futuro* – Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal.

RIVLIN, Leanne G. (1986), *The Nature of Homeless: Some Views on The Homeless Existence*, University of New York, New York.

RODRIGUES, Fernanda (1999), *Assistência Social e Políticas Sociais em Portugal*, Centro Português de História e Investigação em Trabalho Social, ISSS – Dep. Editorial, Lisboa.

RODRIGUES, M. J. (2003), *A Agenda Económica e Social da União Europeia - A Estratégia de Lisboa*, Dom Quixote, Lisboa.

ROGERS, C. R. (1961), *Tornar-se Pessoa*, Moraes Editores, Lisboa.

ROSANVALLON, P. (1984), *A Crise do Estado Providência*, Ed. Inquérito, Lisboa.

SANTOS, B. S. (1992), *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Edições Afrontamento, Porto.

SANTOS, B. S. (1995), *Sociedade Providência ou Autoritarismo Social*, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42: i- vii, Lisboa.

SANTOS, B. S., et al, (1998), *Uma visão solidária da Reforma da Segurança Social*, União das Mutualidades, Lisboa.

SANTOS, B. S., FERREIRA, S. (1999), *Pela Mão de Alice-O social e o Político na Pós-Modernidade*, Edições Afrontamentos, Porto.

SANTOS, B. S., FERREIRA, S. (2002), *A Reforma do Estado Providência Entre Globalizações Conflituantes*, in Pedro Hespanha e Graça Carapinteiro (orgs), *Risco Social e incerteza, Pode o Estado Social Recuar Mais?*, Edições Afrontamento, Porto.

SANTOS, B. S., FERREIRA, S. (2005), *Globalização – Fatalidade ou Utopia?* Edições Afrontamentos, Porto.

Schmid, G., O'Reilly, J. And Schoman, K. (eds) (1996) *International Handbook of labour market policy and evaluation*, Cheltenham: Edward Elgar.

SCOTT. J. W. (1994), *A Mulher Trabalhadora*, in DUBE. G. ; PERROT. M. *Histórias das mulheres no Ocidente*. Edições Afrontamento. Vol.IV. Porto.

SILVA, Manuela, COSTA, Bruto da Costa (1989), *Pobreza Urbana*.

Silva, Manuela (1999), *Pobreza e Exclusão Social Social, percursos e perspectivas da Investigação em Portugal*, Actas do Seminário, Lisboa.

SILVA, Manuela (1999), *Caminhos e Atalhos para uma sociedade inclusiva*, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. Lisboa.

SNOW, David, Leon, A. Anderson, (1993), *Down on Their Luck, A Study of Homeless Street people*, Berkeley, University of California Press.

SRNA MANDIC (2006), *Fourth Review of Policies on Homelessness in Europe* FEANTSA, European federation of National Organizations Working With the Homeless, Brussels.

TANZI, V., Schuknecht (2000), *Public Spending in the 20th Century: a Global Perspective*, Cambridge: Cambridge University Press, UK.

THELEN, Lionel (1996), *Homeless People in Belgium and in Portugal : From the Loss of Chrono – Aesthesia to Social Nakedness*, European University Institute, Bruxeles.

THELEN, Lionel (2006), *L'exil de soi. sans-abri d'ici et d'ailleurs*, Saint Louis, Facultes universitaires, Bruxeles.

TORRES, Anália Cardoso (2002), *Casamento em Portugal - Uma Análise Sociológica*, Celta, Oeiras.

TORRES, Anália Cardoso, SILVA, Francisco Vieira, MONTEIRO, Teresa Líbano, CABRITAS, Miguel (2005), *Homens e Mulheres entre Família e Trabalho*, Lisboa.

TRIVINOS, Augusto N. S (1994) *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: Atlas*, São Paulo.

VASCONCELOS, T. (1997), *Ao Redor da Mesa Grande: Prática Educativa de Ana*, Porto Editora, Porto.

Watch Report (2005), *A Citizen's Global Progress Report On Poverty Eradication And Gender Equity*, Hungria.

WILLIAM J., Paul K. (1979), *Métodos em pesquisa Social*, editora e cidade?
Sofia Lobato Dias - Diário Económico (17.10.2007)

INTERNET

http://www.sof.org.br/arquivos/doc/introducao_econ_feminista.doc

<http://www.cafecomadocao.hpg.ig.com.br/artigopsi2.htm>

<http://www.irishhealth.com/index.html?level=4&id=1302>

<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=193>

http://europa.eu.int/comm/employment_social/general/com00-379/com379_en.pdf

<http://jornal.publico.pt/2004/03/14/sociedade/S15.htm>.

http://www.fundacao-ami.org/ami/artigo.asp?cod_artigo=16118

http://www.feantsa.org/files/prevention/national%20reports/portugal_portugues

http://www.feantsa.org/files/press_and_communication/3006_3DORMIR%20NA%20RUA%20MATA%20DURANTE%20QUALQUER%20ÉPOCA%20DO%20ANO.

http://www.scml.pt/media/revista/rev_10/Sem_abrigo.pdf

<http://sociologiapp.iscte.pt/>

HTTP://WWW.SOF.ORG.BR/ARQUIVOS/DOC/INTRODUCAO_ECON_FEMINISTA.DOC

www.reapn.org/download.php?file=243

www.cidm.pt

www.cite.pt

www.dre.pt

www.europa.eu.int

www.gddc.pt

www.gov-portugal.pt

www.ine.pt

www.seq-social.pt

Outros Documentos Utilizados

Publicado pelo Departamento de Informação das Nações Unidas

DPI/2035/A, Maio de 2000

Este boletim informativo baseia-se no documento “Análise e Avaliação da Execução da Plataforma de Acção de Beijing: Relatório do Secretário-Geral”(E/CN.6/2000/PC/2).

(in Jornal “Público”, Sociedade, Domingo 14 de Março de 2004. Edição on-line).

COLECTIVO – (1999), *Actas de Seminário, Sem Abrigo: Que presente? Que Futuro?* Costa da Caparica, Assistência Médica Internacional.

Lei de Saúde Mental, Lei nº36/98 de 24 de Julho – Assembleia da República.

ANEXO 1

QUESTIONÁRIO

Questionário Nº _____
NOME _____
DATA DE NASCIMENTO _____
MORADA _____
TELEFONE _____ DATA ___/___/___

CRIANÇA
ADULTO

A- DADOS PESSOAIS

01. SEXO

Masculino 1
Feminino 2

02. IDADE

< 6 1
6-10 2
11-15 3
16-20 4
21-29 5
30-39 6
40-49 7
50-59 8
60-69 9
>70 10
Dado inexistente 0

03. BILHETE DE IDENTIDADE (ou cédula pessoal)

NÃO
SIM
Dado inexistente 0

N.º _____

04. OUTROS DOCUMENTOS

NÃO
SIM
Dado inexistente 0

Quais? _____

05. NATURALIDADE (local de nascimento)

Zona de implantação da PA 1
Outro local no País 2
País da União Europeia 3
País da Europa do Leste 4
Qual? _____
Outro país europeu 5
PALOP 6
Outro país africano 7
Outro país 8
Dado inexistente 0

Qual? _____

Qual? _____

Qual? _____

Qual? _____

Qual? _____

Qual? _____

06. ESTADO CIVIL (só maiores de 16 anos)

*Solteiro		1	
Casado		2	
União de facto		3	
Divorciado		4	
Viúvo		5	
Outro		6	Qual? _____
Dado inexistente		0	

*** Só mais de 16 anos****B- DADOS RELATIVOS À ESCOLARIDADE/FORMAÇÃO****01. ESCOLARIDADE**

NÃO	<input type="checkbox"/>		
SIM	<input type="checkbox"/>	Creche/Pré escolar	1
		1º Ciclo	2
		2º Ciclo	3
		3º Ciclo	4
		Ensino Secundário	4
		Ensino Médio/Superior	5
		Outro	6
		Qual? _____	
Dado inexistente			0

02. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

NÃO	<input type="checkbox"/>	
SIM	<input type="checkbox"/>	
Qual?		_____
Dado inexistente		0

C- DADOS RELATIVOS AO EMPREGO**01. ACTIVIDADES PROFISSIONAIS ANTERIORES**

NÃO	<input type="checkbox"/>		
SIM	<input type="checkbox"/>	Regularmente	1
		Irregularmente	2
		Última activ. desenvolvida em _____	
		Duração < 1 ano <input type="checkbox"/>	
		1 a 2 anos <input type="checkbox"/>	
		> 2 anos <input type="checkbox"/>	
Dado inexistente			0

02. ACTIVIDADE PROFISSIONAL ACTUAL

NÃO	<input type="checkbox"/>		
SIM	<input type="checkbox"/>	Estável	1
		Precária	2
		Local _____	
		Duração _____	
Dado inexistente			0

03. SECTOR DE ACTIVIDADE ACTUAL

Primário	1	Qual? _____
Secundário	2	Qual? _____
Terciário	3	Qual? _____
Actividade não convencional	4	Qual? _____
Dado inexistente	0	

04. RECURSOS

Salário estável	1
Salário temporário	2
Rendi. Mini.Garantido	3
Pensão/Reforma	4
Sub/apoios institucionais	5

Apoio amigos/familiares	6	
Montante:		
Mendicidade	7	
Outros		7
Quais?		
Dado inexistente	0	

D- DADOS RELATIVOS AO ALOJAMENTO

01. COM QUEM VIVE

Sozinho	1
Pais	2
Avós	3
Cônjuge/Companheiro	4
Filhos	5
Netos	6
Amigos	7
Outros	8

Quem? _____

Dado inexistente 0

02. SITUAÇÃO DE ALOJAMENTO

- Com abrigo
- Sem abrigo

03. SITUAÇÃO DE PERNOITA

Casa própria	1
Casa alugada	2
Pensão	3 a)
Quarto	4
Barraca	5 a)
Habitação clandestina	6 a)
Hospital	7
Rua	8
Escadas/átrios	9
Prédio/carro abandonado	10
Contentor	11
Estações	12
Albergues	13
Camaratas	14
Outro	15
Dado inexistente	0

Onde? _____

a) Sem abrigo

E- DADOS RELATIVOS À CONDIÇÃO FÍSICA/PSÍQUICA

.1 - TEMPO SEM-ABRIGO

< 1 mês	1
1-3 meses	2
4-6 meses	3
7-11 meses	4
1-2 anos	5
3-4 anos	6
>4 anos	7
Dado inexistente	0

2 - HIV/SIDA

NÃO	<input type="checkbox"/>		
SIM	<input type="checkbox"/>	com sintomas	1
		sem sintomas	2
Dado inexistente			0

3 -CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS ADITIVAS

NÃO
 SIM Consumo
 de _____

Desde _____
 Dado inexistente 0

F- DADOS RELATIVOS AO SUPORTE FAMILIAR E INSTITUCIONAL

RELACIONAMENTOS

NÃO
 SIM Família 1
 Quem? _____
 Amigo(s) 2
 Médico(s) 3
 Assistente(s) social(is) 4
 Outro(s) técnico(s) 5
 Sem abrigo 6
 Outro 7
 Quem? _____
 Dado inexistente 0

FILHOS

Data Nascim ento	IDA DES	SEXO/Nº	
		M	F

Outros dependentes? _____
 Quais? _____

Dado inexistente 0

FAMILIARES VIVOS

NÃO
 SIM
 Quem? _____
 Dado inexistente 0

DESCONTOS P/ SEGURANÇA SOCIAL

NÃO
 SIM Regularmente 1
 Irregularmente 2
 Dado inexistente 0

INSTITUCIONALIZAÇÃO

NÃO
 SIM Orfanato/Internato 1
 Onde? _____
 Com. terapêutica 2 Onde? _____
 Hospital 3 Onde? _____
 Reclusão 4 Onde? _____
 Outro 5
 Onde? _____
 Dado inexistente 0

MÉDICO DE FAMÍLIA

NÃO
 SIM
 Quem? _____

Contacto _____
 Dado inexistente 0

MOTIVOS DE RECURSO AOS SERVIÇOS

Desemprego	1
Desalojamento	2
Precariedade financeira	3
Problemas familiares	4
Problemas relacionais	5
Problemas comportamentais	6
Doença física	7
Qual? _____	
Doença mental	8
Qual? _____	
Toxicod dependência	9
Alcoolismo	10
Ex-recluso	11
Refugiado	12
Outro	13
Qual? _____	
Dado inexistente	0

G- NECESSIDADES MANIFESTADAS E DIAGNOSTICADAS**NECESSIDADES BÁSICAS**

Alimentação	1
Abrigo	2
Roupas	3
Duche	4
Outra	5
Qual? _____	
Dado inexistente	0

NECESSIDADES AO NÍVEL DA INSERÇÃO/REINSERÇÃO SOCIAL

NÃO <input type="checkbox"/>		
SIM <input type="checkbox"/>	Trabalho	1
	Alojamento próprio	2
	Contacto com a família	3
	Apoio financeiro	4
	Documentação	5
	Pensão/Reforma	6
	Formação	7
	Apoio escolar	8
	Apoio jurídico	9
	Outro	10

Qual? _____
 Dado inexistente 0

NECESSIDADES AO NÍVEL DOS CUIDADOS DE SAÚDE

NÃO <input type="checkbox"/>		
SIM <input type="checkbox"/>	Medicamentos	1
	Urgência médica	2
	Consulta médica	3
	Internamento hospitalar	4

Motivo _____
 Interna. com terapêutica 5
 Acompanhamento psiquiátrico 6
 Outro 7

Qual? _____
 Dado inexistente 0

HISTÓRIA APRESENTADA PELO INDIVÍDUO

I. PESSOAL E FAMILIAR

_____ Outros casos de sem abrigo na família ou no círculo de
amizades? _____

II. PERCURSO PROFISSIONAL

III. REDE DE SUPORTE

IV. PERCURSO DO INDIVÍDUO ATÉ À CONDIÇÃO SEM ABRIGO (Fragilidade → Dependência → Marginalidade → Exclusão)

V. PERCURSO PSIQUIÁTRICO

VI. HISTORIAL MÉDICO

VI. CONHECIMENTO E UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS EXISTENTES

VII. RESULTADOS DO 1º CONTACTO COM O INDIVÍDUO

VIII. INSTITUIÇÕES/SERVIÇOS QUE PODEM RESPONDER À SITUAÇÃO DO INDIVÍDUO

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____

IX. OUTRAS INFORMAÇÕES

Anexo nº 2

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO (FREQUÊNCIA DOS CENTROS)

Período de 01-01-2003 a 31-12-2006

NATURALIDADES:(DADO INEXISTENTE)(ZONA IMPLANTAÇÃO PA)

1 - Faixas Etárias

IDADE	M	%	F	%	Total	%
< 6					0	
6 - 10					0	
11 - 15					0	
16 - 20			1	1,8	1	0,3
21 - 29	23	9,1	10	17,9	33	10,7
30 - 39	76	30,2	22	39,3	98	31,8
40 - 49	87	34,5	16	28,6	103	33,4
50 - 59	47	18,7	4	7,1	51	16,6
60 - 69	13	5,2	1	1,8	14	4,5
> 70	6	2,4	2	3,6	8	2,6
Dado Inexistente					0	
Totais	252	100	56	100	308	100

2 - Documentos

Documentos	N	%
B.I.	199	64,6
Outros	17	5,5
Nenhum	92	29,9
Totais	308	100

3 - Naturalidade

Naturalidade	M	%	F	%	Total	%
Zn.Implantação PA	251	99,6	56	100	307	99,7
Outro Local País					0	
País da UE					0	
Outro País Europeu					0	
PALOP					0	
Outro País Africano					0	
Outro País					0	
País Europa de Leste					0	
Dado Inexistente	1	0,4			1	0,3
Totais	252	100	56	100	308	100

4 - Estado Civil (>= 16 Anos)

Estado Civil	M	%	F	%	Total	%
Solteiro	187	74,2	30	53,6	217	70,5
Casado	13	5,2	6	10,7	19	6,2
União de Facto	7	2,8	10	17,9	17	5,5
Divorciado	28	11,1	3	5,4	31	10,1
Viúvo	3	1,2	4	7,1	7	2,3
Outro	13	5,2	3	5,4	16	5,2
Dado Inexistente	1	0,4			1	0,3
Totais	252	100	56	100	308	100

5 - Habilitações Literárias

Escolaridade	M	%	F	%	Total	%
NÃO	7	2,8	5	8,9	12	3,9
Creche/Pré escolar					0	
1ºCiclo	103	40,9	21	37,5	124	40,3
2ºCiclo	77	30,6	17	30,4	94	30,5
3ºCiclo	32	12,7	8	14,3	40	13
Ensino Secundário	25	9,9	2	3,6	27	8,8

Ensino Médio/Superior	1	0,4	2	3,6	3	1
Outro	6	2,4	1	1,8	7	2,3
Dado Inexistente	1	0,4			1	0,3
Totais	252	100	56	100	308	100

6 - Formação Profissional (>= 16 Anos)

Form.Prof.	M	%	F	%	Total	%
SIM	80	31,7	7	12,5	87	28,2
NÃO	171	67,9	48	85,7	219	71,1
Dado Inexistente	1	0,4	1	1,8	2	0,6
Totais	252	100	56	100	308	100

7 - Actividade Anterior Desenvolvida (>= 16 nos)

Act.Prof.Anterior	M	%	F	%	Total	%
NÃO	13	5,2	4	7,1	17	5,5
Regularmente	110	43,7	22	39,3	132	42,9
Irregularmente	128	50,8	29	51,8	157	51
Dado Inexistente	1	0,4	1	1,8	2	0,6
Totais	252	100	56	100	308	100

8 - Tempo Trabalho Anterior (>= 16 Anos)

Tempo Trab.Anterior	M	%	F	%	Total	%
< 1 ano	81	34	17	33,3	98	33,9
1 a 2 anos	29	12,2	9	17,6	38	13,1
> 2 anos	96	40,3	19	37,3	115	39,8
Dado Inexistente	32	13,4	6	11,8	38	13,1
Totais	238	100	51	33	289	99,9

9 - Actividade Actual (>= 16 Anos)

Act.Prof.Actual	M	%	F	%	Total	%
NÃO	247	98	51	91,1	298	96,8
Estável			2	3,6	2	0,6
Precária	5	2	2	3,6	7	2,3
Dado Inexistente			1	1,8	1	0,3
Totais	252	100	56	100	308	100

10 - Sector de Actividade (>= 16 Anos)

Actividade Actual	M	%	F	%	Total	%
Primário					0	
Secundário	1	20			1	11,1
Terciário	3	60	4	100	7	77,8
Act.não Convencional	1	20			1	11,1
Dado Inexistente					0	
Totais	5	100	4	100	9	100

11 - Recursos (>= 16 Anos)

RECURSOS	M	%	F	%	Total	%
Salário Estável			1	1,7	1	0,3
Salário Temporário	5	1,9	2	3,4	7	2,2
Rend.Min.Garantido	14	5,3	3	5,2	17	5,3
Pensão Reforma	13	4,9	4	6,9	17	5,3
Subs.Apoios Insti.	32	12,1	9	15,5	41	12,7
Mendicidade	155	58,5	21	36,2	176	54,5

Apoio Amigos/Famili.	22	8,3	17	29,3	39	12,1
Outros	24	9,1	1	1,7	25	7,7
Dado Inexistente					0	

11.1 - Rendimento Mínimo Garantido (>= 16 nos)

Situação	M	%	F	%	Total	%
Receber	11	78,6	3	100	14	82,4
Suspensão					0	
Cancelado					0	
Em Espera	3	21,4			3	17,6
Dado Inexistente					0	
Totais	14	100	3	100	17	100

12 - Com quem Vive

RELAÇÕES	M	%	F	%	Total	%
Sózinho	211	83,7	25	39,7	236	74,9
Pais	6	2,4	2	3,2	8	2,5
Conjuge/Companheiro	14	5,6	19	30,2	33	10,5
Avós			1	1,6	1	0,3
Filhos			9	14,3	9	2,9
Netos					0	
Amigos	12	4,8	4	6,3	16	5,1
Outros	9	3,6	3	4,8	12	3,8
Dado Inexistente					0	

13 - Local Pernoita Fixo

Local Pernoita Fixo	M	%	F	%	Total	%
SIM					0	
NÃO	252	100	56	100	308	100
Dado Inexistente					0	
Totais	252	100	56	100	308	100

13.1 - Faixas Etárias (Não têm local Pernoita fixo)

IDADE	M	%	F	%	Total	%
< 6					0	
6 - 10					0	
11 - 15					0	
16 - 20			1	1,8	1	0,3
21 - 29	23	9,1	10	17,9	33	10,7
30 - 39	76	30,2	22	39,3	98	31,8
40 - 49	87	34,5	16	28,6	103	33,4
50 - 59	47	18,7	4	7,1	51	16,6
60 - 69	13	5,2	1	1,8	14	4,5
> 70	6	2,4	2	3,6	8	2,6
Dado Inexistente					0	
Totais	252	100	56	100	308	100

13.2 - Escolaridade (Não têm local Pernoita Fixo)

Escolaridade	M	%	F	%	Total	%
NÃO	7	2,8	5	8,9	12	3,9
Creche/Pré escolar					0	
1ºCiclo	103	40,9	21	37,5	124	40,3
2ºCiclo	77	30,6	17	30,4	94	30,5

3ºCiclo	32	12,7	8	14,3	40	13
Ensino Secundário	25	9,9	2	3,6	27	8,8
Ensino Médio/Superior	1	0,4	2	3,6	3	1
Outro	6	2,4	1	1,8	7	2,3
Dado Inexistente	1	0,4			1	0,3
Totais	252	100	56	100	308	100

13.3 - Estado Civil >= 16 Anos (Não têm local Pernoita Fixo)

Estado Civil	M	%	F	%	Total	%
Solteiro(a)	187	74,2	30	53,6	217	70,5
Casado(a)	13	5,2	6	10,7	19	6,2
União de Facto	7	2,8	10	17,9	17	5,5
Divorciado(a)	28	11,1	3	5,4	31	10,1
Viúvo(a)	3	1,2	4	7,1	7	2,3
Outro	13	5,2	3	5,4	16	5,2
Dado Inexistente	1	0,4			1	0,3
Totais	252	100	56	100	308	100

14 - Local de Pernoita

Local de Pernoita	M	%	F	%	Total	%
Casa Própria					0	
Casa Alugada					0	
Pensão	15	6	5	8,9	20	6,5
Quarto	7	2,8			7	2,3
Barraca	5	2	3	5,4	8	2,6
Habita.Clandestina	11	4,4	2	3,6	13	4,2
Hospital	2	0,8	1	1,8	3	1
Rua	84	33,3	13	23,2	97	31,5
Escadas/Átrios	13	5,2	3	5,4	16	5,2
Prédio/Carro Abandon.	13	5,2	4	7,1	17	5,5
Contentor					0	
Estação	2	0,8			2	0,6
Albergues	82	32,5	11	19,6	93	30,2
Camarata					0	
Outros	18	7,1	14	25	32	10,4
Dado Inexistente					0	
Totais	252	100	56	100	308	100

15 - Tempo Sem Abrigo

Tempo S/Abrigo	M	%	F	%	Total	%
< 1 mês	39	15,5	11	19,6	50	16,2
1 - 3 meses	65	25,8	18	32,1	83	26,9
4 - 6 meses	42	16,7	7	12,5	49	15,9
7 - 11 meses	20	7,9	3	5,4	23	7,5
1 - 2 anos	31	12,3	4	7,1	35	11,4
3 - 4 anos	17	6,7	7	12,5	24	7,8
> 4 anos	38	15,1	6	10,7	44	14,3
Dado Inexistente					0	
Totais	252	100	56	100	308	100

16 - HIV (Sida)

HIV	M	%	F	%	Total	%
SIM	28	11,1	9	16,1	37	12

NÃO	219	86,9	45	80,4	264	85,7
Dado Inexistente	5	2	2	3,6	7	2,3
Totais	252	100	56	100	308	100

17 - Consumo Substâncias Aditivas

Subs.Aditivas	M	%	F	%	Total	%
SIM	122	48,4	24	42,9	146	47,4
NÃO	129	51,2	30	53,6	159	51,6
Dado Inexistente	1	0,4	2	3,6	3	1
Totais	252	100	56	100	308	100

18 - Relacionamentos

Relacionamentos	M	%	F	%	Total	%
NÃO	44	11,6	7	7,7	51	10,8
Familia	99	26,1	30	33	129	27,4
Amigo(s)	112	29,5	27	29,7	139	29,5
Médico(s)	22	5,8	6	6,6	28	5,9
Assistente(s) Social(is)	64	16,8	11	12,1	75	15,9
Outros Técnicos	21	5,5	6	6,6	27	5,7
Sem Abrigo	14	3,7	1	1,1	15	3,2
Outro	3	0,8	3	3,3	6	1,3
Dado Inexistente	1	0,3			1	0,2

19 - NºFilhos por Faixas Etárias

IDADE	M	%	F	%	Total	%
NÃO	149	55,6	17	13,7	166	42,3
0 - 1	3	1,1	2	1,6	5	1,3
2 - 4	13	4,9	13	10,5	26	6,6
5 - 6	6	2,2	2	1,6	8	2
7 - 8	11	4,1	7	5,6	18	4,6
9 - 10	6	2,2	3	2,4	9	2,3
11 - 12	7	2,6	12	9,7	19	4,8
13 - 15	16	6	9	7,3	25	6,4
16 - 18	5	1,9	18	14,5	23	5,9
> 19	51	19	41	33,1	92	23,5
Dado Inexistente	1	0,4			1	0,3

20 - Familiares Vivos

Familiares Vivos	M	%	F	%	Total	%
SIM	227	90,1	51	91,1	278	90,3
NÃO	24	9,5	5	8,9	29	9,4
Dado Inexistente	1	0,4			1	0,3
Totais	252	100	56	100	308	100

21 - Descontos Segurança Social (>= 16 Anos)

Descontos	M	%	F	%	Total	%
NÃO	64	25,4	22	39,3	86	27,9
Regularmente	69	27,4	13	23,2	82	26,6
Irregularmente	118	46,8	21	37,5	139	45,1
Dado Inexistente	1	0,4			1	0,3
Totais	252	100	56	100	308	100

22 - Institucionalização

Instituições	M	%	F	%	Total	%
NÃO	119	41,2	28	43,8	147	41,6
Orfanato/Internato	17	5,9	3	4,7	20	5,7
Com.Terapêutica	41	14,2	9	14,1	50	14,2
Hospital	46	15,9	15	23,4	61	17,3
Reclusão	59	20,4	9	14,1	68	19,3
Outro	6	2,1			6	1,7
Dado Inexistente	1	0,3			1	0,3

23 - Médico Família

Médico Família	M	%	F	%	Total	%
SIM	83	32,9	22	39,3	105	34,1
NÃO	169	67,1	34	60,7	203	65,9
Dado Inexistente					0	
Totais	252	100	56	100	308	100

24 - Encaminhamentos

Encaminhamento	M	%	F	%	Total	%
NÃO	221	87,7	49	87,5	270	87,7
Outra P.Amiga	5	2			5	1,6
Centro Regional	1	0,4			1	0,3
St Casa Misericórdia	8	3,2	4	7,1	12	3,9
Polícia					0	
Outro	17	6,7	3	5,4	20	6,5
Dado Inexistente					0	

25 - Motivo Recurso Serviço

Motivos	M	%	F	%	Total	%
Desemprego	176	21,3	34	19,7	210	21
Desalojamento	146	17,7	34	19,7	180	18
Precar.Financeira	213	25,8	45	26	258	25,8
Problemas Familiares	71	8,6	15	8,7	86	8,6
Problemas Relacionais	13	1,6	4	2,3	17	1,7
Problemas Comportamentais	7	0,8	2	1,2	9	0,9
Doença Física	28	3,4	7	4	35	3,5
Doença Mental	11	1,3	7	4	18	1,8
Toxicodependência	88	10,7	18	10,4	106	10,6
Alcoolismo	29	3,5			29	2,9
Ex.Recluso	37	4,5	4	2,3	41	4,1
Refugiado					0	
Outro	7	0,8	3	1,7	10	1
Dado Inexistente					0	

26 - Necessidades Básicas

Necessidades	M	%	F	%	Total	%
Alimentação	212	38,3	44	36,4	256	37,9
Abrigo	74	13,4	14	11,6	88	13
Roupas	182	32,9	45	37,2	227	33,6
Duche	69	12,5	12	9,9	81	12
Outras	17	3,1	6	5	23	3,4
Dados Inexistente					0	

27 - Inserção/Reinserção

Inserção/Reinserção	M	%	F	%	Total	%
NÃO	28	5,6	8	7,3	36	5,9
Trabalho	172	34,5	33	30	205	33,7
Alojam.Próprio	123	24,7	29	26,4	152	25
Contacto c/Família	29	5,8	4	3,6	33	5,4
Apoio Financeiro	51	10,2	19	17,3	70	11,5
Documentação	37	7,4	5	4,5	42	6,9
Pensão Reforma	27	5,4	4	3,6	31	5,1
Formação	12	2,4	6	5,5	18	3
Apoio Escolar					0	
Apoio Jurídico	5	1	1	0,9	6	1
Outro	14	2,8	1	0,9	15	2,5
Dado Inexistente					0	

28 - Cuidados Saúde

Cuidados Saúde	M	%	F	%	Total	%
NÃO	116	41,6	24	38,7	140	41,1
Medicamentos	12	4,3	10	16,1	22	6,5
Urgência Médica	2	0,7			2	0,6
Consulta Médica	86	30,8	15	24,2	101	29,6
Interna.Hospital.	3	1,1			3	0,9
Interna.Com Terapêutica	22	7,9	3	4,8	25	7,3
Acompanha.Psiquiátrico	21	7,5	4	6,5	25	7,3
Outro	17	6,1	6	9,7	23	6,7
Dado Inexistente					0	

Anexo 3

Entrevista nº1

M. J. 1, 29 Anos, união facto, uma filha.

Quando eu nasci a minha mãe, claro ficou feliz, mas... é uma situação um bocado complicada, porque o meu pai abandonou a minha mãe mal eu nasci...

Tenho 3 irmãs, todas filhas do mesmo pai, eu sou a do meio...a mais nova...saiu...depois voltou...depois voltou a sair...mas nunca aceitou a minha mãe...ou seja o meu pai nunca aceitou dar-me o nome, dizia que eu não era filha dele e portanto a minha mãe também depois a vida começou a andar muito para o torto e a minha mãe arranjou um companheiro... depois separou-se dele...esse companheiro é que me deu o nome...ele não...os meus pais para todos os efeitos...se não fosse ele...por acaso também já faleceu, mas para todos os efeitos ele é o meu pai...

O meu pai verdadeiro, não sei, se ele vive...não sei nada porque eu não o conheci...só que a minha mãe depois conheceu aquele senhor que me deu o nome...faleceu e eu fui criada com outra pessoa...não conheci outros pais a não ser mesmo o que me criou...que não é aquele que me deu o nome...porque como eu não era...

A minha mãe nunca foi feliz, juntou-se... até pelo menos aos 18,19 anos foi ele que me criou...não conheci outro pai a não ser mesmo o que me criou... que não é aquele que me deu o nome.

Ter pai ou não ter tido é a mesma coisa porque ele... como eu não era filha dele dizia para a minha mãe que não tinha nada que me dar nada porque não era meu pai, então a minha mãe nunca conseguiu ser feliz e esteve 15 anos ele já começou a ser muito idoso e começou a ter as birras deles como sempre e já não dava para viver com ele, a minha mãe era mal tratada, ela bebia muito...já por fim nós começamos a ter a nossa vida porque era-mos maiores de idade e ele não nos deixava sair para lado nenhum e a gente queria sair com o namorado e ele não deixava e a minha mãe teve mesmo que o **pôr fora de casa... a casa era da minha mãe, casa da câmara era da minha mãe e automaticamente ele não tinha o nome na casa...** aí as coisas...eu fiquei com a minha mãe, mas as coisas começaram a complicarem-se, a minha irmã tinha um marido que mandava muito, depois queria mandar na minha mãe e em mim e trabalhei no fórum... que era um centro que se trabalhava por conta do centro de emprego, mas era um emprego. Trabalhava todos os dias, todos os dias trabalhava e ao cabo juntava muitos salários activos, só que a minha mãe começou-me a ir buscar esse dinheiro, eles em vez de me darem esse dinheiro a mm davam à minha mãe...tinha uns 18, perto de 18 anos, comecei a trabalhar muito nova... e então resolvi sair de casa porque a minha mãe queria o dinheiro todo para ele e começou a tratar-me muito mal, batia-me, chamava-me **nomes...nunca fui feliz...** e depois era assim: - eu pretendia fazer a minha vida, pretendia casar, pretendia ter um rapaz do meu lado. eu queria namorar e ele não deixava, ele entendia que eu tinha que andar debaixo das saias dela e eu entendia que não... aí, eu conheci um rapaz...conheci um rapaz e depois foi meu marido (não são casados) e comecei a namorar com ele, na altura ele vivia na rua... é um rapaz que vivia nas arcadas do Martin Moniz... dormia na rua, só que depois a minha mãe começou a falar comigo...conheci-o também na rua...estava na rua... por volta dos 18 anos, comecei a ir à sopa dos pobres e conheci-o lá. Falei com ele e convidei-o para ir à festa que havia e ele aceitou, foi comigo... só que depois começou a falar que na rua, não tinha onde dormir, onde comer... e nessa altura eu já estava prestes a ir para casa da minha mãe e a minha mãe aceitou-me, queria que eu fosse lá para casa... depois, falei com a minha mãe e aceitou que ele fosse também, só que depois aí começaram os problemas... a minha irmã andava a dar em cima do meu marido, aí eu comecei a ver... eu trabalhava, trabalhei sempre, sempre, sempre. Quando o meu marido me conheceu, estava a trabalhar no...e a dormir na rua (1 ano) dormia dentro do aeroporto de Lisboa. Tenho lá testemunhas... tomava duche dentro do aeroporto com água fria... nas casas de banho...para ir para o trabalho e depois comecei...quando conheci o meu marido...na casa da minha mãe, eu ia trabalhar e ela (irmã) queria que o meu marido ficasse em casa, aí comecei a topar...aí eu fui, lutei, lutei, sempre a lutar para que o meu marido viesse para o pé de mm em Lisboa. Sai de casa da minha mãe e o meu marido veio comigo e começamos novamente a viver dentro do aeroporto em Lisboa,

vivíamos dentro de um carro velho dentro do aeroporto... depois acabou o meu contracto na...., aquilo fechou e eu fui trabalhar para um hotel...levantar-me do carro no aeroporto. Comecei a trabalhar nesse hotel, só que esse hotel, as portas eram abertas por um problema de eu não saber ler nem escrever... Com cartão, eu queria abrir as portas e não conseguia...então eles mandaram-me embora... aí, comecei a lutar, sempre a lutar junto com o meu marido sempre, a gente estávamos sempre unidos, sempre naquela força, a lutar a lutar... com as assistentes sociais. A Assistente Social era a Dr.^a como ela se chama? que era lá em cima na cabeça do Rosário... não me lembro agora o nome dela...comecei a ser seguida sempre com ela, a falar com ela e ela começou-me a ajudar com passes...cartão para os Anjos... comecei a ter uma vida melhor. Aí nós lutamos, o meu marido esteve num curso de calceteiros pelo centro de emprego... e agente sempre a lutar juntos e graças a deus conseguimos ir para um quarto, pagamos 60 contos por mês nesse quarto e pronto...o meu marido a trabalhar e eu a trabalhar estávamos bem, mas só que depois houve as primeiras confusões, a gente foi para o Porto. Estivemos lá um ano no Porto, Também a pagar um quarto..., o meu marido trabalhou nas obras e eu não trabalhava...eu não tenho vergonha de ter arrumado carros. Eu arrumava carros e o meu marido trabalhava.

Eu, chegava à noite, tinha sempre dinheiro para o meu quartinho... e então eu engravidei, engravidei, engravidei (22 anos) e vim para Lisboa.

Aí, começou tudo a dar errado porque eu não tinha trabalho. O meu marido ficou desempregado...eu grávida... começou a confusão, fomos para o CAN, centro acolhimento que é da emergência e aí eu... pronto...começou tudo por água a baixo...fomos os dois e ia-mos comer aos Anjos... só que depois a minha filha nasceu, eu estive lá 1 ano, até a minha filha nascer...quando..

Não nos podemos deitar na rua e dormirmos vestidos...não podemos...isso um pouco de vergonha, um pouco de receio...por exemplo quando vivi na rua não me podia pôr à vontade não digo que viver na rua seja assim uma coisa...porque é assim uma coisa natural...vamos supor que à natural e natural...uma coisa é a pessoa querer viver na rua...Outra coisa é lutar para sair...que é o que eu tenho feito...há aquela coisa que é, que se lixe...como nos anjos...tem de comer tem de beber...querem lá saber...eu não penso assim, os próprios porteiros dizem que eu tenho uma maneira de pensar diferente, porque eu viro-me para eles e digo: - não é isto que eu quero...eu quero ter a minha casa, o meu lar, a minha privacidade, estar aqui não é a mesma coisa que estar no meu lar...e estar no meio da drogas....uma pessoa que vive na droga já está habituada a viver num clima pesado, uma pessoa que não está habituada climas pesados, é diferente é totalmente diferente, uma pessoa sente-se isolada para o mundo.

ALCOÓL

Um pouco...eu posso falar pelo meu marido, ele era muito alcoólico, graças a deus já deixou de beber...mas tem muito a ver. Porque eles isolam-se muito no álcool eles, refugiam-se no álcool...

O meu padrasto, que já faleceu, que me criou também tinha problemas de álcool de resto mais ninguém...

Viver no álcool, também há outro tipo de situações, uma coisa é beber com contra peso e medida outra é

Nunca bebi...nunca soube o que era beber um copo de vinho, porque acho que o beber álcool não leva a lado nenhum o que leva é a pessoa lutar e ir em frente e lutar com coragem para vencer...

DEUS

Muito!!! Muito!!! Deus é tudo na minha vida, tudo, deus ajudou-me nos momentos que eu precisava. Deus me deu alegria, deus tem sido a coisa mais preciosa que eu tive na minha vida...digo-lhe senão fosse a minha filha e deus, eu hoje não estaria viva, mas deus tem-me dado forças para lutar e para seguir em frente. Deus tem sido muito bom para mim...há pessoas que precisam mais do que eu...mesmo muito mais que eu...eu posso precisar, mas não sou daquelas mesmo precisas. Eu preciso é de uma casa é a única coisa... a única coisa que me faz pensar é ter uma casa...

ORGULHO

Não tem nada a ver...uma pessoa pode estar na rua e não ser orgulhosa...se uma pessoa é orgulhosa como pode ser ajudada? Uma pessoa para ser ajudada tem que ser humilde...mas á aquela humildade e também não é por o pésinho no pescoço...

ESCONDERIJO

Sim um pouco se a gente for a ver as pessoas escondem a miséria...mesmo na rua. Há muita miséria escondida...

Eu estava na rua e ninguém sabia que eu estava na rua.

A limpeza a higiene o andar bem arranjada, não tem nada a ver...eu estava na rua e andava vestida parecia que não estava a na rua...quem olhava para mim...andava sempre de fatinhos...Guardava a minha roupa dentro do carro...sempre passadinha...a roupa era lavada e passadinha a ferro...

O que faz com que a pessoa que vive na rua perca a dignidade? É o pensar...as pessoas não pensam nelas...estou na rua...

Conheço uma pessoa que está na rua numa cadeira de rodas, debaixo das arcadas do Martim Moniz e no entanto essa mulher está podre de rica e não quer sair dali...

MULHER

Uma mulher está na rua quando vêem as dificuldades. Há aquela mulher que está na rua e se entrega e outra que nunca se entregam e quer ir para a frente...

Eu conheci várias raparigas que se metem em casas abandonadas, mas não querem andar na vida...

As mulheres escondem-se mais que os homens

Há mais homens do que mulheres mas agora há muitas mulheres...

As mulheres escondem-se mais que os homens, elas têm a necessidade de se esconderem, para eles torna-se um vicio, porque eles não lutam para sair dali.

DIVERTIMENTO

Sim, tenho participado em várias festas, de sem abrigo, tenho ido ao teatro e a outros eventos...aproveito...as festas de natal, uma pessoa não é um bicho...gosto de ir a festas...

Estar na rua de Inverno pode ser divertido?

FRIO

Quando a pessoa ..há pessoas que se entregam, mas se a pessoa luta...eu posso dizer mesmo aquela rua, rua, eu nunca soube o que era...porque conheço dois rapazes, eles estão na rua mas refugiam-me no aeroporto, deixam-nos lá desde que estejam sossegados ninguém os pões na rua.

MEDO

Pelo menos em mulheres...os homens não sei, mas as mulheres têm mais medo, basta dizer que são mulheres, a mulher é mais fraca, a polícia anda mais em cima, há muita gandolagem jovem que faz mal, no meu ver mais há pelo menos nas mulheres. Tive medo muitas vezes. Por exemplo até dentro do carro do aeroporto não estava à vontade, aquilo era numa garagem, o carro estava dentro de uma garagem e eles andavam sempre a vigiar...tinha medo que eles dissessem alguma coisa, tinha receio...

È um pesadelo! Tive, é a pior coisa que pode haver...

SAÚDE

Quando a pessoa não tem saúde e então estando na rua é maus. Se a pessoa tem saúde. Conheço uma rapariga que é maluquinha da cabeça, já estive no Júlio de Matos.

A doença é a pior coisa da vida. Quando uma pessoa é saudável...

PAI

Muito...sem pai e sem mãe...Uma coisa é ter irmãs e ter mãe, mas se calhar se tivesse pai teria uma vida melhor....Até já pensei procurar o meu pais. Talvez se o meu pai soubesse que eu estava nesta situação...

HUMILHAÇÃO

Muito...Porque estar na rua sentimo-nos muito humilhados, criticadas, vasculhadas, estar na rua tem muito a ver. Não nos olham da mesma maneira, com os mesmos olhos da mesma maneira...estar na rua tem muito a ver...Posso dizer que

RAIVA

Muito!!! Porque é assim ...já é tão difícil e ainda começar a atihar...a pessoa que está numa situação critica e que vão vasculhar a vida da outra pessoa e nem procuram saber porque, nem falar...

Deviam procurar o porque que a pessoa está na rua, como a pessoa foi parar aquela situação

VOTAR

É assim eu nunca votei a ninguém. As pessoas que votam, é bom, vai lutar por uma pessoa que vai lutar pelo país, mas o único meu voto que eu faço a toda a hora a cada instante é DEUS, que para mim não tem significado nenhum, porque é assim eles é que ganham

CIDADANIA

Porque é assim, muito, muitos que vêm de fora para Portugal tentar arranjar uma vida melhor, e chegam cá e não encontram Ficam pior do que viviam á anos atrás e a meu ver...cidadão tem muito que se diga, cidadão estrangeiro é muito humilhado pelos portugueses.

Mas acho que os Portugueses são menos ajudados que os estrangeiros.

MÃE

Ser mãe é a coisa mais linda do mundo...é a coisa mais bela que a gente tem é os nossos filhos...eu sinto-me a mãe mais feliz do mundo...ser mãe...mas por ..A minha mãe apesar de não cuidar muito bem dos filhos ela gostou muito de ser mãe e eu também gosto...as minhas irmãs não têm grande comunicação com a minha mãe, não gostam da minha mãe, mas eu digo, eu gosto muito, porque a minha mãe ela é que me criou...digo às minhas irmãs: - Vocês não gostam dela, mas eu gosto...tenho a certeza que se a minha mãe não me tivesse posto no mundo, se eu hoje sou uma mulher é porque a minha mãe me colocou no mundo me fez mulher...é por isso que eu gosto de ser mãe e gosto da minha mãe...tem um feitio um bocadinho especial...mas eu gosto

PRAZER

Nenhum, não há prazer quando se está na rua...como é que uma pessoa que está na rua pode ter prazer? Prazer de quê? De viver na rua? Só há prazer quando uma pessoa tem uma casa, tem o marido ao lado...o marido gosta dela, quando os filhos gostam delas, aí há prazer, a pessoa sente alegria e prazer porque a outra pessoa gosta. Pode haver lá uma coisa ou outra...mas não há prazer...

(NÃO SABE LER)

SEXO

Vamos lá ver...eu conheço uma rapariga que ela faz muito sexo no meio da rua...mas para mim o sexo tem muito que se lhe diga...porque quando a pessoa gosta da outra, quando ama não precisa de viver uma vida sexual para gostar dele. Posso falar por mim, eu desde que tive a minha filha se eu tive umas duas ou 3 vezes com o meu marido foi muito. Por isso é que eu digo, o amor não se vai buscar ao sexo, uma coisa é uma pessoa ...viver uma vida de sexo, é pecado, perante deus, aos olhos de deus é pecado!

Entrevista nº2

Paula, 25 anos, solteira, duas filhas

A minha infância não foi lá muito boa. Eu nasci nas barracas, no Bacalhau assado, que agora é esta rotunda no Feira Nova ...

Na barraca era tudo comprido, ampla depois tinha um cortinado a meio para os quartos, depois era a sala, no fundo eram só duas divisões. Depois tinha a cozinha, era pequenita.

Depois os meus pais separaram-se, tinha 5 anos, tinha mais um irmão mais novo....

Não me lembro de nada como era a relação do meu pai com a minha mãe, já tentei com a psicóloga...mas nada...dessa parte, não me lembro, só me lembro de mais algumas coisas para a frente. O que eu sabia era através das outras pessoas, a minha mãe nunca disse o que se passou, nunca soube. Depois lembro-me que a minha mãe fugia comigo e com o meu irmão para o meu pai não nos levar, aquilo o que eu percebo é, que apanhei o Inverno, chovia imenso na altura a minha avó tinha mudado para os prédios, para as Torres, na altura não havia caminhos, era tipo mato, sei que havia lá...a água chegava-nos mais ou menos pelos joelhos, sei que era muito complicado nessa altura, nunca mais o vi o pai, fiquei com os meus avós, depois lá para os 8 anos...sei que estava na 1ª classe, mas como sempre fui uma miúda que sempre chumbava imenso, não sei se tinha 5 se tinha 7, não me lembro dessa parte sei que a minha vida foi sempre um bocadinho atribulada.

Quando a minha mãe se separou do meu pai ficou na barraca connosco, mas depois para o meu pai não nos tirar fomos viver para a casa da minha avó, era mesmo uma casa, nuns prédios amarelos...

Eles são do norte, a minha mãe veio primeiro e depois veio a minha avó, para uma barraca perto, foi depois quando lhe deram lá para cima a casa. Depois também fomos para lá. O meu pai depois descobriu a morada e depois deixamo-nos de ver. A minha mãe não nos deixava ver. Depois deixamos de os ver, chateei-me durante bastante tempo, a minha mãe trabalhava na..., nunca nos deu atenção, não é?!... não sei porque nunca nos deu atenção.

O meu irmão tirava as coisas da mala dela e depois dizia que era eu, não me pergunte porque também não sei, qualquer coisa que o meu irmão fizesse era sempre eu que pagava, depois a minha avó é que ficava connosco, a minha mãe trabalhava e prontos....só que ela não dava o dinheiro, lembro-me na altura que elas discutiam imenso, ela e a minha mãe dava 15 contos, mas nunca nos comprou roupa, nunca nos comprava nada, não sei qual era o ordenado dela na altura, nunca foi uma mãe muito presente em nenhuma ocasiões, mesmo agora nunca foi uma mãe presente, sofri com isso, depois ela juntou-se com o meu padrasto anos muito mais tarde, uns nove dez anos, sei que a minha avó não queria, ela discutia muito com a minha avó, a minha mãe tem um feitio muito estúpido, saiu de casa da minha avó e foi morar para casa de uma amiga, lá perto, depois viemos para a barraca, andámos sempre assim, depois nasceram as minhas irmãs. A Vera nasceu em casa da minha avó, a barraca não estava em condições para irmos para lá, estava quase a cair e a barraca era do meu pai, não deu, a minha mãe queria deixar para o meu padrasto, **depois quando ela nasceu eu tomava conta dela, eles iam sair a algum lado, eles tinham sempre onde ir e eu ficava com a filha deles, mais velha da parte do meu padrasto, entretanto depois nasceu a mais pequenina já foi aqui na barraca sei que eu tomei conta delas sempre, eu tratava delas, eu ia, ela deixou de ir ao dispensário por volta da ela precisava dela ir porque estava doente, depois viemos para aqui para esta casa em Chelas, entretanto ainda foi pior, ela ia trabalhar, tinha eu 15 anos, a minha avó é que era a minha salva vidas, ficava era sozinha muitas vezes em casa isso ficava, eles saiam, ficava com as miúdas.** Eu tinha medo do fogão, não mexia no fogão, preferia passar fome, mas mexer não mexia. Praticamente depois quando vim para a casa é que fazia tudo sozinha, ia à escola, mas como chumbava imenso não tinha apoio delas para me ensinarem nem nada, estavam sempre a discutir, ele batia nela, foi muito atribulado..., o meu pai fez a vida com outra pessoa. O meu padrasto bebia, o meu pai bebe. A minha mãe bebe, na altura não sei se bebia. A minha mãe ia trabalhar, o meu padrasto nunca quis trabalhar, enquanto ela pode com a visão, tem cataratas, então eu fazia as coisas eu ia com elas ao médico, eu ia com elas passear, vinha, tratava delas, passava o dia, fazia a lida da casa, fazia o comer porque já não tinha tanto medo do fogão. Depois eles separaram-se o Daniel nasceu mais um ano depois, são três duas meninas e um menino. Chamávamos a polícia levavam-no para a esquadra mas depois ela nunca queria dar queixa dele a valer. Ela gostava dele, nós não. Ela nunca quis dar, mas depois a polícia lá veio, quando ela foi para o hospital, nem levou pontos praticamente, cicatrizou praticamente sozinha, depois ele foi-se embora, entretanto eu fui operada a uma apendicite entretanto vim para casa....e a minha prima trabalhava aqui num lar em Chelas e eu disse a ela para me arranjar trabalho lá, entretanto ela arranjou, eu fui operada com 16, acho que com 17 anos praticamente tinha os 16 porque fiz dezasseis em Outubro e fui trabalhar em Abril para lá, depois em Julho, Não recebia tão bem, mas não estava tão mal, trabalhava aqui perto não precisava comprar passe

para ir ...depois conheci o pai das minhas filhas em Julho, quase em Agosto, achei que saia de casa porque tenho um irmão que mexe nas coisas, tira, desde pequenininho, a minha mãe só sabia dizer, eu pego-lhe nas mãos eu corto-as, não aquela educação que devia dar, depois ele mexia nas minhas coisas,

Conheci o pai das minhas filhas...foi o meu primeiro namorado, vou-me pisgar, pelo contrário fiquei aqui porque ele também não tinha pais e estava na casa do gaiato, a mãe faleceu quando a irmã nasceu, o pai bebia, eles foram todos para lá, então juntei-me com o pai das minhas filhas em casa da minha mãe, acho que foi o melhor tempo que eu tive, depois de 2,3 anos fiquei grávida da minha primeira filha. Fui para casa da irmã do meu marido e aí começou a história toda, ela é que dizia coisas e eu é que levava tarefa, estava grávida da minha Rita, entretanto ela nasceu e aquilo continuou, não me batia tanto, mas estava sempre a berrar, depois eu sai de casa, tinha a Rita aí uns...para casa da minha mãe novamente, continuei a trabalhar, na altura depois pedi o rendimento mínimo, porque queria ter uma cresce para a Rita, tinha 8 meses, mas a Assistente social dizia que não tinha vagas, portanto fiquei só com o rendimento mínimo. Um ano depois fui trabalhar na Astro pimpa.

Tornei a ver o pai da minha filha, pensei que já tivesse melhorado e ao fim. Voltei novamente para casa da irmã dele. Depois, ela enchia-lhe os ouvidos pelo telefone, tivemos assim bastante tempo sem, confusão, depois começou a haver confusão outra vez e eu fiquei grávida da minha segunda filha...aí é que começaram mais os problemas ainda, tive lá mais...depois a minha filha nasceu tive lá 4 meses, depois não aguentei...eu dizia que a Beatriz tinha qualquer coisa na vista...a gravidez foi um bocadinho agitada...depois acho que pensei que saia dali ainda piorava, com a polícia e depois ele virava-se á minha mãe, olhe ainda foi pior, quando vim para casa com a Beatriz com um deficiência visual depois descobri mais tarde que era autista, passei essas passas todas, depois caí numa depressão, caí numa depressão, não tive apoio de ninguém daqui, fiquei em casa da minha mãe. O pai das minhas filhas desaparecer, não desapareceu, claro que havia uns 4, 5 meses, 6 sem o ver, ele depois, eu já o tinha posto a 1ª vez em tribunal, A assistente social disse que ele não tinha condições porque estava em contracto na câmara, não sei se ele lá foi chamado, sei que depois ele começou a dar dinheiro às filhas, 1º começou a dar-me 100 e tal euros e depois ele pediu-me, como a Beatriz tinha a deficiência, a visão e depois ele pediu-me os papeis todos e começou-me a dar 200 euros, que é o que me está a dar agora desde uma ano...prontos a Beatriz nasceu, tive uma depressão muito grande, só me apetecia desaparecer do mapa, porque é assim eu em casa não tenho apoio nenhum, o único apoio que tenho é de uma tia que mora aqui por cima, tem uma filha deficiente e é a única que me vai apoiando e que me vai animando, até agora...A Beatriz tem 3 anos, está melhorzinha, já me deixa dormir as noites, algumas, quase todas... a outra tem 7 anos vai fazer 8. Essa, agora é que me está a dar problemas...é muito ciumenta. Tem muitos ciúmes da irmã e eu também me deixei ir muito a baixo, com o problema da Beatriz eu fui-me abaixo e acho que me esqueci dela. Coitadinha, ela sofreu, a irmã batia-lhe, puxava-lhe os cabelos, nós tínhamos que andar sempre atrás da Bea, porque era um perigo para a irmã...prontos...ela neste quarto, está mais ou menos a mais velha é que decaiu, está com uma depressãozita. Está a ser acompanhada pela psicóloga e pela psiquiatra e ...a psiquiatra diz que ela agora tem ciúmes, está um bocadinho recaída mas que passa, é passageiro, em termos da Beatriz também agora está melhorzita, agora eu queria era uma casa para mim...a minha mãe está sozinha com os três filhos, quer dizer 4 o mais velho é uma peste meus deus...tem 26 anos, é meu irmão. Os outros 3 são do padrasto, a mais velha tem 15 anos a outra tem 14 e o miúdo acho que tem 9. A minha mãe tem 49

Eu tenho 25 e espero não ter mais filhos...este problema da Bea foi...acho que pode ser muito bonito mas já não é para mim...acho que fiquei, especialmente com o problema da Beatriz fiquei muito...

E o pai das suas filhas?

Ele agora mora para aqui, Chelas, não sei muito bem o sitio...tem vindo ver as filhas...a Beatriz é que ele rejeita um bocadinho...ele não mostra mas...

Gosto dele não é, gosto, ...mas acho que voltar já, não sei se volto, tenho medo, muito medo...ele às vezes vem ver as filhas. Às vezes vou ao café com ele, não sei se ele tem outra

mas pelo que a minha filha diz, acho que sim...que tem lá uma mulher em casa, não sabe se a casa é dela, a Beatriz não deixo ir...tenho medo...ela gosta muito do pai, ela adora o pai...adora...ela está sempre a dizer que nos vamos juntar, ela está sempre a dizer, mãe gostas do pai não gostas? Mas eu não lhe digo nada senão ela vai logo chibar...há mas tens uma fotografia dopai..., então é teu pai, ponho-me assim para ela...e prontos põem-se-me a picar...e prontos agora queria arranjar trabalho mas não posso por causa da Beatriz, depois não tenho quem fique com ela...tenho a minha irmã, mas tenho medo de alguma coisa...

Vive só com o dinheiro que o pai das suas filhas lhe dá?

Não, tenho rendimento mínimo, era para fazer ...mas como estive a trabalhar na câmara, como não pus dois anos de IRS eles agora pedem-me para pagar a multa e depois para meter o papel...é assim se eu vou tirar para a multa, já viu...fico o mês todo nem eu nem elas comemos e então decidi não meter...

ADORMECEU.

Anda a tomar comprimidos?

Não, já tomei...de eu andar assim com sono é normal, ando muito cansada...agora tenho que ir fazer exames, desconfiam que eu sofro de ataques cardíacos, porque eu de vez em quando desmaio e então, mandou-me ir...já fui ao hospital, ontem era para ir à minha médica, não tomo medicamentos. Tomei na altura da Beatriz, depois deixei porque tinha que andar sempre a tomar medicamentos a qualquer hora e aquilo já me andava a chatear, e então disse ao psiquiatra que não queria tomar mais medicamentos nenhuns e ele disse: - olha, não posso obrigá-la.

HUMILHAÇÃO

Muita coisa, essencialmente com a família da parte da mãe, eles gostam de humilhar os que têm pouco, quando eu deixei o pai da minha filha, quando eu voltei novamente, gostam de humilhar...parece que têm aquele gosto de...pôr os pés em cima...só que, prontos, eu para mim, passo ao lado...

Não ter uma casa como deve ser isso nunca tive tentava ter o melhor...a minha mãe estava a trabalhar e acabava por não ter uma casa normal, como as outras...eles estavam sempre a discutir...acho que também sentia na rua...aquela parte de estarem a olhar...não tinha as coisas...na escola...eu apanhava muitos piolhos e então logo aí eu ficava imenso envergonhada, humilhada, sentia-me inferior. A minha mãe não me lavava a cabeça...a minha tia conta que ela trazia um chapéu para nos tapar quando ia-mos para algum lado, e então apareciam-me imenso em baixo, agora não é tanto, mas na altura era...agora não é tanto porque agora de ser mãe e ter passado muita coisa, acho que agora não é tanto para mim...tento comprar coisas para a minha filha que eu nunca tive...tento mostrar-lhes a elas um lado diferente..., prontos tento explicar a elas o que posso e não posso. Tento não deixar que elas não sejam humilhadas pelos outros, tento o máximo...graças a deus, agora tenho estado bem, mas prontos...isto não...

TRISTEZA

Muita, essencialmente não ter uma família como deve ser...a parte da família da minha mãe está sempre a discutir...(chora) tristeza sempre senti muita...(pede desculpa) silêncio...era sofrimento de todos...há aqui partes que nunca consegui compreender porquê e sempre principalmente a parte da minha mãe...depois de ter a Bea ou a Ri, havia partes que me faziam feliz e outras que me faziam triste...

BARRACA

Muita coisa, na barraca não senti muito, só depois quando voltei a morar com as minhas irmã sempre porque achava injusto, na minha idade eu é que tomava conta delas, ser eu a tratar de milhentas coisas, de eles saírem e eu não tinha televisão em casa...nem electricidade e querer ver os bonecos...não me pergunte quais eram os bonecos que eu não me lembro, alguns ainda me lembro porque ia a casa de outras pessoas, na casa da minha avó era diferente da minha mãe...sei lá tinha um conforto diferente...muito melhor, havia televisão, estava com ela...agora têm, as minhas filhas têm televisão

...espero estar cá para tentar dar-lhes o melhor. Quero dar às minhas filhas aquilo que eu nunca tive. Quero mostrar a elas aquilo que eu passei...A Rita está muito distante da escola, este ano passou mesmo à rasca, então tento fugir...muita coisa que ela pergunta que eu própria consigo responder à forma dela

CASAMENTO

Quando era nova gostava de casar. Quando fui viver com o pai das minhas filhas. Casamento não tem a ver com barraca...às vezes digo isso muitas vezes...prefiro ir morar para uma barraca do que estar a aturar estes todos..

Com prédio tem a ver...aliás quando vim para ali morar disse que havia de sair dali de branco...só que nunca saí...depois também ao longo do tempo fui perdendo aquele interesse de casar, concorri umas duas vezes às noivas de Santo António...mas nunca...acho que já não me vem á cabeça muitas vezes, acho que agora é distância...A única coisa que agora me preocupa é as minhas filhas...dar-lhes a elas o apoio que nunca tive e ensinar-lhes a elas ...o que eu também nunca tive.

LIBERDADE

Liberdade ter uma casa, ter liberdade para levar as minhas filhas, sentia-me livre como um pássaro, ter um tecto só para nós é muito bom...especialmente quando vinha para aqui para o prédio, quando fechava a porta...parecia...ia para a janela, ouvia música, não via televisão pq não a tinha...só mais tarde tive...prontos é muito diferente...uma casa para mim, acho que era um sonho, era a melhor coisa. Um quarto para cada uma.

Ambas precisam de um quarto a minha Teresa, principalmente precisa de um quarto, a psicóloga está sempre a fazer pressão para ela ter um quarto. Elas dormem comigo na mesma cama. Às vezes vou dormir para o chão para elas não lutarem. Vou para o chão e ficam as duas na cama.

Agarro as pernas da Beatriz de forma a não cair para o chão. A psicóloga diz que é importante para elas terem um quarto.

Está à espera que a Câmara lhe dê uma casa.

OLHAR

Na barraca era diferente, conhecia o pessoal todo, era mais protegida por eles... quando vim para aqui (Bairro, Chelas), deixei bonecas de parte, tomei conta das minhas irmãs...

Sinto-me imensamente cansada, tenho que fechar o quarto à chave, com medo que aconteça alguma coisa...

MÃE

Só se for agora eu...mão acho que nunca tive, uma mãe presente, não sei como é. Depois de ter as minhas filhas senti-me diferente. Mãe faz-me sentir tristeza e um olhar distante.

DEUS

Para mim acho que é a minha salvação, quando a Bea nasceu pedi-lhe muitas vezes, só ele é que sabe o que eu sofri...não sou de ir à igreja...estar fechada muito tempo não consigo, Deus para mim é tudo, é a última coisa a morrer, aquela parte de esperança, tenho sempre a esperança que amanhã vai ser melhor. A Bea começou a melhorar, começou a melhorar ao longo do tempo...foi Deus...amanhã hei-de ter melhor!...tenho sempre essa!

MEDO

Na barraca tinha medo, especialmente quando estava com a minha mãe sozinha, dos ladrões, porque barulho, das canas...dos ratos...lá havia e bastantes!!...depois quando vim para a casa, medo de os vizinhos chamarem a polícia e de sermos despejados, ficarmos na rua, depois eu juntei-me com o pai das minhas filhas, depois voltei para casa...tive medo, apesar da psicóloga o medo ainda está dentro de mim, medo de estar sei lá na rua, não sinto nada, é diferente, mas quando volto para casa tenho medo que apareça alguém, em cima de mim, agora não é tão em pânico mas ainda é. Medo acompanha-me ao longo da vida.

Quando chego a casa tenho medo, especialmente do meu irmão, porque se fosse uma casa tranquila eu estava descansada, mas não. Tenho que ter tudo fechado. Se me esqueço do leite, ou de porque coisa, quando lá chego não tenho nada. Quando saio de casa e me esqueço de fechar porque coisa, penso: esqueci-me disto! Quando chegar a casa será que ainda lá está?

Comida ou outra coisa porque que eu me esqueça. O meu irmão quando a minha filha nasceu disse que a filha era dele...não sei explicar...porque é que ele disse que a minha filha era dele? Quando fui á esquadra fazer queixa dele numa altura, (tinha-me roubado cremes e uma televisão) a chefe. A comida faço e esconde debaixo do sofá, dos móveis, tirou-me a televisão e pôs no quarto dele...quando cheguei a casa fui lá buscar e ele disse que a dele avariou. Disse-lhe que era para minha filha e precisava da televisão. Virou-se a mim e eu a ele, então a polícia foi lá a casa ...Tenho que ter sempre a porta do quarto fechada á chave. Ele agora tem estado a trabalhar e deixo as chaves com a minha irmã...

ALIMENTOS

Na infância queria comer e não tinha, na barraca. Com a minha avó tínhamos sempre qualquer coisa para comer, uns ovos umas salsichas, não era muito mas tínhamos. Na barraca passava fome e também já aqui no bairro com a minha mãe. Ela dizia que ia buscar comida...mas não...senão fosse a minha tia a dar-nos um prato de sopa ou batatas fritas ou um prato de arroz era às vezes o nosso comer. Aqui já era mais grandinha ia para o pé da minha avó e ela coitada mandava-me sempre qualquer coisa...e então nós comíamos. Depois de me juntar com o pai das minhas filhas graças a deus...não passo fome...com 200 Euros...a gente consegue. A médica disse para fazer dieta, estou com a barriga muito grande... Não como iogurtes mas dou às minhas filhas. Quando era pequenina tive falta de muita alimentação. Fui-me criando...

VERGONHA

Tenho vergonha de ter a casa como a minha mãe tem. Na barraca não tinha vergonha, porque era uma barraca, nasci numa barraca, estava limpa...no prédio, tinha poucas coisas depois forma-me dando, ela foi trazendo...mãe deita isso fora! Se há aqui um incêndio!

Na escola sentia vergonha de os outros terem roupa e eu não ter, os outros tomavam banho e eu tinha que tomar banho de água fria...tinha vergonha de me dirigir a qualquer empregada se me batessem ou outra coisa qualquer... Muita coisa...

Metade das crianças eram das barracas como e estudei enquanto estava na barraca depois quando fui para o colégio já não estudava...

DOR

Às vezes até é raiva “ que mal é que eu fiz para estar a passar isto? ”

PRIVACIDADE

Não tem a ver nada com a minha casa, só no meu quarto e mesmo assim entram quando querem, são os meus irmãos, os miúdos da rua que entram com eles...uma pessoa não está à vontade...nem para ir à casa de banho...

TRABALHO

Eu gostava muito de trabalhar mais, principalmente para ajudar as minhas filhas. Eu comecei a trabalhar aos 16 anos, nunca vivi às custas dos outros, para mim isso é um falhanço, gostava de pagar isto ou aquilo à minha filha, em vez de estar sempre á espera que o pai das minhas filhas me dê dinheiro é muito complicado. Não estou doente ou inválida não tenho doença. Tenho duas filhas, uma doente.

FILHOS

É a minha maior alegria, para mim é tudo, vivo para elas...são tudo.

DROGA

Nunca me droguei, nem sei o que é, como qualquer coisa... não tenho ninguém na família que se metesse...

ALCOOL

O meu pai sei que bebia, mas nunca esteve ao pé de mim. O meu padrasto bebia, não era alcoólico, mas bebia, o meu irmão por exemplo também bebe muitas vezes... quando vem bêbado é que precisa de mim, porque tem asma e eu é que tenho que ir Hospital com ele, ou quando tem dinheiro... não tenho experiências más!

LAR

Tenho um lar não é aconchegado, aquele lar que quando se chega a casa a gente diz: Ai, cheguei a casa posso ir-me deitar...vou fazer o jantar...

SOLIDÃO

Tenho alguma, já tive mais, quando era rejeitada pelos miúdos e ia para casa, quando era mais pequena. Agora não tenho muita, tenho as minhas filhas, estou sempre com elas, durmo sempre com elas.vamos à rua...quando caio na cama sou uma pedra.

PROTECÇÃO

Protecção não tenho nenhuma, tento dar às minhas filhas o máximo daquilo que não tive. A elas protejo o máximo que poder. Eu acho que nunca tive.

PRISÃO

Sentia muita quando era adolescente, miúda, tinha que cuidar das minhas irmãs. Ia com as minhas irmãs e diziam que eram as minhas filhas...São muito parecidas consigo!
Agora já não sinto, elas nunca me prenderam e vou para todo o lado com elas... Não me sente presa com as minhas filhas, sinto-me bem.

RAIVA

Raiva tenho muita, especialmente aos da família, não sei se é raiva ou ódio. Quero ter uma casa só para mim e para e para as minhas filhas, não quero levar o meu irmão e a minha mãe.

O pai das minhas filhas, foi o meu primeiro namorado, gostei, ainda gosto, mas não quero arranjar mais nenhum...mesmo que seja diferente, melhor ou pior, por agora não quero.

PAI

Nunca tive, Agora vamos lá a casa. Dá-nos comida, dinheiro não. As minhas filhas hoje estão lá em casa. A mãe do meu pai chegou hoje...

PRAZER

Foi ter as minhas filhas. Acho que quando tive a Ri, nem acreditava que ia ser mãe. Passei a trabalhar...ver elas a crescerem e tentar dar o melhor a elas...

FRIO

Senti raiva e frio dentro de mim, quando voltei para o pai da Bia, porque é que eu voltei e fiquei grávida novamente' eu estava a trabalhar...com as coisas organizadas... frio não é só no Inverno...

ESCONDERIJO

Se houvesse algum escondia-me lá com as minhas filhas. Acho que longe da família, longe de todos...desaparecia do pé deles todos...

AMOR

Amor já existiu. Existe em termos das minhas filhas...

ORGULHO

Orgulho de ser mãe. Orgulho de ter passado pelo que passei.

SER MULHER

É ser mãe, tento ser uma grande mulher, tento fazer o mais que posso. Só sou mulher quando começar a trabalhar. Aí sim.

Se tivesse uma casa era uma mulher feliz. Chegava a casa, tratava das minhas filhas, fazia as minhas coisas, estava sentada ou deitada no sofá a ver televisão
O trabalho faz falta para viver e uma casa também. Essas duas coisas são mesmo necessárias para quem tem filhos.

NATUREZA

Não me diz assim tanta coisa!!...gosto de andar na rua de ar livre, mas dentro de casa não vejo mesmo nada de natureza.

VOTAR

Para ter uma vida melhor, tentar uma vida melhor às minhas filhas, aquilo que eu nunca tive, especialmente carinho, estar sempre com elas e tentar dar o melhor que eu posso, da minha parte. Lá em casa dou o máximo que posso mas não dá muito. Às vezes digo á minha mãe, toma banho! Não é por seres pobre que tens que andar suja...não temos dinheiro na carteira...mas temos que tomar banho, só que há pessoas que não...não estão habituadas...mas eu graças a deus!

FAMÍLIA

Eu tenho uma família, tenho as minhas duas filhas, praticamente lá em casa não posso contar com mais nada...família assim, não sei o que é, nunca tive, tento dar às minhas filhas o que não tive...A minha tia ajuda-me!

CIDADANIA

Não me diz nada

ALEGRIA

Já fui alegre. Se a R está melhor fico alegre. Gostava de andar mais alegre.

BELEZA

Gostava de ser bonita, sei lá...gosto de ver as minhas filhas sempre bem vestidas com roupa que me dão, não quer dizer que por ser pobre não vista as minhas filhas. Agora eu não, nunca tive roupa nova, nem praticamente sei o que é isso. Ontem á noite ela disse-me: ó mãe sabes que a avó ontem escondeu o leite? O que ela faz agora já fazia a mim e aos outros filhos...

ESCOLA

Adorava escola, adorava. Ando a ver se consigo acabar o resto da quarta classe, gostava de estudar.

Anexo 4



ETHOS 2006 - Tipologia europeia de Exclusão relacionada com Habitação

Categoria conceptual		Categoria Operacional		Definição geral
SEM ABRIGO	1	Pessoas que vivem na rua	1.1	Dormir na rua (sem acesso a alojamento de emergência) / Sem Abrigo
	2	Pessoas em alojamento de emergência	2.1	Alojamento de emergência
SEM ALOJAMENTO	3	Pessoas em lares de alojamento, para pessoas sem domicílio	3.1	Lar de alojamento em fase de inserção
			3.2	Alojamento provisório
	4	Pessoas em lar de alojamento para mulheres	4.1	Lar de alojamento para mulheres
	5	Pessoas em alojamento para imigrantes	5.1	Alojamento provisório/ Centro de Acolhimento (requerentes de asilo)
			5.2	Lar para trabalhadores migrantes
	6	Pessoas que saíram de instituições	6.1	Instituição penal
6.2			Instituição médica	
7	Beneficiários de um acompanhamento em alojamento	7.1	Instituição de cuidados destinada às pessoas sem domicílio	
		7.2	Alojamento acompanhado	
		7.3	Alojamento de transição acompanhado	
		7.4	Alojamento assistido	
HABITAÇÃO PRECÁRIA	8	Pessoas em habitação precária	8.1	Provisoriamente alojado pela família ou am
			8.2	Sem arrendamento (sob)location
			8.3	Ocupação ilegal de uma construção
			8.4	Ocupação ilegal de um terreno
9	Pessoas à beira de despejo	9.1	Aplicação de uma decisão de expulsão (aluguer)	
		9.2	Pareceres de apreensão (propriedade)	
10	Pessoas vítimas de violência doméstica	10.1	Incidentes registados pela polícia ligada à violências domésticas	
HABITAÇÃO INADEQUADA	11	Pessoas que vivem em estruturas provisórias e não se adequam às normas sociais	11.1	Habitação móvel/caravana Construção não conforme com as normas
			11.2	Estrutura provisória
			11.3	
12	Pessoas em alojamento indigno	12.1	Habitação (ocupado) declarada inabitável e conformidade com a legislação nacional	
13	Pessoas vivem em condições sobrepopulação severo	13.1	Normas nacionais mais severas	



ETHOS 2006 – Tipologia europeia de Exclusão relacionada com Habitação

Categoria conceptual		Categoria Operacional		Definição geral
SEM ABRIGO	1	Pessoas que vivem na rua	1.1	Dormir na rua (sem acesso a alojamento de emergência) / Sem Abrigo
	2	Pessoas em alojamento de emergência	2.1	Alojamento de emergência
SEM ALOJAMENTO	3	Pessoas em lares de alojamento, para pessoas sem domicílio	3.1	Lar de alojamento em fase de inserção
			3.2	Alojamento provisório
	4	Pessoas em lar de alojamento para mulheres	4.1	Lar de alojamento para mulheres
	5	Pessoas em alojamento para imigrantes	5.1	Alojamento provisório/ Centro de Acolhimento (requerentes de asilo)
			5.2	Lar para trabalhadores migrantes
	6	Pessoas que saíram de instituições	6.1	Instituição penal
			6.2	Instituição médica
7	Beneficiários de um acompanhamento em alojamento	7.1	Instituição de cuidados destinada às pessoas sem domicílio	
		7.2	Alojamento acompanhado	
		7.3	Alojamento de transição acompanhado	
		7.4	Alojamento assistido	
HABITAÇÃO PRECÁRIA	8	Pessoas em habitação precária	8.1	Provisoriamente alojado pela família ou amigos
			8.2	Sem arrendamento (sob)location
			8.3	Ocupação ilegal de uma construção
			8.4	Ocupação ilegal de um terreno
	9	Pessoas à beira de despejo	9.1	Aplicação de uma decisão de expulsão (aluguer)
			9.2	Pareceres de apreensão (propriedade)
10	Pessoas vítimas de violência doméstica	10.1	Incidentes registados pela polícia ligada à violências domésticas	
HABITAÇÃO INADEQUADA	11	Pessoas que vivem em estruturas provisórias e não se adequam às normas sociais	11.1	Habitação móvel/caravana
			11.2	Construção não conforme com as normas
			11.3	Estrutura provisória